Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ana Carolina Rollemberg de Resende

O ofício da patrimonialização:
a identificação, a valorização dos saberes e o INRC

Rio de Janeiro

2014

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ana Carolina Rollemberg de Resende

O ofício da patrimonialização:
a identificação, a valorização dos saberes e o INRC

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Dra. Carla Arouca Belas

Supervisora: Ivana Medeiros Pacheco Cavalcante

Rio de Janeiro

2014

O objeto de estudo dessa Dissertação foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional do Departamento de Patrimônio Imaterial.

R749o Rollemberg de Resende, Ana Carolina.
O ofício da patrimonialização: a identificação, a valorização dos saberes e o INRC / Ana Carolina Rollemberg de Resende – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

112 f.

Orientadora: Carla Arouca Belas

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

1. Patrimônio Cultural. 2. Patrimônio imaterial. 3. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 4. Inventário Nacional de Referências Culturais. I. Belas, Carla Arouca. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.69

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ana Carolina Rollemberg de Resende

O ofício da patrimonialização: a identificação, a valorização dos saberes e o INRC

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2014.

Banca examinadora

_____

Professora Dra. Carla Arouca Belas (orientadora) – PEP/MP/IPHAN

_____

Professora Dra. Marcia Regina Romeiro Chuva – PEP/MP/IPHAN

_____

Professor Dr. Ricardo Gomes Lima – UERJ

Aos Zés de Laus

Agradecimentos

Esse mestrado me trouxe mais do que experiência profissional e acadêmica, ao longo desses (agora, já mais de) dois anos, tive a oportunidade de conhecer, conviver e aprender com pessoas com quem não teria me encontrado de outra maneira. Além disso, a as alegrias, dificuldades, conquistas, dúvidas e de tudo o que cabe entre elas, foram intensamente compartilhadas com aqueles sempre presentes – e tão importantes – em minha vida.

A começar por minha mãe, Maria do Carmo, que assumiu o papel de revisora, consultora lexical e acadêmica, crítica, ouvinte paciente em madrugadas sem dormir, cobradora de prazos e financiadora de (alto) consumo de sorvete. Tudo isso sem deixar de me incentivar a buscar meus próprios caminhos e objetivos, mas mantendo-se sempre por perto quando meus passos se tornam hesitantes e indecisos, e sem perder o orgulho e a fé que só mães têm.

Paciência e incentivo também foram a marca de minha convivência com Carla Belas. Ser orientada por você foi essencial para a conclusão desse trabalho: sua inteligência me desafiou a alcançar um trabalho que fosse não só coerente e bem "amarrado", mas relevante e do qual posso me orgulhar. E seu jeito de sempre destacar méritos e entregar críticas embaladas em grandes doses de confiança foram indispensáveis para sacudir minhas inseguranças e ansiedades.

Não posso perder a oportunidade de agradecer à Coordenação do PeP, não só pelo trabalho e esforço para nos oferecer o melhor curso possível, mas pelas experiências que nos proporcionam. O objetivo inicial pode ter sido desenvolver e consolidar um curso dedicado à preservação patrimonial, mas vocês conseguiram bem mais que isso: vocês criaram oportunidades para que pessoas com origens e visões de mundo tão diferentes se encontrem, se aproximem e se mobilizem em torno de preocupações e motivações em comum. Vocês possibilitam um ambiente cheio daquilo que (acredito) deve ser a base da preservação: diversidade, respeito, comprometimento, troca e disposição.

Sou grata também às pessoas do Departamento de Patrimônio Imaterial, em especial aquelas da Coordenação de Identificação e da Coordenação de Registro, com quem pude conviver mais. A rotina no departamento me mostrou a dedicação com que vocês trabalham e uma pluralidade de ideias e desejos de melhorar cada vez mais a

prática de preservação. Encontrei em cada um de vocês muitas possibilidades de dissertações, teses, pesquisas, em especial nas conversas com Marcus Garcia – infelizmente, não tive oportunidade de ouvir mais de suas sugestões, mas tenho comigo ideias que você despertou, e com Ivana Cavalcante, supervisora que, com clareza e domínio do campo, garantiu que eu não perdesse o foco nem me afastasse da realidade na busca por respostas às aflições encontradas.

Meus dias no DPI não teriam sido os mesmos sem a companhia de Anna Paula da Silva e Isabela Parucker. Anna, você foi torcedora e confidente, mas... não adianta insistir: não reconheço como oficial o resultado da Corrida de Cadeiras. Parucker, na secura do cerrado, surgir tão doce, cheia de vida e carinho é quase um atrevimento. De músicas a gifs, passando por livros e filmes, você, com muita inteligência e humor, não deixou minha reserva de inspiração esvaziar. Espero acompanhar as experiências saborosas que você e Clio construirão. Sentirei saudades p'ra sempre de nossas sessões de terapia de cura pelo gelato.

Os funcionários do DPI e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular também foram indispensáveis em minha pesquisa, atendendo gentilmente todas minhas necessidades de documentos, arquivos, livros. Esse trabalho não teria sido possível, ainda, sem a disponibilidade e interesse de todos que aceitaram ceder tempo e relatos: André Macieira, Antonio Augusto Arantes, Ana Gita de Oliveira, Célia Corsino, Cláudia Márcia Ferreira, Letícia Vianna, Márcia Genésia Sant'Anna, Maria Cecília Londres Fonseca, Patrícia Martins e Rosana dos Santos.

Outros que também cederam tempo e ajuda, e muito mais, foram meus familiares. Sou muito grata por poder contar com uma irmã como você, Suzete, com seu cuidado e sua atenção. Irmã, você nunca deixa de me surpreender e a cada dia me ensina e me dá a chance de ser uma irmã. Você é muito, muito amor. Agradeço também por poder ter em minha vida: tio Antonio e tia Regina, prima Ana Tereza, primo Luiz Carlos e Giselle. Muito obrigada, pela acolhida, pelo incentivo e pelo carinho enorme (e pelas delícias de conviver com meus priminhos Luiz Henrique e Isabela). E, em especial a minha tia Heliane, por sempre me receber de braços abertos e sorriso no rosto e fazer de sua casa a intersecção dos conjuntos FAMÍLIA, CARINHO, ZELO e MIMOS.

Eu talvez já tenha usado todas as palavras que conheço para dizer "obrigada" a você, Antonio Carlos Faillace, mas não me importo em repeti-las. Tunico, você faz parte de quem sou. Está em cada linha que escrevo. Ainda que muitas sejam confusas e inacabadas. *We accept the love we think we deserve*... você me ensina a merecê-lo.

Repito-me também ao agradecer a Gláucia e Ananda Almeida, por serem ombros, ouvidos e abraços. Com vocês as noções de tempo e distância se desfazem em conforto e sorrisos. Vocês são âncora de quem sou e incentivo para quem posso ser. Vocês são o coro de 35 mil vozes que cantam a trilha sonora dos caminhos que ainda seguirei.

Por último, mas muito, muito importante, dedico algumas linhas aos meus colegas da turma 2011 do PeP, na esperança de com elas conseguir transmitir, pelo menos, uma pequena demonstração da importância de ter vivido essa experiência com vocês. Tantas diferenças; tantas coisas em comum; tanta vontade de fazer, construir, mudar, viver; tanto, tanto carinho. Com vocês aprendi mais sobre quem sou e quem quero ser, com seus exemplos de acolhida, generosidade, amizade, respeito,... Vocês ressignificaram tantas coisas em mim! Eu poderia citar cada um de vocês, mas não quero demorar e aumentar ainda mais a expectativa dos leitores de que exista uma (boa) dissertação daqui poucas páginas. Citarei alguns, mas guardarei todos.

Bia, Stélia e Helena, vocês são incríveis, derrubam dureza e ignorância com uma frase só. Ana Seixas e Karine são puro amor! Nayara distribui doses de inspiração, beleza e poesia com o mundo de coisas que conhece e com suas sugestões e links. Fernando, Enderson, André e Mário, a consideração, o respeito e o carinho que vocês demonstram são reconfortantes; e as risadas que vocês nos causam são impagáveis! Alba, parceira de composição da música tema PeP/2011, as histórias que você conta são quase tão engraçadas quanto seu senso de direção,... Grave logo um álbum p'ra podermos curtir suas composições!

Faço um agradecimento especial a Carol, por ter estado sempre a um só lance de escada de distância. Devo a você parte de minha persistência e meu ânimo nesses dois últimos anos. Estendo o agradecimento a Bruno. A generosidade, o cuidado, o respeito, a disponibilidade, o carinho (e o humor!) de vocês são impressionantes. Vocês são pedaços de lar para os desterrados que têm a felicidade de encontrá-los. Com vocês como proponentes e executores, tenho certeza de que Manuela (essa tão pequena, mas já especialista em questões de gênero) será um projeto incrível, cheio de amor e muita felicidade.

Ao chegar ao fim desse caminho, sinto-me cheia de sentimentos de conquista, ânimo e gratidão. Espero poder contribuir para a preservação do patrimônio imaterial a

partir da experiência que esse mestrado me proporcionou. E espero, mais ainda, poder devolver ao mundo tudo que vocês todos me deram nesses intensos dois anos.

and if you never stop when you wave goodbye
you just might find if you give it time,
you will wave hello again
(*Wheel* - John Mayer)

RESUMO

A presente pesquisa discute a identificação enquanto construção do bem cultural no discurso patrimonial, particularmente na categoria dos Saberes. Ao longo do trabalho pensamos essa construção como o resultado do encontro entre o lugar social do Iphan, que indica diretrizes e instrumentos, e aquele dos pesquisadores que, com seu olhar especializado, fazem a mediação entre Iphan e os grupos sociais/detentores. Para conhecer tais lugares sociais foram entrevistados atores do desenvolvimento e da implementação da política, das diretrizes e dos instrumentos de preservação do patrimônio imaterial, e pesquisadores de projetos escolhidos como estudos de casos dentre aqueles já executados com foco nos bens da categoria dos Saberes. Os depoimentos e produtos dos projetos apontam para uma variedade de entendimentos acerca da identificação (seu papel e sua prática na preservação) e fragilidades nos contornos dos Saberes. Além disso, a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais também afeta a prática da identificação de conhecimentos e técnicas. No encontro de entendimentos variados, noções ainda abertas e instrumentos que se mostram rígidos, a construção dos saberes enquanto bens imateriais mostra-se, portanto, um processo ainda em consolidação.

Palavras-chave: Identificação. Patrimônio imaterial. Saberes. INRC.

ABSTRACT

The current research discusses the identification as a construct of the cultural good inside the cultural heritage speech, specifically in the Knowledge category. Throughout this work we considered this construct as the result of the encounter of Iphan's social place, which indicates guidelines and instruments, and that of the researches who, with their expert approach, mediate between Iphan and social groups. To understand those social places, we interviewed actors of the development and implementation of policy, guidelines and instruments of intangible heritage preservation, and researches of projects selected as cases studies among those already implemented with focus on the Knowledge category. The testimonials and projects' results point a variety of understandings of identification (it's role and practice in preservation) and frailty in the Knowledge outline. Furthermore , Inventário Nacional

de Referências Culturais's methodology (National Inventory of Cultural References) also affects the practice of identifying knowledge and techniques. With multiple understandings, notions still not well-marked and instruments that end up being too rigid, knowledge's construction as intangible property reveals itself as a process still being consolidated.

Keywords: Identification. Intangible property. Knowledge. INRC.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

2 IDENTIFICAÇÃO E SABERES – PREMISSAS E QUESTÕES 16

2.1 O desenrolar da preservação patrimonial: do monumento histórico à identificação de referências culturais 16

2.2 Patrimônio imaterial no Brasil: jurisprudência, diretrizes e instrumentos de preservação 23

2.3 Identificação: a operação da construção de um olhar 27

2.4 Etapas da identificação – os lugares sociais, o instrumento, o olhar coletivo e a legitimação 32

2.5 Saberes – conhecimentos patrimonializáveis 33

3 IDENTIFICAÇÃO – CONCEPÇÕES E ENTENDIMENTOS 39

3.1 Conhecimento, pesquisa e identificação 39

3.2 Identificação – intenções e objetivos 42

3.3 Lugares sociais: gerir e agir 48

3.4 A identificação de Saberes – questões norteadoras 50

4 IDENTIFICAÇÃO DOS SABERES 52

4.1 Do artesanal à vivência 52

4.1.1. Projeto Mestres Artífices – técnicas tradicionais construtivas 54

4.1.2. Inventário do ofício da pesca artesanal no litoral do Rio Grande do Norte – INRC da Pesca Artesanal/RN 65

4.1.3. Inventário Nacional de Referências Culturais do Município de Paranaguá/PR, Etapa 2010: o Universo Caiçara e sua Relação com o Mar através do Sistema da Pesca (INRC da Pesca da Tainha/PR) 68

4.2 Saberes: técnicas tradicionais, profissões, modos antigos, fazeres artesanais, referências culturais 76

4.3 Algumas questões sobre as Fichas de Identificação de Bens 80

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 86

Referências bibliográficas 90

Anexo 1 94

Anexo 2 97

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio imaterial é marcado por seu caráter dinâmico e processual, sua existência depende da produção e reprodução de bens por parte dos indivíduos. Esses não só produzem e reproduzem bens, mas são também quem atribui sentidos e valores a práticas, conhecimentos, objetos e lugares, ressignificando-os em bens capazes de agregar o grupo sob uma identidade, bens que são referências para o grupo, suas *referências culturais* (FONSECA; ARANTES In: IPHAN: 2000, 13-14, 29).

> *A incorporação da noção de referência cultural implicou uma nova visão da preservação e da gestão dos bens culturais brasileiros. Significou, também, assumir que a atribuição de valor patrimonial a objetos e a ações não é prerrogativa exclusiva do Estado e de seus representantes. Antes disso, precisa envolver os sujeitos que mantêm e produzem bens culturais. (IPHAN: 2010,* 19)

A política feita em diálogo, com participação efetiva dos grupos sociais, é prática ainda recente no campo da preservação no Brasil. Instituída pelo Decreto 3.551/2000 e pelo Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), que são trazidos à discussão no capítulo 2, prevê o Registro e a promoção e valorização de bens culturais de natureza imaterial, e visa à inclusão social e melhoria das condições de vida dos produtores e detentores dos bens. Na busca por essa melhoria, a Identificação e a Salvaguarda são essenciais. Enquanto a Identificação é o momento em que são construídas as bases discursivas das práticas culturais enquanto bens culturais, a Salvaguarda traz os esforços e demandas para o fomento dos bens, mas ambos surgem do contato, da negociação entre Estado e detentores, com a intermediação dos pesquisadores.

Considerando o caráter dinâmico do patrimônio imaterial, o Decreto 3.551/2000 prevê, em seu artigo 7º, que o *IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de "Patrimônio Cultural do Brasil".* O Registro dos primeiros bens aconteceu em dezembro de 2002[1]. Em 2011, o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) deu início à implementação de seu projeto

[1] Arte Kusiwa – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi, registrada no Livro de Registro das Formas de Expressão, e Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, registrado no Livro de Registro dos Saberes, ambos registrados no dia 20 de dezembro de 2002.

de reavaliação dos bens registrados. No espírito dessa avaliação, a direção e as coordenações decidiram estender a avaliação a outras práticas do departamento.

Nesse contexto, a Coordenação de Identificação optou por contar com a participação de um pesquisador do Mestrado Profissionalizante (PeP), do próprio Iphan, na execução de sua avaliação. A vaga destinava-se à avaliação da política de identificação, mas deixava abertos recortes e escolhas de objetos e temas. Ao iniciarmos nossas atividades no departamento, tivemos oportunidade de conhecer muitos dos trabalhos já feitos, executados em todo o país e acerca dos mais diferentes universos, e de nos familiarizarmos com a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais.

> *... é um instrumento para conhecer e **documentar** bens culturais, como também para conhecer o valor atribuído pelos grupos sociais a esses bens. Assim, ao realizar esse trabalho de inventário, o Iphan está, ao mesmo tempo, **documentando** e identificando problemas e soluções para a salvaguarda das manifestações culturais. (BRAYNER, 2007: 18)*

Mais que conhecer exemplos ou ter uma visão geral dos trabalhos realizados, o objetivo era traçar possibilidades de análise e buscar recortes viáveis que, principalmente, possibilitassem uma avaliação ampla.

Durante esta fase de leituras e familiarização, participamos da revisão e da avaliação do Projeto Mestres Artífices. A leitura deste projeto chamou nossa atenção para algumas questões que acabaram por nortear nosso interesse pelo tema e nossos objetivos na pesquisa, a começar pela valorização dos produtos materiais em detrimento dos conhecimentos, ou uma maior valorização do patrimônio consagrado, material. Outro ponto marcante e que pode explicar esta diferença de valor atribuído é a existência de certa subordinação ao mercado, isto é, espera-se que as técnicas atendam a demandas, produzindo bens de consumo adequados ao mercado.

Ao conhecermos outros projetos, notamos uma forte ligação entre os aspectos imaterial e material dos bens da categoria dos Saberes. Os bens inseridos nessa categoria são, em sua maioria, aqueles que geram produtos e/ou envolvem um modo de fazer, uma técnica, e é a partir deles – produtos e técnicas – que os conhecimentos parecem ser entendidos e valorizados. De maneira geral, os projetos indicam que há certa dificuldade de lidar com algo novo no campo do patrimônio, como as categorias originadas nas Ciências Sociais – técnicas, saberes, ofícios.

Diante dessas observações, percebemos que a categoria dos Saberes seria um interessante objeto para a análise do processo de identificação, pois traz importantes questões quanto aos valores e critérios que têm servido de base para a construção das práticas enquanto bens culturais imateriais. Entre elas, há a interação entre grupos detentores de bens e pesquisadores, quando se encontram a autodefinição dos detentores (que se veem segundo uma variedade de identidades, entre as quais estão mestres, profissionais, praticantes, conhecedores de técnicas) e os conceitos e categorias que guiam a pesquisa.

Trazemos, assim, como questão central analisar a identificação dos bens culturais, enquanto processo de construção, sob a perspectiva da categoria dos Saberes. Essa reflexão mostra-se pertinente, em primeiro lugar, porque as práticas são ainda recentes, fazendo com que as avaliações sobre elas estejam longe de se esgotar, mas não tão recentes a ponto de ainda não haver um número significativo de dados para análises. Em segundo lugar, porque os focos das análises costumam ser os bens em si, a política desenvolvida sobre eles e seus desdobramentos ou os instrumentos aplicados para desenvolvê-la. Com esse trabalho pretendemos, portanto, avaliar o processo de identificação enquanto construção de bens culturais, tendo como referência a categoria dos Saberes.

Para pensar sobre essas questões seguimos a proposta teórica de Nathalie Heinich (2009) de que a construção dos bens culturais é resultado de um *olhar coletivo* que indica os valores que constituem o bem. O *olhar coletivo* surge de um trabalho de campo, quando os pesquisadores exercem seu olhar especializado, e, a partir disso, de uma etapa de escrita, quando são definidos esses valores. Esses são determinados a partir de critérios estabelecidos na política de preservação e de conceitos específicos aos campos de conhecimento tangenciais ao patrimônio, isto é, a partir de contextos próprios do patrimônio cultural, encarados nesse trabalho como *lugares sociais* (CERTEAU, 1982).

Foi preciso, por isso, conhecer os lugares sociais do patrimônio imaterial. Para isso, entrevistamos seis pessoas que participaram da implementação da política de preservação, para conhecermos o lugar social do Iphan, e três pesquisadores que executaram alguns dos inventários que serviram de fonte para nossa análise, para entendermos seu lugar social; participamos de reuniões que discutiam questões relativas à identificação e a ações de preservação de saberes; analisamos documentos variados,

como legislação, atas e memórias de reuniões e publicações, e, claro, analisamos inventários que têm como foco bens da categoria dos Saberes. No total, foram cinco inventários da metodologia do INRC: um sobre a pesca da tainha na Ilha do Mel-PR, um sobre pesca artesanal no litoral do Rio Grande do Norte e três que fazem parte do Projeto Mestres Artífices, executados em Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina.

E como o caso brasileiro, diferentemente do caso francês, não se restringe somente ao patrimônio de natureza material (lida com a natureza dinâmica do patrimônio imaterial) e, principalmente, conta com a participação dos grupos sociais na construção do olhar coletivo, o lugar social desses grupos faz parte da constituição dos bens. Ao longo de nossa análise, procuramos entender como se mostra esse lugar social na identificação dos bens.

Os pontos aqui elencados estão organizados, ao longo do trabalho, em três capítulos, mais as considerações finais, além dessa introdução. No **Capítulo 2: Identificação e Saberes – premissas e questões** apresentamos o desenrolar do campo do patrimônio nos contextos internacional e brasileiro, em especial as bases da categoria dos Saberes, e aprofundamos o debate sobre o referencial teórico. No **Capítulo 3: Identificação – concepção e entendimentos** buscamos, nas entrevistas com atores da implementação da política e em documentos da época, o lugar social do Iphan, com as diretrizes e instrumentos que guiam os projetos. O **Capítulo 4: Identificação dos Saberes** traz entrevistas com pesquisadores que nos ajudam a conhecer seu lugar social e acrescentam informações à análise dos inventários, que nos permitem refletir sobre o olhar coletivo – os bens identificados, construídos – resultante de cada projeto, a prática em campo e, quando possível, a negociação com os grupos detentores. Além disso, as entrevistas e os inventários indicaram que a própria metodologia do INRC impõe questões à prática, ao processo de identificação; por isso, fechamos o capítulo com uma discussão sobre as Fichas de Bens Identificados aplicadas aos conhecimentos e técnicas. E, nas **Considerações Finais** retomamos as questões iniciais, levantando possibilidades de aprofundamento do tema.

2 IDENTIFICAÇÃO E SABERES – PREMISSAS E QUESTÕES

2.1 O desenrolar da preservação patrimonial: do monumento histórico à identificação de referências culturais

O discurso patrimonial, como o conhecemos hoje, tem sua origem na Revolução Francesa, num esforço feito para impedir a destruição e o vandalismo de bens do Clero, dos emigrados e da Coroa – bens *herdados* pelo povo após a revolução –, bem como para se construir uma nova memória e uma nova história para a nação francesa ao apropriarem-se destes bens (CHOAY, 2006: 29).

> *Embora o 'património' tenha sido utilizado durante a Revolução Francesa, depressa foi abandonado devido à ambiguidade do seu sentido, passando a ser utilizada a designação 'monumento' (CABRAL, 2011: 26)*

Já no século XIX, após a mudança de mentalidade ocorrida na Revolução Industrial, com seu caráter planetário e sua nova visão da noção de tempo, os edifícios antigos – os monumentos históricos – passaram a "ilustrar e com isso servir a um determinado sentimento, o sentimento nacional" e, por isto, adquiriram o rótulo de insubstituíveis tornando sua perda irremediável. Para evitar estas perdas, vários países criaram leis de proteção aos monumentos históricos ao longo do século XIX. (CHOAY, 2006: 127-128)

O nacionalismo, e o discurso patrimonial a ele associado, fortaleceu-se no início do século XX, em especial no período entre-guerras. Este é o caso do Brasil, onde a preservação patrimonial foi institucionalizada em 1937. O país passava por um período delicado de sua história. O então presidente Getúlio Vargas, para evitar uma suposta ameaça comunista, executou um golpe e instituiu o Estado Novo. Para legitimar-se como representante do povo brasileiro o governo preocupou-se em construir um

discurso nacional que o apontasse como o melhor defensor dos interesses do país. E o patrimônio tornou-se objeto de atenção por contribuir para a construção deste discurso.

> *O regime de 1937 não se dirigiu apenas aos trabalhadores. Pelo contrário, tratou de formar uma opinião pública a seu favor, censurando críticas e informações independentes e elaborando sua versão da fase histórica que o país vivia [...] o Estado Novo procurou transmitir sua versão da história do país (FAUSTO, 2006: 207-208)*

Esta preocupação justifica-se porque a história desempenha papel importante na escrita das narrativas nacionais ao criar - com mitos de origem, passado grandioso, tradições e continuidades - representações sob as quais forma-se a identidade do grupo. Para reforçar essa identidade são apontados símbolos, monumentos que expressem essa narrativa (HALL, 2011). Esses monumentos apresentam traços da nação que se quer transmitir como autênticos e fundamentais ou registros de um passado que se deve ter como exemplo. São, assim, símbolos que devem ser preservados porque indicam o passado do povo (sua origem, suas lutas, os obstáculos superados, suas glórias alcançadas) e as características que levaram este povo aos caminhos que percorreu (coragem, superação, força, etc).

Nessa perspectiva, em 1937 foi publicado o decreto-lei nº 25 que criou um órgão exclusivo para a proteção do patrimônio brasileiro, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan, e determinou as regras dessa proteção. Pretendia-se, com isso, forjar uma cultura nacional homogênea.

> *o que preponderou no autoritarismo brasileiro, no entanto, não foi a busca de raízes mais populares e vitais do povo, que caracterizava a preocupação de Mário de Andrade, e sim a tentativa de fazer do catolicismo tradicional e do culto aos símbolos e líderes da pátria a base mítica do Estado forte que se tratava de construir (SCHWARTMAN apud FONSECA, 2009: 86)*

Essas bases são encontradas nos bens tombados nos primeiros anos da prática de preservação[2]. Muitos desses bens estavam ligados a personalidades da história nacional, como o Palácio da Princesa Isabel, a casa onde morou Rui Barbosa e a casa de José Bonifácio, e a valores morais, como igrejas, conventos e mosteiros. Além desses, bens que remetiam a períodos de riqueza, como fazendas do período do café, engenhos de

[2]*Foram tombados, até o final de 1969, 803 bens, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, seis bens arqueológicos e quinze bens naturais. (FONSECA, 2009: 113)*

açúcar e cidades de Minas Gerais associadas à exploração aurífera também tiveram destaque nesse período. Podemos, portanto, entender que, além do catolicismo e dos símbolos e líderes da pátria, o aspecto econômico também compunha o mote do discurso do Estado. Por isso, o foco voltava-se para as realizações materiais. O Brasil buscava, desta maneira, desenvolver-se ao mesmo tempo em que mostrava pertencer à civilização ocidental, por suas heranças e sua preocupação com o patrimônio histórico e artístico.

Percebe-se, assim, que neste primeiro momento a cultura popular não se encaixava no discurso patrimonial (com seus bens que ilustravam as realizações materiais e os valores morais desejados para o país), ficando restrita ao interesse de folcloristas. Mas esta separação não era exclusividade do discurso brasileiro. Também em outros países ocidentais a cultura popular ficava limitada ao campo do folclore, sem ser inserida na escrita da identidade nacional.

Esse cenário começou a mudar no período pós-guerras, a partir da década de 1950. Num contexto "marcado pela preocupação internacional com a paz" e pela criação da UNESCO (1945), o folclore passou a ser "visto como fator de compreensão e incentivo à apreciação das diferenças entre os povos" (CAVALCANTI, 2001: 71). Os países voltaram suas atenções para suas culturas populares e para os avanços dos estudos das Ciências Humanas que ampliavam o entendimento acerca de cultura.

No entanto, os interesses estavam voltados, principalmente, para questões econômicas. No âmbito internacional, as primeiras reflexões estavam ligadas, sobretudo,

> *à questão dos direitos de autor na sua aplicação ao que então se designava 'folclore' e 'cultura tradicional'. Nessa altura, pretendia-se, sobretudo, proteger os praticantes das expressões culturais, procurando de alguma forma uma regulação do sector, nomeadamente ao nível da exportação comercial. O envolvimento da UNESCO com estas matérias reflecte-se na Convenção Universal sobre Direito de Autor de 1952 (CARVALHO, 2011: 29)*

Esse debate não ficou restrito ao campo dos direitos autorais e do mercado, o campo foi expandido em abrangência e participação. Os grupos detentores apropriaram-se do discurso e a cultura tornou-se argumento político, recurso e arma *para afirmar a identidade, dignidade e poder diante de Estados nacionais ou da comunidade*

internacional (CARNEIRO DA CUNHA, 2009: 312). Aos direitos de autor e à propriedade intelectual foram somadas as questões relativas à proteção dos conhecimentos tradicionais, questões ligadas à subsistência dos grupos e as garantias de direito acerca de seus conhecimentos específicos. Isso fez com que o debate trilhasse um caminho próprio, mas alguns pontos em comum com o campo do patrimônio persistem – como no caso de disputas em torno do patrimônio genético, que, desde 1992 com a Convenção sobre Diversidade Biológica, deixou de considerado patrimônio da humanidade, de livre acesso, e passou a estar sujeito a soberania dos países sobre seus recursos genéticos; sendo reconhecida, pela Convenção e pela legislação brasileira que sucedeu (Medida Provisória 2.186/01, Decreto 3.945/01), a importância da diversidade cultural dos saberes tradicionais para sua conservação e uso sustentável (AZEVEDO; MOREIRA: 2005, 45).[3]

Voltando ao campo do debate patrimonial, a aproximação entre UNESCO e órgãos de Estado e os avanços acadêmicos no âmbito dos estudos sobre cultura, folclore e identidade nacional seguia seu curso. Indicativo disto, em 1972 a UNESCO publicou a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Nela, o termo *cultura* foi incorporado ao patrimônio, mas seu entendimento ainda mostrava-se apegado à valorização de realizações materiais dos povos. No artigo primeiro da convenção lê-se:

> *Para os fins da presente Convenção, são considerados "patrimônio cultural":*
>
> *- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,*
>
> *- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,*
>
> *- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972)*

[3] Para saber mais sobre o tema ver: CARNEIRO DA CUNHA (org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Patrimônio imaterial e biodiversidade**. Brasília: Iphan, n. 32, 2005; CARNEIRO DA CUNHA. "Cultura" e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: **Cultural com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 311-373

No Brasil, temas relacionados à cultura romperam os limites do interesse de folcloristas e estudiosos e passaram a ser tópico indispensável nas políticas de Estado em 1975, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, quando ganharam importância em relação às decisões econômicas do país.

> *O objetivo era demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico, e não apenas procurar convencer autoridades e sociedade do interesse público de preservar valores culturais, como ocorrera nas décadas anteriores. Essa articulação foi feita em duas direções: seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado*
>
> (...) *Inicialmente, o objetivo era criar um banco de dados sobre a cultura brasileira, um centro de documentação que utilizasse as formas modernas de referenciamento e possibilitasse a identificação e o acesso aos produtos culturais brasileiros [...] tratava-se de um trabalho etnográfico, de dimensão estritamente cultural [...] Essa concepção foi sendo reelaborada e ampliada, na medida em que se propunha atribuir ao CNRC uma finalidade mais ambiciosa. Tratava-se não de se eleger símbolos da nação nem de conhecer e divulgar as tradições brasileiras, e sim de buscar indicadores para a elaboração de um modelo de desenvolvimento apropriado às necessidades nacionais (FONSECA, 2009: 142-144)*

Com objetivos diferentes daqueles do Iphan, o CNRC contava, também, com uma diferença no perfil de funcionários: além de, por exemplo, especialistas em informática, documentação, biblioteconomia e crítica literária, havia aqueles com formação nas ciências sociais. A própria divisão do centro em quatro áreas refletia uma inspiração acadêmica: Ciências Humanas, Ciências Exatas, Documentação, Artes e Literatura.

Outra diferença está na autonomia do centro. Por não estar *subordinado a nenhum órgão da administração pública – pois era fruto de um convênio entre entidades diversas – gozava de uma agilidade administrativa*, atraindo para seus projetos pesquisadores independentes e também ligados ao campo acadêmico, às ideias nele desenvolvidas. A diversidade de especialidades, a autonomia para executar projetos e a participação de pesquisadores independentes fez do centro um espaço de experimentação: espaço onde foram elaborados *conceitos que, no início da década de 1980, fundamentaram a política da Secretaria da Cultura do MEC e que foram incorporados à Constituição Federal de 1988* (idem: 145-146, 157).

Com a fusão dos órgãos, em 1979, os conceitos trabalhados pelo centro foram levados para o Iphan. Com isto, o discurso patrimonial foi acrescido de algumas

categorias como bem cultural, memória, continuidade; selando seu encontro com a cultura (dinâmica, viva; as práticas sociais das comunidades) e os campos de saberes acerca dela, e apropriando-se de preocupações, encontradas nos projetos do CNFCP, de colocar-se a serviço da sociedade;

> *Para aqueles novos agentes institucionais [inseridos no quadro do Iphan após a fusão com o CNRC], no final dos anos 70 e início dos 80, as ações da política cultural do governo federal deviam se voltar prioritariamente não só para o atendimento das necessidades culturais, como também levar em consideração as necessidades econômicas e políticas dos grupos sociais até então excluídos – simbólica e materialmente – dos benefícios dessa política (idem: 158)*

A demanda por políticas voltadas para grupos menos favorecidos até então não era exclusividade brasileira. É indispensável nos lembrarmos de que o mundo vivia um período de acelerada expansão do processo de globalização, aumento do abismo de desenvolvimento social e econômico entre países, e intensos conflitos ideológicos da Guerra Fria. Em resposta a este cenário os discursos nacionais intensificavam-se e ampliam-se, levando o discurso patrimonial como parte de seu conjunto.

Desta forma, também a noção de patrimônio foi ampliada. Nathalie Heinich aponta em seu *La fabrique du patrimoine – De la cathédrale à la petite cuillère* que foram quatro as expansões nos contornos da noção de patrimônio, desde seu surgimento:

- cronológica: não só monumentos da antiguidade ou da Idade Média seriam preservados;

- de caráter topográfico: “le monument a vu sa valeur s'étendre au-delà de ses propriétés intrinsèques”, passando a abranger, por exemplo, ambiente, paisagem, entorno;

- de categoria: contando com a colaboração do meio científico, com a penetração da história do folclore na arqueologia e na história da arte, superou-se a restrição de bens monumentais e os bens cotidianos passaram a ser considerados;

- e, por fim, conceitual: a lógica do *único* foi superada pela lógica do *típico*, que visa a um elemento de um conjunto, um contexto – “La valeur de l'objet tient alors non

plus à sa rareté, voir à son unicité, mais à sa typicité, en tant qu'il cumule toutes les propriétés caractéristiques de sa catégorie" (HEINICH, 2009: 17-20)

Entretanto, mesmo com essas mudanças, o caráter imaterial da cultura ainda não integrava a noção de patrimônio. Por isso, países do (à época) chamado terceiro mundo, liderados pela Bolívia, solicitaram a UNESCO formas jurídicas de proteção às manifestações de cultura tradicional e popular (IPHAN, 2006: 15). Finalmente, em 1989, a UNESCO voltou suas atenções para a cultura não-material dos povos e publicou sua Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular. No texto, cultura tradicional e popular é definida como

> *o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas sobre a tradição expressas por um grupo ou por indivíduos, e reconhecidas como respondendo às expectativas da comunidade enquanto expressão da sua identidade cultural e social, das suas normas e valores transmitidos oralmente, por imitação ou por outros meios. As suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (UNESCO, 1989)*

O texto, conforme aponta Kurin, pensava as práticas tradicionais e populares como *costumes "naturalmente praticados" que podiam ser abstraídos de outros aspectos da vida e que talvez ficassem melhor preservados nos registros documentos dos académicos ou nas coleções dos museus* (KURIN *apud* CABRAL, 2011: 65), não atendendo, portanto, às expectativas de muitos países à época. Ainda assim, a Recomendação de 1989 pode ser entendida como o prelúdio da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, de 2003 (CARVALHO, 2011).

A Convenção de 2003 trouxe a definição de patrimônio imaterial. Em seu artigo 2º lê-se:

> *... as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana (UNESCO).*

Esta nova forma de se pensar o patrimônio trouxe mudanças relevantes para a prática da preservação. Em primeiro lugar, o foco deixou de estar nos objetos e voltou-se para as práticas (idem: 53). Estas práticas já não são avaliadas por sua autenticidade, são valorizadas no contexto presente, como tradição viva; e também os detentores passam a ser valorizados, por seu indispensável papel não só na configuração do patrimônio, mas também, e em especial, na transmissão de tais práticas (CABRAL, 2011: 65-66).

2.2 Patrimônio imaterial no Brasil: jurisprudência, diretrizes e instrumentos de preservação

No Brasil, os avanços pretendidos nas políticas culturais inclusivas só foram possíveis no contexto de redemocratização pela qual o país passava. Neste período, a participação nas políticas públicas expandiu-se e essas tornaram-se acessíveis a novos grupos sociais. A participação de diferentes grupos e a valorização da cultura popular foram confirmadas pela a Constituição Federal de 1988.

O texto constitucional apresenta a ampliação da noção de patrimônio: este passa a ser entendido como cultural – e não mais somente histórico e artístico -, e divide-se em duas naturezas – a material e a imaterial, ou intangível, como se lê no artigo 216:

> *Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*
>
> *I - as formas de expressão;*
>
> *II - os modos de criar, fazer e viver;*
>
> *III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;*
>
> *IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;*
>
> *V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.*

A Constituição de 1988, com seu caráter democrático e instituída de uma visão antropológica da cultura, concretizou a participação de diferentes grupos sociais do país no discurso patrimonial, colocando-os na posição de formadores da identidade e não mais como receptores das memórias apontadas pelas práticas do Estado. Para se cumprir este entendimento inclusivo acerca do patrimônio cultural foram necessários novas diretrizes e novos instrumentos para a preservação. Estes foram implementados a partir do ano 2000, com o Decreto 3.551 – que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) tem objetivos e diretrizes próprios. Seus objetivos são

> *Implementar política de inventário, Registro e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial; contribuir para a preservação da diversidade étnica e cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade; captar recursos e promover a constituição de uma rede de parceiros com vistas à preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro; incentivar e apoiar iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade*

E suas diretrizes

> *Promover a inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial; ampliar a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio; promover a salvaguarda de bens culturais imateriais por meio do apoio às condições materiais que propiciam sua existência, bem como pela ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação; implementar mecanismos para a efetiva proteção de bens culturais imateriais em situação de risco; respeitar e proteger direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso do patrimônio cultural imaterial.*

A prática da preservação do patrimônio imaterial conta com três processos. A identificação é o momento em que os bens são conhecidos, a partir de pesquisa, documentação, produção de conhecimento e sistematização de dados acerca das referências culturais das diferentes comunidades. Para isto, foi instituído o uso da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. *A produção de conhecimento e documentação requeridas pelo INRC pressupõe o diálogo permanente*

entre pesquisadores e os grupos sociais ou comunidades envolvidas (OLIVEIRA, 2009: 5) – nesta troca, os pesquisadores coletam as informações que são, posteriormente, organizadas em fichas e relatórios.

Os bens culturais são inventariados em cinco categorias: celebrações, edificações, formas de expressão, lugares e ofícios e modos de fazer; mas a metodologia do inventário permite que as informações das diferentes fichas sejam cruzadas e relacionadas. Desta forma, e com ênfase na construção conjunta dos dados, o INRC pretende apontar informações densas acerca dos bens.

Já o Registro é um instrumento jurídico de reconhecimento do bem cultural. Este instrumento também aborda os bens a partir de categorias, neste caso divididas em quatro Livros de Registro: dos Saberes (que engloba os ofícios e os modos de fazer), das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares (naturais ou edificados).

Diferentemente do tombamento, o Registro não pretende assegurar a integridade do bem por meio de fiscalização e restauro. O objetivo é dar condições à continuidade do bem, a partir da produção de conhecimento, documentação, valorização, apoio e fomento. Outras particularidades do Registro são: seu pedido deve ser coletivo, isto é, o grupo detentor deve querer o reconhecimento, não basta que uma pessoa o requisite; e o caráter transitório do título de Patrimônio Cultural do Brasil: a cada dez anos, no máximo, a titulação deve ser revalidada, caso as referências culturais que constituem o bem ainda sejam determinantes para a identidade do grupo (IPHAN, 2010: 22-24).

Por fim, temos os planos e ações de salvaguarda. Formulados a partir do conhecimento produzido – durante as pesquisas de inventário e/ou Registro – acerca das referências culturais, pretendem contribuir para o fomento das condições de produção, reprodução e transmissão dos bens culturais. Assim como no caso do inventário e do Registro, a participação dos detentores é indispensável. E, mais do que uma participação, os planos de salvaguarda buscam gerar condições para que os detentores tornem-se gestores autônomos de seus bens (idem: 24-25).

É importante ressaltar que estes processos não representam etapas obrigatórias à preservação, sendo possível, por exemplo, que haja ações de fomento mesmo que o bem ainda não tenha sido registrado. Não há nos textos jurídicos um percurso obrigatório aos processos. O Decreto 3.551/00 nem mesmo menciona identificação ou salvaguarda

especificamente – propõe divulgação, promoção, valorização, inventário e referenciamento de bens. O PNPI, por sua vez, traz a identificação somente em seu preâmbulo, entre os projetos viabilizados pelo programa, e cita a salvaguarda em seus objetivos, suas diretrizes e como um dos instrumentos da política de preservação.

No texto do Programa é definido que *Salvaguardar um Bem Cultural de Natureza Imaterial é apoiar sua continuidade de modo sustentável. É atuar no sentido da melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitam sua existência.* A salvaguarda (o apoio à continuidade, a melhoria de condições de transmissão e reprodução) pode, portanto, ser executada a qualquer momento. No entanto, muitas vezes prevalece o pensamento de que só devem ser salvaguardados os bens registrados – como pudemos perceber nas falas de técnicos das superintendências do Iphan durante o 3º Encontro de avaliação da política de identificação, promovido pelo DPI em agosto de 2013. Essa interpretação talvez se deva ao outro trecho da definição de salvaguarda no PNPI:

> *O conhecimento gerado durante os processos de inventários e Registro é o que permite identificar de modo bastante preciso as formas mais adequadas de salvaguarda. Essas formas podem ir desde a ajuda financeira a detentores de saberes específicos com vistas à sua transmissão, até, por exemplo, a organização comunitária ou a facilitação de acesso a matérias primas.*

Podemos notar, com isso, que os instrumentos jurídicos acabaram por organizar a política de preservação em processos que podem ser encarados como isolados, mas resultantes um do outro (enfatizando o Registro e apresentando a salvaguarda como resultante dele). A política fica, assim, vulnerável a interpretações, ainda que essa fragmentação não fosse rígida ou intencional para os atores da implementação quando da sua instrumentalização – conforme veremos no próximo capítulo.

No caso da identificação essas interpretações são ainda mais determinantes, pois não há uma definição de identificação nos textos jurídicos. Assim, diferentes entendimentos levam a diferentes práticas e desdobramentos da identificação. Por se tratar do momento em que as referências culturais são conhecidas, em que as práticas culturais são assimiladas a partir dos critérios do discurso patrimonial, os entendimentos acerca do processo de identificação torna-se um importante objeto de análise para se pensar como os bens têm sido constituídos e inseridos no campo do patrimônio.

Buscaremos, portanto, compreender os elementos que compõem a identificação – as concepções que a guiam, a pesquisa em campo em diálogo com os grupos sociais, as escolhas advindas da liberdade metodológica, entre outros –, para entendermos os resultados alcançados. Isto é, avaliaremos as etapas e os elementos do processo de construção dos bens para compreendermos como esta se dá.

2.3 Identificação: a operação da construção de um olhar

Para pensarmos a identificação tomaremos emprestada uma noção explorada por Nathalie Heinich, no já citado *La fabrique du patrimoine*, ao refletir sobre a política de inventário na França: o *olhar coletivo*. Apesar de o caso francês restringir-se ao patrimônio dito material, o empréstimo pode ser feito, pois a noção volta-se para a construção de um olhar e não para os objetos em si.

Segundo a autora, este olhar constrói-se com o trabalho de inventário e gera uma maneira de enxergar os objetos. Esses serão vistos e pensados a partir dos sentidos indicados por esse olhar. Isso significa dizer que o olhar coletivo é o processo pelo qual são atribuídos valores aos bens, inserindo-os no discurso patrimonial (a *chaîne patrimoniale* de Heinich). Por isto, pensar sobre o olhar coletivo, entendê-lo, é buscar entender a construção dos objetos enquanto bens patrimoniais.

A construção do olhar coletivo resulta de dois momentos do trabalho do inventário:

> *en amont, la construction préalable des outils perceptids, puis leur usage sur le terrain, dans l'exercice du regard expert; et em aval, la constitution d'une culture commune par l'exercice du regard des destinataires, spécialistes ou profanes, informe par lês inscriptions produites et diffusées par lês experts (HEINICH, 2009: 124)*

Em outras palavras, no primeiro momento, há a pesquisa em campo, quando o pesquisador exerce seu olhar individual e especializado sobre os objetos; depois, a inscrição, o registro documental destes objetos, quando valores são apontados,

indicando como os objetos devem ser vistos. Para entender o olhar coletivo devemos, por isso, voltar nossa atenção para esses momentos, essas etapas que o compõem.

E ao nos debruçarmos sobre eles torna-se pertinente tomarmos emprestadas outras noções que contribuirão para esta análise. Especificamente, aquelas apontadas por Michel de Certeau, ao nos lembrar que as operações para produção de conhecimento não escapam ao *lugar social* onde são executadas.[4]

O lugar social é o lugar de *produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias*, o que leva a pesquisa a estar *submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade (CERTEAU, 1982: 65-66)*.

Inserida num lugar social e – como nos indica o paralelo com as ideias de Heinich acerca do olhar coletivo – executada numa pesquisa de campo e concluída com a elaboração de registros escritos, a identificação apresenta-se para nossa análise da mesma forma que a operação historiográfica para Certeau: *a combinação de um lugar social, práticas "científicas" e uma escrita* (idem: 65). A soma das noções trabalhadas pelos dois autores mostra-se, portanto, uma boa base para nossa reflexão.

Certeau alerta-nos de que é *em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam* (idem: 66), isso significa dizer que o lugar social estabelece como se dará a pesquisa, isto é, a construção do olhar coletivo. Por isto, para a entendermos precisamos, antes, conhecer o lugar social de onde parte. No caso do processo de identificação, por tratar-se de uma pesquisa executada por pesquisadores, com diretrizes estabelecidas pelo Iphan e numa vivência de campo junto aos grupos detentores, três diferentes lugares sociais fazem-se presentes. São eles o lugar social do Iphan, o lugar social dos pesquisadores e aquele dos detentores.

O primeiro é o lugar de ação de políticas públicas, de práticas de Estado e, como tal, dá-se num campo de disputas entre diferentes grupos da sociedade. Pois, com a expansão da noção de patrimônio, houve uma maior aproximação da prática de

[4] Ainda que em *A escrita da História* o autor tenha focado suas observações nas perspectivas teóricas e metodológicas do campo da História, o autor levantou questões relevantes para a produção de conhecimento nas Ciências Sociais como um todo

preservação patrimonial a outros temas relevantes às políticas públicas – como diversidade e direitos culturais –, que acabou por trazer novos agentes sociais, com novos discursos, para o campo. A composição nascida dos arranjos entre estes discursos, o lugar social, leva, como já dito, ao estabelecimento das diretrizes da pesquisa. Precisamos, por isto, conhecer este campo de disputas para compreendermos as diretrizes que dele surgem – e organizam as pesquisas feitas.

No caso dos pesquisadores, seu lugar social tem ligação com sua formação acadêmica. Seu olhar e suas escolhas baseiam-se em noções específicas; suas práticas, em ferramentas próprias, pois mesmo com as diretrizes sendo apontadas pelo Iphan, há liberdade metodológica para ação dos pesquisadores. Por isto, a maneira como estas diretrizes serão encaradas e trabalhadas no processo de identificação depende do lugar social dos pesquisadores.

Entretanto, o olhar coletivo que constrói os bens culturais não resulta somente do encontro entre o campo de conhecimento dos pesquisadores e as práticas de Estado, os grupos sociais também têm papel relevante nesse processo. Mais que detentores, os indivíduos são atores sociais, com percepções próprias acerca de suas práticas, sua identidade e sua inserção na sociedade, e certas expectativas em relação aos desdobramentos e possibilidades das políticas públicas. Por isso, em sua interação com Estado e pesquisadores, podem acabar por interferir nos objetivos e escolhas iniciais às pesquisas.

As referências culturais nas quais os projetos se baseiam devem ser reconhecidas pelos detentores, devem ser aquelas que eles consideram base da constituição de sua identidade. Ao longo do trabalho de campo os grupos podem expor suas referências e abrir sua vivência para a análise aos pesquisadores, assim como podem optar por preservá-las e mantê-las restritas aos membros do grupo. A diferença de postura corresponde à diferença de demandas e expectativas. O INRC executado junto aos Mbyá-Guarani em São Miguel das Missões – RS (INRC Mbyá-Guarani) ilustra bem essas questões.

Durante o trabalho de campo, os Mbyá-Guarani se apropriaram do projeto como meio de *avançar demandas reprimidas na destinação de outras porções de terra com floresta para a criação de novas* ***tekoá***, levando a pesquisa a *incluir outras localidades*

por sua importância ecológica e por sua ligação com o passado Mbyá naquela região específica (INRC Mbyá-Guarani – Relatório de crítica metodológica, 2006: 25). No entanto, apesar de ampliarem um recorte inicial, o grupo não permitiu uma aproximação maior das práticas em si, traçando um limite em torno de seus saberes e fazeres, construindo uma "dimensão do mistério" a qual os pesquisadores não podiam ter acesso: *Desde o início dos trabalhos, os Mbyá reiteram limites à nossa curiosidade intelectual e técnica, evitando falar sobre muitos aspectos de sua tradição* (idem: 26).

Nesse caso, os detentores negociaram com pesquisadores, ora expondo, ora preservando suas práticas, na expectativa de ter atendidas as suas demandas. Noutros casos, os próprios grupos veem as políticas patrimoniais como caminho para a legitimação em outros campos e, por isso, procuram estabelecer uma articulação junto ao Estado, visando seu reconhecimento na forma do Registro. Um exemplo é o caso de produtores de queijo artesanal em Minas Gerais que buscaram o Registro para se fortalecerem na luta contra as barreiras impostas por legislações sanitárias.

O direito à comercialização de produtos, a demanda por terras e o desejo de não revelar saberes e fazeres para pessoas fora do grupo são exemplos de demandas e escolhas próprias dos grupos. Essas surgem como questões ou respostas desses grupos às determinações de seu contexto, aos conflitos encontrados em suas relações com outros grupos. Podemos dizer, portanto, que são fruto de seu lugar social. Manifestar suas demandas e escolhas é uma forma dos grupos tentarem introduzir sua voz no discurso patrimonial, mas o esforço não deve partir só deles.

Os Mbyá-Guarani e os produtores de queijo mineiros são exemplos de grupos organizados social e/ou politicamente. No entanto, a participação dos detentores não depende somente da organização do grupo, mas, em especial, do empenho do Iphan e dos pesquisadores em ampliar os projetos para além de levantamento, documentação e análises de elaboração acadêmica e encará-los como uma importante etapa na abertura do discurso do patrimônio às vozes dos grupos que vivem e produzem os bens. Há tantas possibilidades de participação dos grupos quanto há objetos para políticas patrimoniais e escolhas metodológicas de campo.

Nas diversas situações, a forma como os lugares sociais dos detentores são apresentados pode ou não favorecer a salvaguarda de suas práticas. Um maior

distanciamento da base social dos grupos dificulta que sua voz se faça presente e aparente nos projetos, e ao não conhecer a fundo as demandas e sem contar com ativa participação, a salvaguarda das práticas torna-se problemática. Já um grande envolvimento entre os atores do projeto permite maiores possibilidades para a salvaguarda, pois grupos detentores são mais fortemente inseridos na execução das etapas e as demandas são mais conhecidas e compreendidas.

Percebemos, assim, que são muitos os lugares sociais e, consequentemente, múltiplas operações para a produção de conhecimento, com resultados variados também na produção escrita decorrente da pesquisa. Dentro deste contexto de grande diversidade – de noções, métodos, práticas, discursos –, os trabalhos dos pesquisadores passam por um processo de legitimação. No caso das pesquisas acadêmicas a legitimação é feita pelos pares, pela *lei do grupo* ou *lei do meio*. Certeau nos aponta, ao legitimar uma prática científica, a lei do meio estabelece suas condições de existência.

> *A instituição social (uma sociedade de estudos de...) permanece a condição de uma linguagem científica (a revista ou o Boletim, continuação e equivalente das correspondências de antigamente) (...) cada "disciplina" mantém sua ambivalência de ser a lei de um grupo e a lei de uma pesquisa científica. A instituição não dá apenas uma estabilidade social a uma "doutrina". Ela a torna possível e, sub-repticiamente, a determina. (CERTEAU: 69)*

No entanto, ainda que a instituição social (grupos acadêmicos) determine as condições da pesquisa (noções, ferramentas, escolhas metodológicas, o lugar social dos pesquisadores), no caso do processo de identificação do patrimônio imaterial detentores e Iphan desempenham papeis na legitimação. Os primeiros legitimam ao participarem da pesquisa e indicarem suas referências culturais. O Iphan, por sua vez, o faz ao apontar as diretrizes, determinar instrumentos (INRC), emitir pareceres, notas e avaliações sobre os resultados. A escrita dos pesquisadores, segundo momento da construção do olhar coletivo, fica, portanto, sujeita às diretrizes, aos instrumentos e à aprovação do Iphan.

O trabalho de escrita, as inscrições que indicam os valores dos bens, resulta, com isso, do encontro dos lugares sociais e de sua elaboração discursiva. Essa, por ser feita

pelos pesquisadores, também está submetida ao seu lugar social. Mas, para que seja legitimada, a escrita precisa ser adaptada: mais do que adequação conceitual, há um ajuste ao instrumento - nos casos que analisamos, trata-se do INRC. Esse se torna, assim, um dos parâmetros da *lei do meio*.

2.4 Etapas da identificação – os lugares sociais, o instrumento, o olhar coletivo e a legitimação

Nesse momento surge um novo encontro: agora, entre o lugar social dos pesquisadores e o instrumento do inventário – que é um parâmetro de legitimação; entre noções e práticas acadêmicas e uma sistematização de dados. Esse encontro, segundo relatos de pesquisadores, acaba por gerar uma *tensão entre a imaterialidade do que se pretende apreender e a necessidade de procedimentos objetivos e sistemáticos próprios ao inventário* que parece *aprisionar a pesquisa em suas intenções etnográficas* (CARVALHO, 2006: 26).

Ao passar por esta tensão, ao equilibrar suas práticas com as exigências do instrumento,

> *On peut ainsi décrire l'activité des chercheurs de l'Inventaire comme um travail de "médiation" (ou de "traduction" [...]) entre objets (susceptibles de patrimonialisation) et humains (dotés de la capacité minimale de les voir, sinon de les admirer), en même temps qu'entre individus (les chercheurs) et institution (l'administration patrimoniale) (HEINICH, 2009: 147)*

Ao nos lembrarmos de que o trabalho com patrimônio imaterial dá-se em diálogo com as comunidades, a mediação estende-se a elas. Os pesquisadores acabam por ser intérpretes das políticas e diretrizes do Iphan junto às comunidades, e do olhar delas sobre suas práticas culturais junto ao Iphan. Do cálculo destas mediações com as tensões, as diretrizes e a legitimação da escrita tem-se como resultado o olhar coletivo sobre o bem.

Os objetos para nossa análise da identificação mostram-se desta forma: as diretrizes e práticas estabelecidas pelo Iphan, em seu lugar social (campo de disputas, das políticas públicas) e contexto jurídico, que determinam as pesquisas; as interpretações e mediações feitas pelos pesquisadores, a partir de suas práticas em campo, também fundamentadas em um lugar social (sua formação, suas noções e escolhas metodológicas) e em decisões políticas do campo na relação e negociação com os detentores; a escrita resultante da atividade em campo, os valores atribuídos, e sua legitimação pelo Iphan.

Ainda que estes objetos façam parte de todos os projetos de identificação, fez-se necessário um recorte que tornasse a pesquisa exequível. Dentre as muitas possibilidades, os contornos e limites deste recorte foram indicados pelas próprias atividades executadas no DPI; entre estas, a participação na avaliação de projetos de inventários trouxe à atenção pontos sensíveis da categoria dos saberes e levantou questões acerca de sua patrimonialização.

2.5 Saberes – conhecimentos patrimonializáveis

Como indicado anteriormente, atenções começaram a voltar-se para a cultura popular, no âmbito internacional, já na década de 1950 – com a preocupação com a questão do direito de autor, e intensificando-se, posteriormente, com a Recomendação de 1989. Com o avanço do campo, em especial com a junção do CNRC ao Iphan, não surpreende que os modos de criar, fazer e viver tenham sido incluídos nos domínios do patrimônio cultural pela Constituição Federal de 1988. No entanto, o olhar sobre a cultura popular ainda era marcado por uma ênfase nas realizações materiais dos grupos.

O relatório final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial confirma esta ênfase ao destacar que

> *A pesquisa realizada pelo GTPI revelou que os principais problemas que interferem na continuidade e na manutenção das expressões da cultura tradicional são o turismo, sua apropriação inadequada pela mídia, a uniformização de produtos decorrente do processo de globalização*

> *da economia, a apropriação industrial desses conhecimentos e a comercialização inadequada, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. Esta é prejudicial quando ocorre por meio da produção em série de cópias de objetos tradicionais; da introdução de materiais não apropriados ou formas inadequadas com vistas ao lucro rápido; da apropriação gratuita de padrões originais ou princípios tecnológicos tradicionais. (IPHAN, 2006: 18)*

Este Grupo de Trabalho foi criado no ano de 1998[5] para assessorar a Comissão instituída para elaborar uma proposta de regulamentação do acautelamento do patrimônio imaterial. O papel do GTPI era, portanto, discutir e aprofundar os conceitos para assegurar que as demandas do campo seriam atendidas pela nova legislação que seria desenvolvida. Foi neste contexto que as categorias do patrimônio imaterial foram estabelecidas.

No caso dos conhecimentos tradicionais, a preocupação com criações materiais era tamanha que, no início das discussões, houve uma sugestão que fossem criados um Livro de Registro dos Processos e um Livro de Registro dos Produtos (Iphan, 1998). No entanto, a proposta foi abandonada exatamente porque se pretendia valorizar os conhecimentos, seus detentores, suas práticas.

Para conhecer melhor como se deu a constituição dos saberes enquanto categoria definidora do patrimônio, conversamos com algumas pessoas que participaram desse processo de construção:

- Célia Corsino – diretora do Departamento de Identificação e Documentação – DID quando foram desenvolvidos a política de preservação do patrimônio imaterial e seus instrumentos, entre eles o INRC, e atual diretora do DPI;
- Antonio Augusto Arantes – responsável pela elaboração do INRC e, mais tarde, presidente do Iphan;
- Márcia Genésia Sant'Anna – diretora do DPI de 2004 a 2011 e coordenadora do GTPI;

[5] Composto por: Márcia Sant'Anna (coordenadora), Célia Corsino, Ana Cláudia Lima e Alves e Ana Gita de Oliveira, do Iphan; Maria Cecília Londres Fonseca, da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, do MinC e Cláudia Márcia Ferreira, do Museu de Folclore/Funarte. Fizeram também parte do grupo, no início do trabalho, Ana Maria Roland, Assessora Presidência/IPHAN, e Sidney Fernandes Sollis, DID/IPHAN (IPHAN, 2006: 16).

- Ana Gita de Oliveira –Gerente do DID à época do desenvolvimento da política, participou de trabalhos de identificação de bens com e sem a aplicação do INRC;
- Cláudia Márcia Ferreira – diretora do Museu de Folclore, participou das discussões do GTPI;
- Maria Cecília Londres Fonseca – membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, participou das reuniões do GTPI como assessora do Ministério da Cultura;
- Letícia Vianna – participou da aplicação dos primeiros INRCs pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular e atualmente é consultora junto ao DPI

Maria Cecília Londres relembra o objetivo de se chegar a uma categoria ampla, que valorizasse os conhecimentos tradicionais e populares:

...se evitou o termo conhecimentos porque tem uma conotação mais científica. Saberes seria uma palavra mais ampla, menos carregada nesta conotação ligada ao conhecimento científico.

Também Célia Corsino relembra a intenção de delimitar um recorte mais abrangente.

O modo de fazer, o artesanato e tal, teve um momento em que a discussão [nas reuniões do GTPI] achou que era pouco. O saber, os saberes, ele tem uma ideia maior, ele tem uma formação intelectual, ele abrange mais coisas. O saber fazer tido como tecnologia patrimonial, a gente discutiu muito esta questão também.

Pelos relatos ouvidos, acreditamos que o tema foi bastante debatido, mas, ainda assim, os motivos pela escolha do termo *saberes* não ficaram registrados nos relatórios e nas memórias das reuniões. E, pode-se dizer, nem mesmo nas lembranças dos participantes do GTPI a discussão ficou marcada. Coordenadora do Grupo, Márcia Sant'Anna indicou um possível motivo para essa falta de registros:

O objetivo maior, naquele momento, não era discutir as categorias. Era encontrar um instrumento adequado para patrimonializar essas coisas e, principalmente, eu acho, a discussão era em torno de que efeitos este instrumentos deveria ter – como ele atuaria positivamente, entende? Era isso que nos mobilizava naquele momento (...) .nós chegamos a conclusão que esta categoria, Saberes, poderia pegar tudo. E que não valia a pena ficar

segmentando, na medida em que (...) quanto mais ampla fosse a categoria, quanto mais coisa coubesse dentro dela, melhor.

Apesar de não se lembrar de uma discussão específica sobre a escolha do termo, Cláudia Márcia lembrou a possibilidade de o termo ter sua origem nas práticas da Unesco.

Puxando pela memória, esta discussão [sobre a escolha do termo] não houve no âmbito do GTPI. Agora, se você menciona que o documento da Unesco [Recomendação de 1989] já fala em saberes. Porque tem a coisa da própria origem da palavra folclore, é saber do povo. E a Recomendação da Unesco (...) vai atuar neste campo do folclore, das culturas populares. (...) A gente tentava abarcar com aqueles quatro livros um universo maior, e talvez por isto os saberes [o Livro dos Saberes] seja tão "solto".

Ana Gita de Oliveira lembrou-se dos princípios da discussão e também da já existência do termo quando das discussões do GTPI.

Essas tecnologias patrimoniais, que era um termo corrente no Iphan, na verdade, elas encerram, ensejavam, é, saberes e técnicas, modos de fazer, né? Então, eu lembro que toda discussão partiu um pouco desta noção desta categoria de tecnologias patrimoniais. E essa conversa foi crescendo (...) E essa categoria de saberes... isso que eu não consigo me lembrar... de alguma maneira já existia numa dessas conversas, uma dessas experiências da prática de preservação; e aí, acho que alguém levantou isso e o grupo logo adotou isso. Quer dizer, já que existia no contexto das práticas de preservação e nos conceitos e princípios que organizavam a legislação à época, então a gente adotou no mesmo momento.

É curioso notar, no entanto, que o termo *saberes* é usado no documento da UNESCO não como parte integrante daquilo que foi definido como cultura tradicional e popular (já citado anteriormente neste texto), mas em um dos trechos que sugerem medidas para a sua conservação: [conviria que os Estados-membros] *privilegiassem as formas de apresentar as culturas tradicionais e populares que realçam os testemunhos vivos ou passados destas culturas (localizações históricas, modos de vida, saberes materiais ou imateriais)* (UNESCO, 1989).

Enquanto o texto da UNESCO cita os saberes como testemunhos das culturas tradicionais e o Decreto 3.551/2000, que institucionalizou a política de preservação do patrimônio imaterial, apresenta o Livro de Registro dos Saberes como aquele *onde*

serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades, o PNPI e o INRC trazem entendimentos mais limitados dos saberes.

O primeiro traz uma definição que tem em seus contornos realizações a partir de processos materiais: *os saberes ou modos de fazer são atividades desenvolvidas por atores sociais conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identificam um grupo social ou uma localidade*. E também o INRC traz uma forma mais limitada de se pensar os saberes ao ter entre as categorias que o estruturam não saberes, nem conhecimentos, mas

> *Ofícios e modos de fazer, ou seja, as atividades desenvolvidas por atores sociais (especialistas) reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Este item refere-se à produção de objetos e à prestação de serviços que tenham sentidos práticos ou rituais, indistintamente. (IPHAN, 2000: 31)*

Esta divisão é um indicativo da visão acerca dos saberes à época do desenvolvimento da metodologia e, ao mesmo tempo, pode acabar por ser um limitador às pesquisas feitas a partir dela. Em outras palavras, esta visão é produto e produtora de um entendimento acerca do que são os conhecimentos tradicionais e populares. E este entendimento, como indicou Antonio Arantes em conversa sobre o tema, acaba por privilegiar os aspectos materiais encontrados nos saberes.

É interessante que no caso do INRC estas atividades tenham sido interpretadas como ofícios e modos de fazer, porque, colocando desta forma, se exclui, por exemplo, cosmologia, sistemas divinatórios,... e é uma visão muito voltada, no fundo, para o artefato.

Há um risco, portanto, de que as pesquisas feitas com a metodologia do INRC acabem por sujeitar os conhecimentos (a imaterialidade) aos artefatos e/ou produtos das práticas (a materialidade). A preocupação com esta sujeição levantou as questões que norteiam esta pesquisa: a identificação tem possibilitado que se conheçam as referências culturais, e como estas se formam dentro da sociabilidade dos diferentes grupos?; a identificação tem apontado ações que valorizam os saberes ou que fomentam seus produtos materiais?; os ofícios têm sido inseridos nas ações de preservação patrimonial por seu caráter de conhecimento ou por sua ligação com o mercado e a subsistência? Mas, para buscarmos respostas a essas questões precisamos, antes,

conhecer o que é a identificação: qual seu papel e como ela tem sido entendida e executada na política de preservação do patrimônio imaterial.

3 IDENTIFICAÇÃO – CONCEPÇÕES E ENTENDIMENTOS

3.1 Conhecimento, pesquisa e identificação

Em 2006, Izabela Tamaso observou que *milhares de páginas já foram escritas sobre a cultura brasileira (imaterial/material). Entretanto, muito pouco se refletiu sobre o que significa inventariar um bem e, ao inseri-lo em um dos livros de registro, atribuir-lhe o estatuto de "Patrimônio Cultural do Brasil"* (TAMASO, 2006:7). Ainda que a cultura seja tema recorrente de estudos, a sua constituição enquanto bens culturais, isto é, o processo de identificação, não é tema de estudos. A atenção das análises volta-se para os desdobramentos da política, deixando a identificação fora de boa parte da bibliografia sobre o patrimônio imaterial.

Já em 2004, em sua dissertação *De "o belo e o velho" ao mosaico do intangível*, Marcus Vinícius Garcia relatou a intenção de avaliar "as formas de atuação técnica e os efeitos" da política de identificação. Seu texto indica a possibilidade de pensar a política de patrimônio imaterial na mesma perspectiva apontada por Souza Lima para pensar a política indigenista: como uma atuação governamental que se dá em dois momentos distintos, *concepção* e *exercício* (GARCIA, 2004: 10). Por ser parte importante da política de patrimônio imaterial, a identificação, a partir desta abordagem, também pode ser analisada nesses dois momentos.

A princípio, poder-se-ia imaginar que a identificação tem sua concepção no objetivo de pôr em prática ações que sigam as diretrizes estabelecidas para a preservação do patrimônio imaterial. No entanto, essas foram institucionalizadas pelo Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (num texto que, como já discutimos no capítulo anterior, não menciona a identificação) somente no ano 2000, e a noção de identificação conta com uma trajetória mais longa no Iphan.

Durante anos a estrutura do órgão contou com um Departamento de Identificação e Documentação, responsável pelos critérios e métodos das pesquisas e da documentação[6]. Mas, mesmo com o reconhecimento, trazido pela Constituição Federal

[6] Apesar das mudanças que marcam a história recente da instituição, a competência do DID não

de 1988, de que o patrimônio cultural é composto por bens de natureza material e imaterial, ainda não havia diretrizes para o reconhecimento, valorização e salvaguarda do patrimônio imaterial. As ações do DID, portanto, quando voltadas para a cultura popular, baseavam-se em noções ainda em construção.

O livro *Inventários de Identificação – um panorama da experiência brasileira* confirma e exemplifica isto. No capítulo intitulado *Diagnóstico dos inventários de identificação do IPHAN*, destaca-se a necessidade de se constituir instrumentos que respondessem a novas demandas.

> *Em 1988, a Constituição Federal consolidou uma ideia mais abrangente de cultura atribuindo ao Estado dever de garantir o **acesso às fontes de cultura nacional**, sua **valorização** e **difusão**, assim como sua **proteção**, incluindo, entre outros instrumentos, os inventários como uma das alternativas de proteção.*
>
> *Os inventários de identificação têm-se constituído no instrumental técnico para atender a essa nova demanda, possibilitando a seleção e o registro de novos valores para preservação, assim como a reflexão sobre novas alternativas para o cumprimento das competências e deveres da instituição. (IPHAN, 1998: 11-12) [grifos do autor]*

Contudo, há uma ressalva na introdução

> *Inicialmente foram chamados de inventários de **Conhecimento** os trabalhos de pesquisa que buscam a identificação e o registro de novos valores a preservar, através de levantamentos sistemáticos baseados na coleta de múltiplas informações de campo. Durante o Encontro decidiu-se pela troca do nome Inventário de **Conhecimento** por Inventário de **Identificação**, termo utilizado pela UNESCO para trabalhos com esse caráter de investigação (idem, p. 7)*

Este trecho traz duas questões interessantes. Primeira, o livro é composto por palestras apresentadas no *Encontro de inventários de conhecimento* do IPHAN, realizado nos primeiros dias de outubro de 1995. Nas falas dos palestrantes os projetos são chamados de inventários de **conhecimento**, somente após uma sugestão o termo foi

---

passou por grandes alterações ao longo dos anos em que existiu:

Decreto 99.602, 13 de outubro de 1990: I - estabelecer diretrizes, gerenciar programas e incentivar ações de prospecção, estudos e referenciamento, voltados para a identificação do patrimônio cultural objetivando o registro, a documentação e a proteção de bens culturais; II - prestar orientação e assistência técnica aos órgãos descentralizados no âmbito de suas competências.

Decreto 335, 11 de novembro de 1991: I - estabelecer diretrizes, gerenciar programas e incentivar ações de prospecção, estudos e referenciamento, voltados para a identificação do patrimônio cultural objetivando o registro, a documentação e a proteção de bens culturais; II.- prestar orientação e assistência técnica aos órgãos descentralizados no âmbito de suas competências.

Decreto 2.807, 21 de outubro de 1998: I - propor diretrizes, gerenciar programas, estabelecer critérios, métodos e procedimentos que orientem a abordagem de questões referentes à identificação e documentação do patrimônio cultural; II - elaborar e coordenar projetos e incentivar ações de pesquisa, estudos e referenciamento, voltados para a identificação do patrimônio cultural, visando o cadastramento, o registro, a documentação e a proteção de bens culturais. (BRASIL, 1990; 1991; 1998)

mudado para **identificação**, e, ainda assim, somente nos trechos escritos pelas organizadoras do livro. Durante a leitura é difícil afastar a sensação de se assistir a uma tentativa de adequação a partir, somente, da mudança de nomenclatura – tentativa esta que fica evidente nas páginas 22 a 24, quando é apresentada uma *Relação de inventários de identificação*, mas o texto introdutório indica que esta é resultado do levantamento de *inventários de conhecimento* e a lista conta com os mais diversos tipos de projetos: inventário de bens culturais e naturais, proposta de regulamentação de gabarito, inventário de edificações, projeto de revitalização, entre outros.

A segunda questão diz respeito ao entendimento apresentado na última sentença do trecho citado acima: *"[identificação] termo utilizado pela UNESCO para trabalhos com esse caráter de investigação"*. Esta visão marcou a busca do Iphan por um instrumento que normatizasse a prática da identificação após a adoção das referências culturais, como é visto no Manual de Aplicação do INRC: *os objetivos traçados pelo IPHAN para o INRC levaram à formulação de um procedimento de investigação* (IPHAN, 2000: 35).

A minuta da proposta para um inventário de identificação indica que se pretendia *identificar, de forma integrada, um patrimônio cultural diversificado (arquitetônico, urbanístico, documental, móvel, imaterial, etc.)*, no entanto, mudanças na estrutura do Iphan[7] e o estabelecimento do PNPI acabaram por dar ares de exclusividade à relação INRC/patrimônio imaterial. Por ser o único instrumento formalizado voltado para referências culturais, o INRC tornou-se, praticamente, um sinônimo de identificação de bens imateriais.

Por ser fruto da demanda da instrumentalização da identificação, é possível pensar paralelamente as concepções acerca da identificação e do próprio INRC. Principalmente porque ambos, muitas vezes, são tratados no discurso como sinônimos, levando a identificação a ser entendida como um dos objetivos e/ou resultados do inventário. E o fato de haver em sua metodologia Fichas de **Identificação** de bens para cada uma das categorias trabalhadas no inventário, criando uma diferenciação entre bens inventariados (todos os encontrados no sítio) e bens identificados (segundo o

[7]O decreto nº 4.811, de 19 de agosto de 2003 reformulou a estrutura do Iphan. Seus departamentos não mais se dividiam somente pelos processos da prática institucional (p. ex. identificação e documentação, proteção, promoção), mas passaram a se distinguir pela natureza dos bens a serem preservados: Departamento de Patrimônio Imaterial e Documentação de Bens Culturais e Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. (BRASIL, 2003)

manual do INRC, aqueles que apresentam maior representatividade junto à comunidade[8]) só reforça a fusão de entendimentos.

Curiosamente, em alguns momentos, as falas de algumas das pessoas envolvidas com a implementação da identificação de bens imateriais e do INRC parecem corroborar o entendimento de que a identificação é uma investigação que se dá a partir do inventário.

3.2 Identificação – intenções e objetivos

Começando por Célia Corsino, encontramos a visão de inventariar para conhecer o novo campo aberto pelas referências culturais.

O INRC surge para fazer um grande mapeamento. E ele surge também sempre num recorte territorial. (...) O INRC não foi feito, não foi estruturado, ele não tem estrutura para se fazer uma tese sobre o assunto. Ele é um inventário de mapeamento. Ele é um inventário que é o primeiro degrau para um estudo sobre a área. E é isto que eu acho que ao longo desses 15 anos, invés de você criar um outro instrumento, você cresceu o INRC para dar conta deste estudo. Com isto, você consegue fazer vários inventários só a parte menor e não consegue chegar na análise.

O Inventário de Referências Culturais, ele vem para ocupar esse nicho aí, esse buraco que existia entre aquilo que já tava reconhecido – tanto que tava no núcleo tombado – e que aquilo que a população entendia como referência cultural.

A identificação, neste momento, é apresentada como uma etapa do INRC: uma análise dos dados coletados em campo.

...tinha o objeto inventário e tinha o objeto a capacitação. Nós estávamos treinando jovens para que eles tivessem este outro olhar sobre aquele território. (...) eu acho que esta é uma perspectiva que a gente perdeu. Perdeu porque a forma de contratar estes inventários fez com que estes inventários ficassem restritos a pequenas equipes – muito qualificadas, não estou aqui discutindo isto; talvez até mais qualificadas que os estudantes –, mas eram estas equipes que faziam as análises, a segunda etapa. Então, na verdade, a etapa de campo, o levantamento

[8] "Os principais critérios para a escolha dos bens a serem identificados, por assim dizer, equilibram um **quantum** de representatividade para a comunidade, com critérios técnicos construídos com base em conhecimento anterior da realidade ou região inventariada" (IPHAN, 2000: 37)

preliminar era feito muito em bibliografias e já tinha trabalho de campo e era tudo junto na mesma hora. Então, você tinha trabalho de campo, você tinha análise preliminar do chefe de equipe, que era o antropólogo, já tinha uma discussão (...) dos chefes, os coordenadores, e aí se discutia "então, este aqui vamos fazer assim". Aquela parte que é a identificação era uma parte que ia dar sequência. Quer dizer, você com três idas a campo, você conseguia fechar um inventário. E evidentemente que algumas pesquisas de aprofundamento podiam ser feitas no escritório. Então a questão do campo, é para levantar estas questões e documentar. (...)

Já que a gente tá falando da identificação, é muito interessante você ter participado lá do início, e depois de dez anos você ver a apropriação de um discurso como se fosse o discurso oficial, mas que na verdade não era. Se a gente tivesse permanecido com aquela ideia desse inventário mais mapeamento do que inventário, do ponto de vista documental, de termos de profundidade – não gosto de falar esta palavra profundidade porque desqualifica o inventário e não é isso! Ele daria conta de talvez ter mapeado o Brasil.

Mas, mesmo defendendo que a noção de identificação adquiriu contornos não esperados, Célia concorda com a possibilidade de a identificação ser uma valorização, mais do que uma etapa, uma vez que alguns bens são destacados na pesquisa como bens com maior representatividade.

Você já fazia uma coisa de valor. Você inventariava tudo com o mapeamento, e depois você fazia uma análise daquele material que você pegou no campo e a partir desta análise você verificava... tinha coisas que eram pontuais, entendeu? Era só mesmo para identificar ali – identificar no sentido de mapear. Aí, você já tinha uma análise, você já tinha uma escolha.

Eu não tenho dúvida de que é uma atribuição de valor [um bem ser identificado além de inventariado no IRNC]. na verdade, isto tem que ser feito, no meu entendimento pessoal, enquanto você tá (...) lá, você tá olhando, tá vendo as relações naquele momento. Isto não dá para fazer depois que olhar todas as fichas. Porque às vezes, quando você coleta a informação você já tá sendo influenciado pela informação. Então, às vezes num conjunto, você pode perder uma coisa que é importante no conjunto e que foi mal descrita, que foi identificada sem a minúcia que devia. Porque que é complicado você fazer em duas etapas? Porque o olhar tem que ser o olhar do campo, naquele momento, que ele está ali, olhando tudo. E ele percebe, a gente percebe quais são as coisas que são realmente significativas, que aí mereciam um aprofundamento.

(...) quando a identificação era tudo, todos os atos de identificação do patrimônio cultural estavam ligados a uma diretoria só, então dava para gente trabalhar com o território... a gente fez isto com o Museu Aberto do Descobrimento (...) nós fizemos tudo: desde o inventário de núcleos, desde o inventário de monumentos isolados, bens móveis integrados e a referência cultural.

A ideia é que o somatório de tudo isto seria a identificação deste território?

A identificação deste território. E aí você teria o mapa deste território e os layers com as coisas.

Este é grande desafio que a gente tem: não fazer esta identificação pela identificação, esta identificação descolada. A gente tem que identificar para quê? No caso a gente identifica e mapeia, o mapeamento, pôr no mapa pode servir, por exemplo, para uma questão de gestão.

Antônio Arantes também demonstra entender que a identificação, quando foi constituída nas novas práticas para preservação do patrimônio imaterial, era uma forma de conhecer, mapear um território.

identificar significava, num primeiro momento, fazer a varredura num território pré-determinado de ocorrências que pudessem ser objeto de salvaguarda, entender as relações entre ocorrências e práticas, e, num segundo momento, desenvolver ou pelos menos apontar para as principais características destas práticas do ponto de vista etnográfico. Nunca o INRC se pretendeu ser um modo de etnografia; pretendeu-se motivar o desenvolvimento de etnografias, com conhecimentos mais detalhados, de ocorrências ou de um conjunto de ocorrências por ele identificadas – identificados no sentido de 'o que ocorre?', 'o que pode constituir o universo de bens intangíveis a serem preservados segundo o decreto 3551 nesse território com esta população?'.

...identificação já era, naquele momento, uma ação em dois níveis. Um nível de reconhecimento superficial, de varredura por assim dizer, "o que há para eventualmente ser salvaguardado dentro destas categorias do decreto"; e segundo momento, uma, digamos assim, o fechamento do corpus, seja em torno de populações específicas, de grupos sociais específicos dentro deste território, seja em torno de atividades específicas. Com isto, eu acho que o instrumento do inventário, ele acabou sendo um instrumento muito pesado. (...) Porque ele responde a esta dupla demanda – o que há num território e em que consiste cada atividade neste território e as suas relações com as demandas.

Para Arantes, a identificação *é uma declaração de interesse preliminar*, mas lembra que a demanda do Iphan em relação à metodologia do inventário era

dar estas duas respostas: quais são as ocorrências significativas do ponto de vista das referências culturais para esta população? E entra estas qual, ou quais, pode ser objeto de uma proposta de salvaguarda?

As fichas de bens identificados do INRC apontariam esses objetos passíveis de proposta de Registro e salvaguarda. Márcia Sant'Anna, no entanto, aponta divergências entre o papel dessas fichas e os nomes que recebem.

[Fichas de bens identificados dentro do INRC] Isto é um problema que a gente já tinha identificado desde o começo (...) Eu, pelo menos, não me lembro porque a gente deixou esse erro. Porque ali tem um erro. Eu acho que, na realidade, aquilo que se chama, no INRC, de lista de bens inventariados não é. [Os que devem ser chamados bens inventariados] ...na minha opinião, são aqueles sobre os quais se aplicou a metodologia toda, e eles saem lá no final como bens inventariados. Mas, isso como parte de um processo de identificação que é maior que isso.

(...) Eles [apresentados no INCR como bens identificados] são inventariados, na realidade. Os outros [apresentados como bens inventariados] são listados, somente; tampouco são identificados. São listados, (...) e daí, daquela lista, se avalia as tais prioridades e se vai aplicar o inventário, aquela metodologia àqueles bens priorizados e, lá no fim do processo, eles vão estar inventariados. Agora, o processo de identificação é maior do que tudo isso. É tudo isso e algo mais em paralelo que se possa amealhar em termos de conhecimento.

(...) O sentido da coisa, independentemente dos nomes que estão ali aplicados, é esse: é que depois do levantamento preliminar, há uma primeira listagem; e depois se discute o que vai ser priorizado dessa listagem para a aplicação do restante das fichas. E eu entendo que, ao fim e ao cabo de tudo isso, aqueles tais bens estarão inventariados.

Segundo ela, a identificação envolve um trabalho amplo de conhecimento e não se resume às Fichas de Identificação.

A identificação é um processo mais amplo. O inventário é um instrumento de identificação – para identificar a gente usa o inventário, a gente poderia usar outra coisa também.

Eu sempre entendi essa fase do processo, a identificação, como a fase mais importante. Ou seja, a fase em que se produz o conhecimento básico sobre aquele bem ou aquela referência e que vai permitir, efetivamente, empreender uma política de salvaguardar e reconhecimento, em relação à referência ou ao bem. É a base, a base do trabalho de salvaguarda – encarando salvaguarda no sentido amplo. (...) a identificação não é um processo que se refere só a uma referência cultural ou a um bem cultural. Ele se refere a um contexto cultural, que está sendo inventariado, e onde, a partir deste conhecimento produzido, se vai, de comum acordo com quem faz parte deste contexto, estabelecer prioridades de salvaguarda. (...) Para mim, sempre foi a ação primordial, aquela que vai apontar tudo o que vem depois.

A identificação levaria, segundo estes entendimentos, a informações importantes para a gestão por parte do Estado. Seria, desta forma, um passo anterior que dá suporte para a implementação da política de preservação.

No entanto, esta separação entre conhecimento e execução da política não é tão rígida e clara. A fala de Ana Gita indica a fragilidade dos contornos da concepção de identificação diante de sua prática e da metodologia do inventário. Os entendimentos ampliaram-se conforme nossa conversa avançou do campo conceitual para aquele da prática.

Inventariar é diferente de identificar. (...) Identificação é esta etapa prévia, ou anterior a todas as outras, que te permite conhecer o ambiente cultural, ambiental, enfim, o contexto no qual você está trabalhando para poder intervir e implementar políticas públicas, sejam estas políticas de preservação, de marcação de terras, de implementação de políticas de saúde, seja lá o que for. A identificação é um termo consagrado nas instituições públicas de modo geral.

Em sua fala, o inventário aparece como mais que um instrumento; ele é a prática, a valorização dos bens. Esta visão acaba por reforçar o caráter utilitário da identificação, seu papel de base das políticas.

(...) quando você passa da identificação para o inventário, aí sim, você está agregando valor. (...) A lista dos identificados [a Ficha de Identificação de Bens] se confunde com a coisa do inventário. Mas, aí é uma maneira de valorizar. De qualquer maneira, mesmo que você não selecione... de vinte você só selecione um, aqueles vinte ficam ali aguardando a vez de serem inventariados. A metodologia foi pensada assim, e acho que faz sentido. Mas, eu lembro que tive essa dúvida também quando a gente discutia e o Antônio Augusto apresentou a metodologia p'ra gente: você identifica depois de inventariar ou inventaria depois de identificar? Mas depois que entendi a lógica: é a lógica do antropólogo. Primeiro, você chega numa área que você não conhece e você faz um levantamento preliminar (...) para saber um pouco do que existe ali...

(...) faz sentido quando você percebe o processo todo, a dinâmica de produção de conhecimento, da decisão de que políticas públicas implementar com base nesses conhecimentos

Mas, conforme lembrava suas experiências em campo, suas definições para identificação mudavam.

(...) às vezes você já implementa políticas no processo de produzir o conhecimento (...) em alguns casos, o processo de identificação já foi a própria implementação de ação de apoio e fomento..

Ao pensar na identificação enquanto prática para além do inventário, Ana Gita conclui que esta é mais que produção de conhecimento e documentação – *identificação é o ato de inserir um elemento cultural no discurso das políticas públicas* –, e sua prática traz questões às ações da preservação.

(...) *identificação, categoria organizadora do pensamento do Iphan, tinha missão de abrir o Estado para a participação das comunidades* (...) o *técnico (no caso, digamos, o antropólogo), ele induz este processo*

Eu tentei introduzir esta noção de que os bens inventariados [aqueles que eram foco de ações e pesquisas de identificação] criavam demandas específicas, demandas que já definiam certas ações de patrimonialização. E era importante estarmos atentos a isto, estarmos atentos a estas demandas – elas diziam alguma coisa que não podíamos negligenciar.

Percebe-se, portanto, uma mudança de perspectiva, que supera a mera mudança de nomenclatura: a identificação passa de etapa prévia e levantamento para inserção de bens no discurso das políticas públicas e implementação de ações de fomento. O processo de identificação ultrapassa, assim, os limites de pesquisa que indica possibilidades de ações e mostra-se como uma prática que responde a demandas dos grupos envolvidos. Esta mudança se dá, como destaca Garcia, pois,

> *o processo de implementação das ações [governamentais] vai sendo definido na permanente negociação entre os sujeitos ou coletividades alvos dessas políticas e a relação destes com o serviço público. (GARCIA, 2004: 10)*

Nesta perspectiva, a identificação, ao se construir na negociação com os grupos, ao buscar conhecer e responder suas demandas constitui-se como importante instrumento no campo das disputas sociais. Nas palavras de Cláudia Márcia, a política de patrimônio imaterial é um *importante instrumento para recolocar a perspectiva de cultura no contexto de alcance de cidadania.* Faz-se indispensável, para isto, uma identificação que traga as comunidades para o campo das políticas públicas, que ouça suas demandas e procure atendê-las. Uma prática desenvolvida junto aos grupos e que tenha entre seus objetivos respostas adequadas às dinâmicas postas – em oposição à identificação que dá a conhecer e indica potenciais objetos de ação.

O ponto mais nevrálgico talvez nem seja a documentação, é o poder da titulação. Acho que o risco maior é da gente estar trabalhando com a identificação no propósito de elencar os possíveis elementos [para titulação]... Eu me pergunto se isto é tão estável. Se por um lado a gente sabe que é tudo tão dinâmico e processual, (...) corre-se um risco de folclorização.

Letícia Vianna reforça o entendimento de que a identificação converte-se em instrumento na busca por direitos, ao exigir retorno às comunidades e atender suas demandas.

a categoria da salvaguarda era uma categoria usada para o folclore, antes de ser usada para o patrimônio... já existia... a Recomendação da UNESCO... Então, esses processos

de identificação, lá do (Centro de) Folclore primeiro nasceram como projetos de salvaguarda, como projetos de apoio ao artesanato e, depois, eles foram considerados como projetos de INRC, de identificação. Alguns deles viraram instrução de Registro. Então, na perspectiva do Folclore, lá do Celebrações e Saberes, era uma questão muito importante a gente estar trabalhando com a identificação concomitante com a salvaguarda. Por lá já existia a perspectiva de que quando a gente entra na base social, a gente precisa dar um retorno rapidamente.

... identificação não tem desdobramentos jurídicos, mas (...) tudo que é arrolado em qualquer inventário do Iphan (...) não tem valor jurídico, mas pode ser elemento para jurisprudência para garantia de direitos coletivos. E isto é muito importante e é um dos efeitos do inventário que a gente espera.

este processo de identificação, ele tem muitas funções, a primeira é essa, garantir que houve um reconhecimento pelo Poder Público sobre um bem de propriedade coletiva – isto é o 1º efeito que a gente pode esperar de um processo de identificação

Identificar como sinônimo de mapear é problemático... Você nem conhece, você só plota (no mapa), e aí?Não significa que exista uma relação entre Estado e sociedade civil para um gestão compartilhada do patrimônio.

Este entendimento de identificação, com participação dos grupos, busca por garantia de direitos e repostas a demandas, encaixa-se nas diretrizes da política de patrimônio imaterial, pois pretende possibilitar a melhoria de vida e inclusão social dos detentores, ampliar a participação dos grupos, promover salvaguarda, proteger direitos. Com ele, o bem é constituído enquanto objeto de políticas e a identificação se constitui como uma prática de preservação. Esse encaixe se dá, no entanto, graças a interpretações dos textos normativos do Decreto 3.551/00 e do PNPI, uma vez que, como já citado, esses textos não versam sobre a identificação.

3.3 Lugares sociais: gerir e agir

Temos assim, duas concepções distintas. Uma vê a identificação como uma investigação, um levantamento, uma pesquisa que aponta indicadores para a gestão pública e possíveis objetos para as políticas de patrimônio. Para a outra, identificação é: uma prática de preservação; a constituição do bem e a participação dos grupos na

política; um recurso para a busca por direitos; ação de salvaguarda e fomento. Estes diferentes entendimentos acabam por se desdobrar em interpretações diferentes do lugar social do Iphan/Estado.

No caso da identificação enquanto levantamento, o lugar social do Estado é visto como aquele da gestão, que pode levar a iniciativas que busquem índices e indicadores, e visem implementar programas de políticas e atingir metas. Já para a identificação enquanto inserção do bem nas políticas, o Estado tem seu lugar social no campo das ações sociais, isto é o Estado é um ator social, que pode proporcionar ações de fomento, amparo e apoio aos diferentes grupos nas disputas inerentes ao campo da cultura e aos campos a ela tangenciais.

Podemos encontrar exemplos desses entendimentos em projetos já executados pelo DPI. O Inventário de Referências Culturais da Celebração do Tooro Nagashi é exemplo do lugar social da gestão, uma vez que foi encarado como um trabalho necessário, uma etapa no pedido de Registro (Dossiê da Celebração do Tooro Nagashi, 2008: 3). Já o caso do Inventário Nacional de Referências Culturais dos grupos comunitários de saúde no Estado do Rio de Janeiro – Rede Fitovida exemplifica o lugar social das ações de fomento: o grupo detentor buscou o Iphan na expectativa de que o projeto o ajudasse na disputa por legitimação diante de outros órgãos federais.

Além de apontar a perspectiva da busca por direitos, esse projeto também nos mostra que o lugar social da gestão age mesmo quando a premissa do trabalho não é a gestão, uma vez que todos os trabalhos acabam por construir conhecimento para o Iphan. Percebe-se, assim, que estas interpretações não são excludentes nem opostas, sendo até mesmo, em muitos casos, complementares.

Em alguns casos, como o supracitado da Rede FitoVida, o ponto de partida é o campo das ações, da prática de fomento, mas os objetivos da gestão são somados aos propósitos do trabalho. Assim como, em outros casos, parte-se da gestão, mas somam-se ações durante o processo. Um exemplo é o já citado Inventário Nacional de Referências Culturais junto à Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel das Missões/RS.

> *O INRC surgiu entre os **Mbyá** apenas como mais um dos tantos projetos que lhes são propostos, maior parte deles executada a partir de formulações administrativas prévias que não planejam a participação efetiva e nem flexibilizam suas ações aos interesses dos **Mbyá-Guarani**.(* INRC Mbyá-Guarani – Relatório de crítica metodológica*, 2006: 2)*

No entanto, como já vimos no capítulo anterior, o grupo pesquisado serviu-se do trabalho como oportunidade de se fortalecer nos variados campos de disputas nos quais se insere sua vivência – em especial, a questão de acesso a terras. É importante notar que nesses dois casos o entendimento acerca da identificação por parte daqueles que estiveram em campo, pesquisadores e detentores (ou detentores pesquisadores, no caso da FitoVida), foi essencial para direcionar o trabalho, pois, como já apontamos, o lugar social do Iphan é pensado e interpretado por eles. Sua interpretação da identificação não se dá na reflexão conceitual ou semântica, mas no entendimento acerca do papel das políticas de preservação patrimonial. Por isto, conhecer essas interpretações não é tão simples quanto buscar definições documentadas. É preciso buscar no trabalho (relatórios, fichas, produtos e, em alguns casos, entrevistas) os entendimentos que guiaram as escolhas e os caminhos traçados pelos pesquisadores.

Vale, ainda, destacar que não se trata apenas de interpretações acerca do que fazer para conhecer as práticas dos detentores, mas, principalmente, de como inseri-los efetivamente no processo, tomando-os como sujeitos e não objetos e fontes de análise. A política de preservação do patrimônio imaterial e seus instrumentos são cada vez mais difundidos e ganham importância enquanto reconhecimento dos grupos por parte do Estado. Os detentores, por isso, buscam esse reconhecimento como forma de se fortalecerem nos diversos campos de disputas sociais, posicionando-se, assim, como sujeitos da construção dos discursos. O Estado, cada vez mais, é chamado a ser um ator social na abertura do campo aos diferentes grupos.

3.4 A identificação de Saberes – questões norteadoras

Ainda que o inventário dos Mbyá-Guarani seja interessante, ele traz questões que envolvem aspectos das outras categorias, exigindo uma análise abrangente que ultrapassa o recorte proposto para nossa pesquisa. E o caso da Rede FitoVida envolve questões mais delicadas que exigiriam uma reflexão aprofundada acerca do debate em torno dos conhecimentos tradicionais, dos conflitos entre eles e as normas do mercado – reflexão esta que se desdobraria em uma outra pesquisa. Assim, para a presente

pesquisa selecionamos projetos que nos permitem a analisar as três questões que guiam esse trabalho:

1. Como os diferentes entendimentos acerca do processo de identificação (gestão X ação) concebem os Saberes?;
2. Como os Saberes têm sido valorizados nas relações entre as naturezas imaterial e material dos bens? – os conflitos entre conhecimentos e produtos, conhecimentos e técnicas/instrumentos;
3. Qual o papel das Fichas de Identificação de Bens/INRC no processo de Identificação e que questões elas trazem à prática?

Os próximos capítulos trarão nossa busca por respostas na análise de estudos de caso.

4 IDENTIFICAÇÃO DOS SABERES

4.1 Do artesanal à vivência

Como já apresentamos, a ampliação da noção de patrimônio deu-se graças a ampliações conceituais dos processos e das categorias patrimoniais, mas também tornou possível – ou até mesmo necessária – a continuação da sua ampliação.

Essas ampliações conceituais e de entendimento trouxeram consigo novas respostas, mas também novas questões à prática da preservação. Ao se pensar especificamente o processo de identificação e a categoria dos saberes, três questões apresentaram-se com mais urgência: os diferentes entendimentos, e seus desdobramentos, acerca do processo de identificação enquanto gestão de Estado ou enquanto ação efetiva, prática de preservação; a relação sensível entre a imaterialidade e a materialidade na valorização e preservação dos saberes; e a existência, dentro da metodologia do INRC, de fichas de bens identificados, que podem levar a uma compreensão simplista ou mesmo dúbia do papel da identificação dentro da prática de preservação.

Para responder essas questões selecionamos projetos que têm como foco a identificação de bens culturais dentro da categoria dos saberes. Antes de iniciarmos a análise de cada um dos projetos, cabe ressaltar que, por falta de tempo, oportunidade, e disponibilidade, não foi possível conversar com pesquisadores/coordenadores de todos os projetos. Mas, os documentos aos quais tivemos acesso permitem-nos conhecer os projetos como um todo e pensar dentro de nossa perspectiva metodológica.

A seleção dos projetos a seguir analisados começou no exercício da prática durante o programa de mestrado, quando tivemos a oportunidade de participar da avaliação e revisão de dois dos três projetos selecionados.

Os projetos escolhidos são:

1. *Projeto Mestres Artífices – técnicas tradicionais construtivas*. Executado, até o momento de conclusão da análise para esta pesquisa, em três estados, Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina (está previsto que uma nova fase do projeto seja iniciada ainda em 2013 no estado da Bahia).

2. *Inventário do Ofício da pesca artesanal no litoral do Rio Grande do Norte (INRC da Pesca Artesanal/RN)*. Executado em conjunto com os Estudos sobre o patrimônio naval, um inventário das embarcações remanescentes no litoral potiguar.

3. *Inventário Nacional de Referências Culturais do Município de Paranaguá/PR, Etapa 2010: o Universo Caiçara e sua Relação com o Mar através do Sistema da Pesca (INRC da Pesca da Tainha/PR).*

Tendo como foco a mesma categoria, os trabalhos foram escolhidos por apresentarem recortes espaciais e temáticos e resultados quantitativos distintos – possibilitando, assim, a análise de uma pequena variedade de identificações. Além disso, sua escolha mostra-se interessante e expressiva uma vez que eles nos permitem pensar como os lugares sociais de detentores estão inseridos na construção dos bens na categoria dos Saberes.

O Projeto Mestres Artífices evidencia a importância de repensar a participação dos detentores na identificação dos bens e seus desdobramentos no planejamento da salvaguarda destes ao por em questão a valorização e certificação de mestres detentores de saberes. Já os projetos feitos no Paraná e no Rio Grande do Norte, apesar de não apresentarem um objetivo tão específico quanto à certificação de mestres, trazem pontos relevantes para análise ao lidarem com grupos sociais diversos: enquanto no primeiro tem-se um grupo coeso em torno de uma técnica, dentro de um contexto, com demandas bem definidas no campo das políticas públicas (questões importantes no contexto das disputas ambientais), no caso do Rio Grande do Norte há diferentes pequenos grupos unidos sob a classificação bastante ampla da pesca artesanal, que engloba diferentes conhecimentos, técnicas, instrumentos e produtos, organizados do ponto de vista do trabalho e do mercado. Assim, temos a possibilidade de buscar conhecer diferentes lugares sociais de grupos articulados com práticas, objetivos e demandas específicas e de grupos diversos com práticas variadas, reunidos em classificações externas a eles e sem questões bem definidas ante as políticas culturais.

A seguir, os projetos serão apresentados, num primeiro momento, de forma individual. Em seguida, discutindo-os em conjunto, serão retomadas as questões norteadoras do trabalho, numa leitura dos bens, suas bases e contornos que foram constituídos nos projetos selecionados. Por fim, há uma análise do uso da metodologia do INRC, do preenchimento das fichas e as questões que surgem dessa atividade.

4.1.1. Projeto Mestres Artífices – técnicas tradicionais construtivas

Ao assumir a direção do DPI em 2004, Márcia Sant'Anna acreditava que a política de preservação do patrimônio imaterial e a própria noção de patrimônio imaterial precisavam ser consolidadas. A começar dentro do próprio Iphan. Para isto, empenhou seus esforços na implementação de um projeto que, acreditava, ajudaria a consolidação dos conceitos e das práticas ligadas ao patrimônio imaterial.

Eu é que propus este projeto, logo no primeiro ano que entrei no DPI, ou seja, em 2004, quando o DPI foi montado, de fato. Sempre me pareceu que até para dentro do Iphan, no sentido de proporcionar para o Iphan um entendimento melhor do que seria os bens imateriais (...) Sempre me pareceu que aproveitar a técnica construtiva como um objeto de inventário e, eventualmente, até de Registro, mostrando isso como um bem imaterial para o próprio Iphan, facilitaria não só a integração de ações entre as áreas, do DPI e do DEPAM, como também o entendimento disso, nas superintendências.

Apesar de idealizada em 2004, a proposta levou alguns anos sendo debatida e aperfeiçoada: um projeto piloto teve início em 2005, os termos de referência foram discutidos e, em 2009, numa parceria Iphan, Monumenta e Banco Interamericano de Desenvolvimento, foi lançado o edital para o Projeto Mestres Artífices.

Os documentos relatam quais eram os objetivos do projeto. O Termo de Referência do projeto elenca:

> *1.1.1 Objetivo geral*
> *Contratação de instituição de pesquisa e ensino, de origem pública ou privada, para realizar identificação de mestres artífices e atividades de documentação de saberes construtivos tradicionais, como forma de subsidiar políticas de preservação na área do patrimônio edificado.*
>
> *1.1.2 Objetivo específico*
> *Identificar e documentar os saberes tradicionais de mestres artífices da construção e da arquitetura no Brasil.*
> *Valorizar os saberes tradicionais da construção e seus praticantes.*
> *Contribuir a partir da valorização e preservação dos saberes construtivos e seus detentores para sua re-inserção no mercado da reabilitação e construção civil.*
> *Contribuir para a melhoria da qualidade das obras de conservação, restauro e reabilitação de imóveis históricos.*
> *Contribuir para inserção das tecnologias tradicionais de construção nas políticas habitacionais de cunho social.*

Memorando nº 002/07 enviado pelo então presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, às superintendências estaduais pedia apoio e esforços de todos para a implementação do projeto e esclarecia

> *Este trabalho estrutura-se em três etapas, a saber: (01) Pesquisa para Identificação e Documentação de Mestres Artífices, (02) Cadastro Permanente de Artífices e (03) Desenvolvimento de Sistema de Certificação de Mestres Artífices.*
>
> *A **Pesquisa para identificação e documentação dos Mestres Artífices** deverá identificar os profissionais detentores desses conhecimentos tradicionais e documentar técnicas construtivas da arquitetura brasileira no território nacional.*
>
> *(...)*
>
> *Em paralelo à referida pesquisa, daremos início em todo território nacional à elaboração de um **Cadastro de Artífices**, no sentido tanto de promover uma varredura nos Estados onde serão iniciadas as pesquisas, como também coletar as informações que contribuirão para o dimensionamento da continuidade do Projeto no território nacional. Trata-se de um cadastro simplificado dos profissionais que atuam com as técnicas construtivas tradicionais, avaliando-se o seu grau no oficio (mestre/ oficial/ aprendiz) e as origens do seu aprendizado.*
>
> *Estas duas etapas antecederão ao desenvolvimento do **Sistema de Certificação de Mestres Artífices**, que objetiva a construção de procedimentos capazes de reconhecer os diferentes domínios e os processos de trabalho no campo. Com isso, poderemos promover o reconhecimento oficial dessas profissões, com o propósito de buscar sua melhor inserção no mercado e constituir condições adequadas à formulação de novas relações contratuais na prestação de serviços do setor da construção e do restauro.*

Além de campos indispensáveis como "nome" e "cidade/município", a ficha Cadastro de Artífices (Anexo 1) traz:

> *(...) Carteira de trabalho*
>
> *2 - Formação e prática profissional*
>
> *2.1 Com que idade começou a trabalhar no seu oficio?*
>
> *(...) 2.3 A partir de quando foi considerado ou contratado como profissional? Quais foram as primeiras atividades/ tarefas realizadas como profissional? Onde foi?*
>
> *(...) 2.5 Quais foram os seus principais trabalhos como profissional? Em que lugar e quando os realizou?*

E a fala de Márcia, idealizadora do projeto, reforça a abordagem pretendida:

A ideia sempre foi: chegar a um determinado estado, fazer inicialmente uma varredura, localizando em todas as regiões deste estado as técnicas mais recorrentes e ainda em vigência, e através desta localização, poder identificar, nestes lugares, aquelas pessoas reconhecidas por quem trabalha com aquela técnica como os grandes detentores deste conhecimento, os mestres, aqueles que ensinam os outros, aqueles que são a referência para aquela região.

(...)

Por exemplo, [no caso do adobe] não só eu tenho que obter desse mestre uma descrição detalhada de como ele faz o adobe dele – com que terra, de onde ele tira, que

proporção de água e outros materiais ele agrega e tal, barro, como é a fôrma dele, quanto tempo isso seca no sol; e também em quanto tempo esse mestre levanta uma parede. (...) Porque, do mesmo jeito que você tem, na arquitetura e na engenharia, os parâmetros que permitem você fazer orçamento de obras a partir desses parâmetros – o que são esses parâmetros? Em quanto tempo e com que quantidade de material se faz uma parede usando a técnica tal. Porque seria preciso, a partir desse conhecimento, ir gerando um corpo de informações que permita não só isso, mas que permita também avaliar o tipo de conhecimento efetivamente necessário para produzir seguramente, com uma boa técnica, uma edificação ou uma parede ou outro qualquer com aquela técnica. Porque isso é o que vai gerar subsídios para o sistema de certificação, para eu poder dizer que tal cidadão é, de fato, mestre e pode ser certificado e outro não – a partir, claro, do contexto daquela região, da técnica tal como ela é feita naquela região.

(...) ou seja, o processo de identificação, nesse caso, teria que ser mais amplo, mais detalhado, para poder gerar mais produtos do que o produto convencional que os inventários geram, que é o produto reconhecimento, que é o produto plano de salvaguarda, etc, etc.(...) a ideia era que o conjunto desses inventários gerasse um cadastro nacional, onde qualquer pessoa que quisesse construir, em qualquer lugar do Brasil, ela pudesse entrar nesse cadastro e pudesse ver, por região, quais são os mestres daquela região.

(...) É porque eu entendo que uma identificação bem feita, ela pode gerar subsídios não só para a política de patrimônio ou de patrimonialização, como para outras políticas públicas. E a ideia desse projeto era que ele gerasse também subsídios para outras políticas, notadamente, as políticas de habitação e também as políticas de saneamento.

No entanto, ainda que a identificação fosse pensada de uma forma ampla, os resultados esperados apresentam viés voltado para as práticas do ponto de vista profissional e de mercado. Como veremos a seguir, essa visão parece ter marcado as pesquisas feitas.

Foram três os estados inventariados: Minas Gerais, Santa Catarina e Pernambuco. Os três casos tiveram como produtos as fichas do INRC e a publicação – uma para cada estado – de um Caderno de Memórias dos Mestres. Ainda que tenham sido executados por equipes com características diferentes (instituições públicas de ensino e empresa privada de serviços em arquitetura; equipes interdisciplinares e grupo de arquitetos) e em espaços e contextos diferentes, os três trabalhos apresentam resultados parecidos – na forma como lidaram com a metodologia do INRC, nas

dificuldades de apropriação de conceitos-chave, como referências culturais, e no entendimento acerca da própria identificação e dos ofícios enquanto bem cultural.

Começando pelo caso de Pernambuco, o trabalho feito por pesquisadores contratados pela empresa Aro – Arquitetos Associados[9] apresenta uma característica que acabou por marcar os três inventários de técnicas construtivas tradicionais feitos até o momento: as descrições dos bens não são completas e claras o suficiente para que se conheça as técnicas e seus sentidos para os diferentes grupos.

O relatório final da etapa pernambucana cita que foram identificados, no total, 23 ofícios: hidratação da cal virgem; confecção de tijolos, telhas e lajotas; alvenaria de taipa; alvenaria de tijolo manual; alvenarias de pedras e mista de pedras e tijolos; cantaria; estuque natural e técnica mista; estuque integrado; estuque aplicado e estuque artístico; forros em estuque; escaiola; marmorino; assentamento de tijoleira; confecção e assentamento de ladrilho hidráulico; confecção e assentamento de azulejos; forja; tríplice telha; recuperação de coberturas de edificações de interesse cultural; recuperação de esquadrias de madeira em edificações de interesse cultural; recuperação de pisos e forros em tabuado em edificações de interesse cultural; tornearia de madeira; talha; pintura de alvenarias, pintura de elementos de madeira e caiação. Contudo, o recorte dos ofícios não está bem definido no trabalho, gerando confusão no entendimento dos mesmos do ponto de vista da prática e, em especial, do ponto de vista dos saberes e do autorreconhecimento – essenciais à perspectiva patrimonial.

Alguns desses recortes acabam por parecer frágeis, como se forjados no encontro entre a vivência dos mestres e o pensamento sistematizante essencial ao preenchimento de formulários. Exemplos são vistos no campo *denominação* do bem cultural nas fichas de nove dos ofícios identificados. Nele, diferentes bens recebem a denominação de *ofício de pedreiro* além daquela de caráter mais descritivo:

- construção/recuperação de alvenarias de taipa – ofício do taipeiro e pedreiro

- construção/recuperação de alvenarias de tijolos manuais – ofício do pedreiro

[9] Alisson Magalhães Soares - Mestre em Sociologia, UFMG; André Henrique Macieira de Souza - Arquiteto Urbanista. UFMG; Claudia Stancioli Couto - Arquiteta Urbanista, Mestre em Artes Visuais, UFMG; Cristiane Maria Magalhães – historiadora, Doutoranda em História, Unicamp – redação e elaboração do Caderno de Memórias; João Paulo Ayub da Fonseca - Doutorando em Sociologia, Unicamp; Lara Cyreno de Carvalho Lima - Mestre em Sociologia, UFMG; Lucas Mendes – historiador – Colaboração nas transcrições; Rosana Alexandre dos Santos - Mestre em Antropologia Social, UnB; Selena Duarte Lage e Lage - Mestre em Arquitetura e Urbanismo, UFMG; Consultoria: Jorge Eduardo Lucena Tinoco e Rodrigo Meniconi; Orientação e revisão: Andrea Zerbetto – arquiteta urbanista e Rodrigo Torres – arquiteto urbanista. (Projeto Mestres Artífices – PE – Relatório Final do Projeto, 2010: 2)

- construção/recuperação de alvenarias de pedras e mista de pedras e tijolos manuais – ofício do pedreiro

- confecção e assentamento/reparação de pisos revestidos em ladrilhos em hidráulicos – ofício do pedreiro

- confecção e assentamento/reparação de painéis de azulejos – ofício do restaurador e do pedreiro

- hidratação da cal virgem – ofício do estucador, do pedreiro e do pintor

- recuperação de coberturas de edificações de interesse cultural – ofício do carpinteiro e do pedreiro

- assentamento/recuperação de pisos revestidos em tijoleiras – ofício do pedreiro

- tríplice telha – ofício do pedreiro ou estucador

Tem-se, assim, a impressão de que um bem é composto por uma técnica, mas essa se desdobra num ofício com outra denominação ou, em alguns casos, desdobra-se em mais de um ofício. E os ofícios, como nos casos do estucador e do pedreiro, correspondem a mais de uma técnica, a mais de um bem.

O caso do ofício de pedreiro é exemplar. No Caderno de Memórias - Pernambuco encontra-se a definição

> *Pedreiro é o mestre – ou oficial – que trabalha elevando paredes em pedras, tijolos ou outros materiais como o concreto. O pedreiro, além de fazer a elevação das paredes aplica as argamassas de revestimentos (rebocos) nas paredes. Antes da divisão dos ofícios, o pedreiro era quem executava, ainda, as atividades da cantaria e até a dos entalhadores (ZERBETTO et al.: 2012, 45)*

No entanto, a análise não é aprofundada e não se discute que divisão foi essa, quando, por que e por quem ela se deu. [10]

Ao longo do trabalho, o termo pedreiro é utilizado para referir-se aos executantes que dominam mais de uma técnica construtiva. Esse termo é, portanto, uma espécie de termo guarda-chuva que abrange diferentes técnicas. André Macieira, arquiteto que participou da pesquisa e com quem tivemos a oportunidade de conversar por telefone[11], ressaltou que os detentores não fragmentam seus conhecimentos com definições rígidas e restritivas das técnicas: taipa, alvenaria com tijolo furado, alvenaria

[10] Apesar da indicação de que o termo *pedreiro* traz consigo sentidos variados, a discussão acaba por se perder em referências etimológicas simplistas e em supostas ligações, cujas fontes não são citadas, entre artífices e maçonaria (idem: 46).

[11] André assumiu recentemente o cargo de Chefe do Escritório Técnico do Iphan em Mariana. Quando nos falamos, ele ainda estava em processo de mudança e adaptação à nova cidade, por isso, só foi possível uma rápida – mas produtiva – conversa por telefone, porém sem registro ou transcrição.

com tijolo manual são práticas diferentes, mas todas são técnicas de construção que os pedreiros podem dominar.

A denominação dos bens constrói-se, assim, nas fronteiras entre técnicas tradicionais e termos atuais do campo da construção civil. Mas, uma preocupação demonstrada por Rosana dos Santos, antropóloga que trabalhou junto com André na pesquisa, indica que as intersecções incluem mais do que termos e chegam aos próprios contornos das técnicas tradicionais.

Uma das questões mais complicadas para a gente, e para eles também, era definir o que seria conhecimento tradicional, o que é técnica tradicional. Porque é muito complicado. (...) Houve uma mudança clara na forma. Eles não aprendem do jeito tradicional. Então eles ficam numa certa tensão de se autodefinir como detentor de conhecimento tradicional. (...) a gente tem que tratar melhor o que significa esse conhecimento tradicional. Porque houveram [sic] mudanças claras. A questão é essa: patrimônio imaterial, a discussão não é a autenticidade ou a origem, é exatamente esse processo e mudança, certo? Maravilhoso. Mas quando o próprio mestre não está sabendo se colocar direito é esse que é o problema.

O recorte dos conhecimentos enquanto técnicas tradicionais parece ter sido um ponto sensível da pesquisa. Enquanto Rosana coloca em questão a noção de tradicional do ponto de vista do processo e da dinâmica que marcam o patrimônio imaterial, logo no texto introdutório, de autoria de Jorge Eduardo Lucena Tinoco, arquiteto que foi consultor da equipe durante a pesquisa, o Caderno de Memórias – Pernambuco traz uma definição

> *Para se compreender a prática das técnicas construtivas tradicionais, é importante conhecer o significado da palavra tradição: esta é empregada para designar a transmissão de costumes e práticas, através da oralidade de narrativas que fazem com que hábitos e valores, assim como conhecimentos, sejam passados de geração em geração. O termo técnica construtiva corresponde aos procedimentos da arte de construir, edificar, fabricar. Refere-se aos processos racionais e aos procedimentos práticos da utilização dos materiais naturais, manufaturados e industrializados para satisfazer as necessidades humanas. Assim, no âmbito do patrimônio cultural, as técnicas construtivas tradicionais são os processos e procedimentos de utilização dos materiais de construção, transmitidos pelos costumes e passados de geração em geração, "de pai para filho". (LUCENA in ZERBETTO: 2012, 19)*

Já André percebeu as técnicas tradicionais, o foco do trabalho, em contraste com as técnicas vernaculares e aquelas de restauro. Segundo ele, os saberes vernaculares surgem da adaptação ao ambiente, mas são precários (por exemplo, construções em

palafitas), e os saberes ditos tradicionais, por sua vez, exigem um nível de erudição, de conhecimento técnico específico, mas não têm a base teórica do restauro.

Diferenciar os saberes tradicionais daqueles do restauro foi uma preocupação discutida em campo, como nos contou Rosana:

Claro que a gente não ficou muito preso somente às restaurações – foi isso que eu tentei ficar falando muito, porque eu sou chata para isso, para a gente não ficar muito preso somente ao erudito. (...) Erudito, que eu quero dizer, é mesmo da restauração, paga,... O processo de feitura de outras... de coisas mais populares, nesse sentido que eu queria chamar a atenção.

No entanto, apesar desses argumentos, nos resultados do trabalho os saberes tradicionais acabam por ser apresentados, na maior parte das vezes, em suas relações com o restauro. Dois pontos confirmam isso. Primeiro, o fato de se ter identificado como ofício, dentro do recorte das técnicas tradicionais, a recuperação de coberturas, esquadrias de madeira, pisos e forros em tabuado em edificações de interesse cultural. E o segundo, foi a classificação dos ofícios de oleiro e de ladrilheiro como produção de insumos para o restauro, e de seus executantes como somente artesãos – e não mestres, oficiais ou aprendizes.[12] Identificar como técnicas tradicionais um ofício de recuperação de edificações de interesse cultural e uma prática de produção de insumos para o restauro é dizer que o restauro faz parte dos ofícios que identificam um grupo, é bem cultural desse grupo. Assim, pelo que se apreende da leitura do trabalho, em Pernambuco, os bens foram construídos sob um olhar especializado voltado para o restauro.

A ênfase no restauro, nas técnicas tradicionais enquanto instrumento de preservação de bens edificados, também é vista nos trabalhos feitos em Minas Gerais e Santa Catarina. Mas, com níveis e resultados diferentes.

Os inventários de Minas Gerais e Santa Catarina foram executados, sob a coordenação-geral do arquiteto Leonardo Castriota, por pesquisadores de universidades, respectivamente, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. No caso de Santa Catarina, com exceção de uma pesquisadora, todos os outros membros da equipe têm formação em arquitetura e

[12] Em relação a isso, o cruzamento das informações apresentadas nos diferentes produtos da pesquisa demonstra grande confusão e falta de clareza. Nas fichas do INRC, ladrilheiros e oleiros estão marcados como mestres ou oficiais; no relatório final, oleiro e ladrilheiro são citados como ofícios identificados; já no Caderno de Memórias, esses saberes são apresentados como produção artesanal; e, por fim, seus executantes foram citados na lista de Cadastro de Restauradores de Elementos Artísticos.

urbanismo[13]. Já a equipe de Minas tinha perfil multidisciplinar[14], mas, ainda assim, o olhar da arquitetura, do restauro e, em especial, do patrimônio edificado prevalece ao longo da pesquisa.

Diferentemente do caso de Pernambuco, em Minas o discurso patrimonial reflete-se não só no recorte dos saberes, mas, também, no recorte dos sítios. Lembrando que, segundo o Manual de Aplicação do INRC, sítios

> *...não são categorias estritamente espaciais, no sentido físico do termo, mais correspondem à implantação de modos de vida, à percepção de fronteiras, à elaboração de regras de conduta e criação de valores. (...) Segundo as dimensões e a densidade cultural de um sítio que venha a ser inventariado, poderá ser conveniente, para efeitos práticos, subdividi-lo em localidades.Um bom exemplo disso é também o Museu Aberto do Descobrimento. Neste caso, configurações socioespaciais menores do que a grande área que se tomou como ponto de partida deverão ser discernidas pelo pesquisador. Assim, um sítio poderá ser pensado como uma rede de localidades reconhecidas pelos atores sociais como uma totalidade cultural e territorialmente diferenciada. (Iphan: 2000, 33-34)*

O sítio, portanto, é o contexto socioespacial no qual se reúnem determinadas referências culturais. Essas podem estar divididas em localidades que, juntas, compõem a totalidade cultural e a territorialidade próprias que caracterizam o sítio.

Pelo recorte indicado no trabalho, a totalidade cultural do sítio Região das Minas é composta por ações de preservação e restauro do patrimônio edificado.

> *Há no sítio quatro localidades que foram delimitadas, no decorrer dos trabalhos, tendo em vista a atuação institucional dos órgãos de preservação do patrimônio cultural; a presença do turismo como fomentador de restaurações no patrimônio edificado e, consequentemente, pela demanda por profissionais das técnicas construtivas tradicionais; e a atuação de*

[13] Leonardo Barci Castriota (coordenação geral de pesquisa) Margareth de Castro Afeche Pimenta (coordenação) - graduação em Arquitetura e Urbanismo, mestrado em Planejamento urbano, doutorado em geografia do desenvolvimento e do urbanismo; Bernardete Wrublevski Aued – graduação em Serviço Social, mestrado em Sociologia, doutorado em Ciências Sociais; Bernardo Brasil Bielschowsky – graduação em Arquitetura e Urbanismo, mestrado em Urbanismo, história e arquitetura da cidade; João Paulo Serraglio – graduação em Arquitetura e Urbanismo, mestrando Urbanismo, história e arquitetura da cidade; Luis Fugazzola Pimenta – graduação em Arquitetura, mestrado em Planejamento urbano e regional; Marcelo Cabral Vaz - graduação em Arquitetura, mestrado em Urbanismo, história e arquitetura da cidade; Eliane Veras Veiga – gradução em Arquitetura e Urbanismo, mestrado em História, mas atuou no trabalho como arquivista (Projeto Mestres Artífices – SC – Relatório Final da Pesquisa – Estado de Santa Catarina, Vol. II, 2010: 387)

[14] Leonardo Barci Castriota – arquiteto, Coordenador Geral; Leonardo Fígoli – Coordenador Antropologia; Vilmar Souza – Coordenador logística; Guilherme Araújo – Coordenador Arquitetura; Pablo Lima – historiador, pesquisador de arquivo; Bernardo Capute – arquiteto, pesquisador de campo; Fabiana Correira Dias – arquiteta, pesquisadora de campo; Maria Raquel A. Ferreira – arquiteta, pesquisadora de campo; Roberto Fonseca – antropólogo, pesquisador de campo; Douglas Campelo – antropólogo, pesquisador de campo; Leonardo Freitas – antropólogo, pesquisador de campo; Rosemere da Silva – arquiteta, pesquisadora de campo; Lívia Fortini – auxiliar; Fernanda Silva, Guilherme Costa e Nikolas Mendes – estagiários (Projeto Mestres Artífices – MG – Relatório Final da Pesquisa – Estado de Minas Gerais, Vol. III, 2010: 371-372)

> *profissionais em lugares de ocupação mais recente, que atendem com muita frequência aos órgãos de preservação (Projeto Mestres Artífices – MG – Relatório Final da Pesquisa – Estado de Minas Gerais, VOl. III, 2010: 449)*

A presença e a prática institucional são vistas como intrínsecas às técnicas tradicionais a ponto da participação do Iphan ser citada como o primeiro passo para o fazer do ofício de pintor em Sabará (localidade do sítio supracitado)[15]. E o restauro é citado como motivo para a atividade mesmo quando outras informações no texto apontam contradição, como no caso do questionário com o mestre adobeiro José Ladislau Vinturino (Projeto Mestres Artífices – MG - MG020310Q60002 – Questionário de Identificação do ofício de adobeiro - José Ladislau Vinturino).

No campo *Outros dados biográficos relevantes* lê-se que *apesar do conhecimento que possui acerca das técnicas construtivas tradicionais, nunca foi convidado a restaurar uma igreja. Da mesma forma, nunca trabalhou para o IEPHA, e tampouco para o IPHAN (idem: 2)*, e como motivo para a atividade consta a *complementação salarial: trabalhará na restauração do prédio da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Barão de Cocais. Benefício próprio e da família: restaura e reforma a sua própria casa, construída de pau a pique (idem: 3)*. No entanto, páginas adiante, é afirmada a importância da atividade para a comunidade *para a restauração de edificações históricas como casarões e igrejas. (idem: 6-7).*

Os saberes são apresentados ao longo do trabalho a partir de seus produtos. Mais que isso, em muitos casos diversos produtos são citados, mas só os relativos aos bens edificados são de fato descritos - como no caso do ofício de cantaria, no sítio Vale do Jequitinhonha: entre os produtos listados estão panelas, esculturas, objetos de decoração, soleiras, mas somente a construção de muros é descrita.

O trabalho acaba por não alcançar o objetivo indicado em seu relatório

> *Duas tarefas complementares se colocam: conhecer e registrar as técnicas. Conhecer implica compreender e apreender todas as dimensões da técnica em estudo. Isto significa, a partir da "matéria" inicial, fornecida pelos mestres, estudar os pressupostos sociais, culturais, estéticos e tecnológicos de sua concepção e realização retornando a abordagem com os mesmos, em um processo de ir e vir constante, recíproco e dialético no qual o conhecimento e seu consequente registro não serão dados mas construídos a partir de um processo de respeito mútuo pesquisador/mestre artífice e consciência da complementaridade do conhecimento envolvido (Projeto Mestres Artífices – MG – Relatório Final da Pesquisa – Estado de Minas Gerais, Vol. III, 2010: 370)*

[15] "A preparação para uma atividade se dá com o acionamento de profissionais do IPHAN para reconhecer estado da obra e para dar ideias sobre como proceder no trabalho". (Projeto Mestres Artífices – MG - MG020310F60004 – Ficha de Identificação do Ofício de pintor: 8)

Ainda que o tema do inventário sejam técnicas tradicionais de construção, é preciso conhecer os bens, os saberes em sua totalidade, e isso inclui conhecer produtos alheios à construção. Ao não fazer isso a pesquisa acaba por restringir muitos bens ao que têm a oferecer à preservação.

A equipe que trabalhou em Santa Catarina tinha as mesmas orientações para a pesquisa que sua parceira em Minas Gerais

> *Conforme a proposta de 2008 feita pela UFMG, o Projeto Mestres Artífices constituiu uma ação voltada para a identificação e documentação de ofícios e saberes construtivos tradicionais, como forma de subsidiar políticas de preservação na área de patrimônio edificado, relacionados à construção e à arquitetura. (Projeto Mestres Artífices – SC – Relatório Final da Pesquisa – Estado de Santa Catarina, Vol. II, 2010: 300)*

Mas seus resultados foram um pouco diferentes dos trabalhos feitos nos dois inventários já analisados por dois motivos, principalmente: a ainda recente presença do Iphan[16] e os ciclos migratórios que marcam a ocupação e construção do estado[17]. Há, portanto, certa ênfase nas práticas constituídas em torno dos grupos de descendentes de migrantes, mas ainda com uma visão instrumental dos saberes, como subsidiários às edificações. Nas falas de Paulo Roberto Volles, as técnicas tradicionais têm valor cultural e identitário: *Não é meio de vida, é demonstração de cultura.(...) Muito importante [para a comunidade], pois é uma forma de manter a arquitetura local, que é a identidade da cidade*[18]. Para Sido Mueller, *ajuda a manter a história, as pessoas agradecem por ter a oportunidade de ter uma mão de obra especializada pra isso.*[19]

As diferenças entre o caso catarinense e aqueles de Minas Gerais e Pernambuco também mostram-se no esforço da equipe em esclarecer os recortes frouxos dos bens – mais uma vez, o caso dos pedreiros.

Observações:

---

[16] Santa Catarina é campo de atuação recente do IPHAN – desde 1983 (últimos 27 anos, contra 74 anos de presença em Minas Gerais) - e por isto os dados extraídos de fontes secundárias tais como relatórios de restauro, que são abundantes em Minas Gerais são mais escassos em Santa Catarina. (idem: **Relatório final de pesquisa – estado de Santa Catarina**. Vol. I, 184)

[17] O Estado de SC caracteriza-se, por regiões constituídas por diferentes ciclos migratórios, com características culturais predominantes diferenciadas. Considerando-se, assim, esses processos de ocupação, pode-se reconhecer as características dominantes da ocupação de cada microrregião do Estado que avança, a partir do século XVIII, do litoral (migração açoriana) em direção ao interior. (idem: Relatório final da pesquisa – estado de Santa Catarina. Vol. II, 283)

[18] Projeto Mestres Artífices – SC – SC020010Q60005 – Questionário de Identificação do ofício de carpinteiro – Paulo Roberto Volles: 3 e 7.

[19] Projeto Mestres Artífices – SC – SC020010Q60011 – Questionário de Identificação do ofício de carpinteiro – Sido Mueller: 5

> - *O mestre pedreiro em Santa Catarina, além das técnicas de construção em alvenaria, executa, também, pequenas estruturas em madeira, especialmente telhados de madeira.*
> - *Mestre de obras é função, decorrente das várias qualificações.*
> - *No Sul, de acordo com o critério autodeclarativo o ofício de "pedreiro" abarca atividades de cortar, beneficiar, entalhar a pedra, ou ainda, de calçar a pedra (calceteiro). Para diferenciar estas atividades do pedreiro que faz casas, muros galpões de alvenaria, adotamos a designação canteiro. (idem: 380)*

No entanto, essas explicações não são suficientes para tornar alguns dos bens compreensíveis enquanto bens culturais no sentido aplicado pelo inventário. As descrições dos bens são feitas a partir de experiências individuais, a ponto de apresentarem, como etapas de execução: contatos com cliente, elaboração de projeto no AutoCAD, acerto do orçamento, entre outros[20]. Não apresentam, portanto, uma análise e uma síntese dos sentidos.

De maneira geral, nos três casos os fazeres são abordados por um ponto de vista da profissão – como indica a pauta de reuniões da equipe de Santa Catarina com a equipe mineira – e, por vezes, do mercado.

> - *1º Seminário (discussões teóricas) em 16/12/2009*
>
> *Pauta: 1. Apresentação do projeto de pesquisa; 2. Discussão geral sobre a temática das profissões e seus problemas;...*
>
> *(...)*
>
> - *Reunião 13/04/2010*
>
> *Pauta: Definição de sítios e localidades; Situação de fichas e questionários; Discussão procedimentos e fluxos de organização do trabalho, nas etapas:*
>
> - *Equipe de campo já entregou os questionários que foram transformados em fichas-individuais pelas bolsistas. Nesta fase, os pesquisadores de campo classificam os mestres pelas profissões em cada sítio ou localidade...*
>
> *(Projeto Mestres Artífices – SC – Relatório Final de Pesquisa – Estado de Santa Catarina. Vol. II, 2010: 289 e 292 – grifos nossos)*

Com isso, é possível perceber o sentido que as técnicas têm na vida de cada mestre (profissão, hobby, conhecimentos adquiridos, mas não praticados), mas não se tem uma visão da coletividade.

Seria importante, por exemplo, que os trabalhos apresentassem uma reflexão acerca de quais são os valores patrimoniais de uma atividade que é entendida pelo executante como sua profissão, sua fonte de renda e sustento. O caso da senhora Tereza Vaz Fernandes Machado ilustra essa situação. Para ela, fazer tijolos de adobe era o meio de conseguir sustento financeiro. Tão logo a atividade deixou de ser rentável, Tereza

[20] Projeto Mestres Artífices – SC – SC020010F60008 – Ficha de Identificação do ofício de pintor

deixou de praticá-la. Ela não parece atribuir sentido a seu conhecimento fora a oportunidade de renda[21].

E esse parece ser o caso dos executantes citados na pesquisa sobre a pesca artesanal no litoral potiguar, como veremos a seguir.

4.1.2. Inventário do ofício da pesca artesanal no litoral do Rio Grande do Norte – INRC da Pesca Artesanal/RN

A pesquisa desenvolvida no litoral do Rio Grande do Norte teve uma abrangência diferente da que normalmente é vista em projetos de identificação de patrimônio imaterial. O trabalho teve dois objetivos: empreender o *inventário das embarcações tradicionais e das atividades econômicas e associativas correlatas* e a *identificação dos antigos modos de construir, dos artesãos remanescentes e dos antigos modos de realização da pesca* (Projeto Básico). Seria necessário, por isso, estar atento à busca por embarcações remanescentes (p. 1), mas, ao mesmo tempo, compreender os saberes da pesca e outros a ela associados (como aqueles da construção naval) dentro do processo dinâmico que caracteriza o patrimônio imaterial.

Os resultados esperados desse desafio eram:

> *a) Registrar e valorizar as expressões culturais das comunidades na área estudada, identificando os fatores que podem contribuir na continuidade dessas expressões, bem como aqueles que ameaçam sua sobrevivência, visando o fomento de ações de salvaguarda e promoção que valorizem a diversidade étnica e cultural do país.*
>
> *b) Maior aproximação do IPHAN com a sociedade brasileira, especialmente com os grupos que produzem, transmitem e atualizam as manifestações culturais dinâmicas, de caráter processual, enraizadas no cotidiano das comunidades;*
>
> *c) Apropriação pelos grupos dos instrumentos de preservação do patrimônio cultural do IPHAN.*

[21] Fabricou tijolos de adobe por, aproximadamente, trinta e cinco anos, mas atualmente não exerce esta atividade.(...) Aprendeu a fazer tijolos de adobe observando outras pessoas fazer. Como precisava ganhar dinheiro e não tinha outra possibilidade, passou a fabricar tijolos de adobe por volta dos vinte anos de idade.(...) A produção de tijolos de adobe era uma dentre as várias atividades praticadas pela entrevistada como meio de vida. (Projeto Mestres Artífices – MG – MG010010Q60026 – Questionário de Identificação do ofício de adobeiro – Tereza Vaz Fernandes Machado: 1-6)

> *d) Levantamento/cadastro de embarcações tradicionais existentes em trecho do litoral do Estado do Rio Grande do Norte, que vai do município de Maxaranguape até Tibau;*
> *e) Conhecimento acerca dos locais e comunidades que realizam a pesca artesanal, bem como dos modos de fazer da pesca artesanal no litoral do estado;*
> *f) Embasamento para formulação de ações do IPHAN/RN, relacionadas à preservação das embarcações tradicionais e da pesca artesanal. (INRC Pesca Artesanal/RN - Projeto Básico, 2010: 3-4)*

Como no caso do INRC dos Mestres Artífices em Pernambuco, a empresa Aro – Arquitetos Associados foi a responsável pelo trabalho. Dessa vez, contou com uma equipe menor em número e especialidades dos pesquisadores: da pesquisa anterior, só foram mantidos Andrea Zerbetto e Rodrigo Torres, sócios diretores da empresa e coordenadores das pesquisas executadas, e os pesquisadores André Macieira e Rosana Santos.[22]

Se na pesquisa dos Mestres Artífices o foco eram técnicas tradicionais, nesse trabalho a questão construiu-se em torno das chamadas práticas artesanais. A questão acerca do que se deve considerar como *artesanal* no contexto da pesca mostra-se essencial para que se possa pensar as práticas dentro das políticas de preservação. O Projeto Básico indicou *antigos modos de realização da pesca*, mas a equipe não se baseou somente no parâmetro temporal para construir seus objetos. O Relatório Final da pesquisa traz a seguinte guia:

> *a pesca artesanal caracteriza-se não propriamente pelo volume de produção mas pela variedade e qualidade das espécies capturadas, destacando-se uma fauna caracterizada por grande diversidade constituída por pescadas, tainhas, camurins, polvos, camarões entre outros. (INRC Pesca Artesanal/RN – 2ª Etapa – Litoral Norte - Relatório Final, 2011: 22).*

A equipe, no entanto, não só fundamentou sua pesquisa no tocante à variedade da produção, mas, também, à densidade das comunidades pesqueiras e à autenticidade de suas práticas (idem: 25). Não está claro, todavia, o que define a autenticidade das

[22] André Macieira – arquiteto e urbanista; Andrea Zerbetto – arquiteta e urbanista; Ariadne Almeida – coordenação de logística; Erika Cunha – arquiteta e urbanista; Geiseane Geslei – apoio administrativo; Luís Fernando Amâncio – historiador; Luís Felipe Garrocho – historiador; Rodrigo Torres – arquiteto e urbanista; Rosana Santos – mestre em antropologia. (INRC Pesca Artesanal/RN – 2ª Etapa – Litoral Norte - Relatório Final, 2011:185)

práticas, nem como essa as configura em bens culturais, ante o caráter dinâmico característico ao patrimônio imaterial.

O cerne da questão, no caso da carpintaria naval, parece estar na oposição produção de modo autêntico *versus* produção com uso de ferramentas modernas.

> *Verifica-se que, mesmo tendo passado por modernização com a introdução de ferramentas elétricas e compra de madeira serrada, a atividade permanece essencialmente artesanal por sua natureza prevalecer sobre as facilidades da indústria. (INRC Pesca Artesanal/RN – RN02001lf6020 – Ficha de Identificação do ofício da carpintaria naval para a construção e reforma de botes, bateiras e barcos a motor: 16)*

> *No que se refere ao levantamento efetivo de dados identificou-se expressivo número de carpinteiros navais em atividade em toda a costa, alguns deles trabalhando de modo essencialmente artesanal, ou seja, sem a adoção de nenhuma ferramenta elétrica. A maioria já é adepta de ferramentas modernas adotadas paralelamente às tradicionalmente utilizadas. (INRC Pesca Artesanal/RN – 2ª Etapa – Litoral Norte - Relatório Final, 2011: 37)*

Além disso, há uma questão bastante relevante em relação à disposição e aos esforços dos detentores para a continuidade dessas práticas ditas autênticas.

> *No que diz respeito à produção naval propriamente, constatou-se a existência de alguns poucos carpinteiros que, por razões variadas, não raramente por limitações econômicas, mantêm o modo de produção essencialmente artesanal. Estes exercem o ofício com o uso de ferramentas tradicionais muitas vezes herdadas de pais e avós ou produzidas por eles mesmos (...) Entretanto, parte deles, na medida em que adquire melhores condições financeiras, tornam-se cada vez mais fixos em um único endereço, instalando-se em sólidas construções de alvenaria que dotam de máquinas e equipamentos semi-industriais. Com uma infraestrutura bem montada, estes carpinteiros aperfeiçoam a produção, aceleram o processo, e produzem um acabamento menos rústico. Tendem assim a tornar a produção menos artesanal se comparada com a produção sem uso de ferramentas elétricas e modernas. (idem: 175)*

Já a autenticidade das atividades da pesca é tratada como dada, não sendo discutida ou aprofundada. Ignora-se, portanto, a relação entre a continuidade das atividades e suas condições materiais e ambientais. As falas dos detentores marcam as práticas com um caráter de subsistência. Essas são, em suas próprias palavras, uma (ou, muitas vezes, a única) fonte de renda para as famílias.

> *Quando nós chegávamos à idade de 10, 12 anos, os próprios pais ensinavam. Era a profissão que tinha. Aqui, era um lugar muito pobre, sofria*

> *muito e o recurso era pescaria. Aí os pais passavam para os filhos; eles mesmos se interessavam em levar os filhos para essa profissão... Os pais deles ensinaram a eles. Eles ensinaram para nós. E até nós também, passamos para os nossos filhos (INRC Pesca Artesanal/RN – RN020011F6012 – Ficha de Identificação do ofício da pesca artesanal de voadores e dourados: 18)*

Essa relação entre as atividades da pesca artesanal e a subsistência parece ser tão forte que os executantes mostram-se dispostos a abandoná-las por outras que lhes tragam melhores condições de vida.

> *Considerado em muitos casos um fator de preservação dos bens culturais, neste especificamente, [o turismo] vem promovendo a remoção de pescadores de seus ofícios e a alteração na forma das embarcações para atendimento da nova demanda de transporte de visitantes. Neste sentido destaca-se a comunidade de Maracajaú, onde a influência turística vem fazendo das jangadas uma espécie de mini-lancha de transporte de passageiros, dotada de bancos, varanda, cobertura e motor de popa. Os carpinteiros vêm se dedicando à adaptação das antigas embarcações e à produção de novas, enquanto os pescadores têm buscado licenças para mudar de ramo tendo em vista ganhos maiores com menos sacrifício. (INRC Pesca Artesanal/RN – 2ª Etapa – Litoral Norte - Relatório Final, 2011: 176-177)*

Falta, portanto, traçar o caminho que leva essas práticas de atividades profissionais a referências culturais. O trabalho acaba por aproximar-se de um catálogo dos tipos de pesca praticados no litoral do Rio Grande do Norte – com extensa lista de instrumentos, ferramentas e produtos –, não apresentando os sentidos que fazem com que essas práticas participem da constituição da identidade do grupo.

4.1.3. Inventário Nacional de Referências Culturais do Município de Paranaguá/PR, Etapa 2010: o Universo Caiçara e sua Relação com o Mar através do Sistema da Pesca (INRC da Pesca da Tainha/PR)

Em 2007, foi instituído, sob responsabilidade da Superintendência do Iphan no Paraná, o INRC do Município de Paranaguá, um trabalho amplo que pretendia inventariar bens culturais das diferentes categorias (Formas de Expressão, Saberes,

Celebrações e Lugares) encontrados no município. Em 2010, a Superintendência decidiu aprofundar as pesquisas, voltando o foco para a relação dos homens com o mar, e para as práticas que constituem a partir desta relação, dando início, para isso, ao INRC da pesca da tainha na Ilha do Mel.

O Projeto Básico justifica a pertinência da pesquisa no âmbito das políticas patrimoniais ao apontar que

> *No Paraná, um dos eixos de constituição da identidade parnanguara trata-se dos elementos ligados ao universo caiçara, em particular a relação do caiçara com o mar. (...) Sendo assim, a Etapa de 2010 do INRC de Paranaguá visa aprofundar as pesquisas, a análise e a documentação de algumas referências culturais do município, todas elas articuladas em torno da relação do homem caiçara com o mar, elemento natural que fornece seus meios de subsistência através da pesca e orienta seu modo de vida e suas práticas culturais (INRC da Pesca da Tainha/PR – Projeto Básico, 2010: 2)*

Mesmo tratando-se de um projeto de aplicação da metodologia do INRC o texto apresenta um entendimento da pesca para além da definição ofícios e modos de fazer encontrada no manual do inventário (já citada em nosso primeiro capítulo):

> *a pesca trata-se de uma referência integradora, que articula outras categorias do chamado "patrimônio imaterial", como lugares, ofícios, modos de fazer, celebrações e formas de expressão. (idem)*

E ainda que a pesca seja o tema central da pesquisa, o recorte dado à pesquisa não se limita a ela.

> *Considerando a pesca como um item articulador de um sistema de referências culturais, o propósito da Etapa 2010 do INRC de Paranaguá é inventariar e documentar não só o processo de pesca e lanço da tainha, realizado entre os meses de maio e junho de cada ano, mas também elementos culinários relacionados – a preparação do "peixe seco com banana" –, seus antecedentes – os meses de fabricação das redes de pesca –, seus lugares privilegiados – caso da Ilha do Mel, em Paranaguá –, seus ritos e celebrações característicos, como a Festa de São Pedro, que encerra a temporada de pesca da tainha (idem)*

É importante notar que, para dar conta desse entendimento mais amplo, o Projeto Básico prevê que seja executada *sistemática pesquisa antropológica de campo* e que os bens sejam descritos, analisados e contextualizados, além de documentados (idem, p. 7). No entanto, esse entendimento amplo do bem e da pesquisa em campo, não se estende aos resultados pretendidos pelo Projeto Básico:

> *3.1) Identificar, documentar e valorizar expressões culturais das comunidades da área estudada, identificando os fatores que podem contribuir para a continuidade dessas expressões, bem como aqueles que ameaçam a sua sobrevivência, visando subsidiar ações de fomento,*

> *promoção e salvaguarda que valorizem a diversidade étnica e cultural do país.*
>
> *3.2) Maior aproximação do Iphan com a sociedade civil brasileira, especialmente com os grupos que detêm, produzem, transmitem e atualizam as manifestações culturais dinâmicas, de caráter processual, enraizadas no cotidiano das comunidades;*
>
> *3.3) Incentivar a apropriação, por parte das comunidades envolvidas, dos instrumentos de preservação do patrimônio cultural brasileiro utilizados institucionalmente pelo Iphan*

Para executar o trabalho foi contratada a empresa *Traço Cultural – arquitetura e patrimônio cultural*[23]. Após cerca de dezoito meses, a equipe entregou ao Iphan o relatório e as fichas que compõem o inventário, bem como a publicação *A pesca da tainha na Ilha do Mel: territorialidades, sociabilidades e técnicas* dele resultante.

O relatório e a publicação apresentam textos semelhantes (com mudanças pontuais, no conteúdo e na ordem da redação), bem escritos, com muitas informações e que conseguem pintar um rico quadro do universo caiçara constituído em torna da pesca da tainha.

> *Compreendendo que o texto etnográfico deve necessariamente articular historicidades, sincronicidades e subjetividades, nesta etapa do INRC, desenvolvida na Ilha do Mel, as ferramentas e métodos provenientes da antropologia em diálogo constante com a história, geografia, artes visuais, entre outros campos, trouxeram a tona aspectos que transcendem a atividade pesqueira, falando de organizações sociais e cosmovisões específicas (idem: 11)*

No entanto, apesar de apresentar o bem para além da atividade pesqueira em si, tanto o relatório como a publicação deixam a desejar quanto a descrições de técnicas, dificultando a compreensão dos fazeres da pesca. A mesma dificuldade, as mesmas lacunas estão presentes nas fichas do INRC.

Tivemos a oportunidade de conversar com Patrícia Martins, coordenadora da pesquisa, para tentar esclarecer as dúvidas suscitadas pela leitura do trabalho. Patrícia reforçou a importância da perspectiva etnográfica para o desenrolar da pesquisa e como isto se desdobrou nas atividades em campo.

O forte da equipe era essa coisa da etnografia e da antropologia. E como tinha o produto que era o livro, a gente meio que se libertou um pouco das fichas em campo e foi para

[23] A equipe era composta de Patrícia Martins, historiadora, Mestre em Antropologia Social – UFPR, na coordenação; Simone Frigo, socióloga, Mestre em Antropologia Social – UFPR; Janaína Moscal, jornalista, Doutoranda em Antropologia Social – UFSC; Otávio Zucon, historiador, Mestre em História Social – UFSC; Flávio Rogério Rocha, historiador, Mestrando em Comunicação e Linguagem – Tuiuti/PR na equipe técnica.

fazer a etnografia. A ficha foi feita depois do período mais intenso de campo – que é quando eles ficavam lá para fazer a pesca, que a gente precisava acompanhar cotidianamente – e aí, depois que termina essa fase, a gente começa a pensar na ficha (...) Então, a gente preparou o texto já do livro e dos relatórios, o relatório, na verdade, o primeiro; e desse relatório (...) a gente meio que selecionou e colocou na ficha.

A intenção da equipe era participar do cotidiano do grupo para conhecê-lo, ao invés de tentar entendê-lo a partir de explicações descoladas da vivência. E, com isso, chegar a uma narrativa que ajudasse a construir o bem em um sistema.

Como a gente trabalha com etnografia, as entrevistas sempre, para a gente, são importantes, claro; mas elas complementam, têm um nível secundário. Então, a gente consegue entender muito mais coisas no campo cotidiano, ali com eles, do que, de repente, sentando com alguém e perguntando (...) a gente foi para a ficha depois de ter construído a descrição etnográfica, ter tido acesso às fontes histórias,... e por último que a gente senta e faz a ficha. Então, não é só preencher os itens da ficha, já tem uma narrativa.

(...) Vai além de uma visão instrumental dos saberes. Aí, a questão da técnica para a gente, da Antropologia... Na Antropologia, a técnica assume essa característica. Ela não está descolada disso, pelo menos a antropologia que a gente pensa. Você não vai falar de técnica, sem falar das relações que estão por trás dessa técnica, das memórias, dos conhecimentos,..

Ao partirem do lugar social da Antropologia, como dito no relatório, os pesquisadores construíram o bem para além de uma visão instrumental da técnica, além da captura do peixe, com outras práticas e outros sentidos mais. Por exemplo, a vivência com o grupo permitiu que a equipe percebesse

> *que a comida é uma categoria simbólica relevante na construção da identidade social dos pescadores. A centralidade da comida é explicada a partir de dois pontos principais. O primeiro ponto refere-se à ligação existente entre o trabalho e o produto de consumo. Existe uma relação direta e objetiva entre o pescador e o peixe, justamente porque o produto do trabalho, o peixe, é também produto de consumo. O segundo ponto diz respeito ao fato de que a comida ocupa um lugar central na escala de consumo dessas famílias. Assim, boa parte daquilo que arrecadam é destinado ao pagamento da alimentação, sendo que os peixes e os frutos do mar representam apenas uma pequena parte daquilo que comem diariamente. Ter comida é concretamente imperativo para a sobrevivência física e simbólica dessas famílias, pois é a partir principalmente dela que vai ser construída a identidade desse grupo. (INRC Pesca da Tainha/PR – Relatório final de atividades, 2011:160)*

E, uma vez que *as mulheres do acampamento assumem a função de controlar e gerenciar o consumo doméstico de modo que o orçamento da família possa suprir as "necessidades" de consumo (...) elas controlam econômica e ideologicamente aquele*

espaço (idem: 161-162), puderam perceber o papel dessas mulheres – questões de gênero – na sociabilidade do grupo.

A comida, seu preparo e consumo, os papeis de homens e mulheres, o estar no acampamento de pescadores, compõem a pesca da tainha - *a qual podemos pensar como um fato social total, definido por Mauss (2003) como "dotado de significação simultaneamente social e religiosa, mágica e econômica, utilitária e sentimental, jurídica e moral"* –, assim como outras dimensões sociais – *estas intrinsecamente articuladas ao parentesco, à religiosidade popular e suas crenças, bem como a aspectos afetivos e morais da comunidade (idem: 171)*. Nesse contexto, a captura de peixes torna-se um dentre vários aspectos da pesca da tainha:

a pesca da tainha é o momento em que eles conseguem fazer o convívio de comunidade, como eles faziam antigamente. É o momento em que eles conseguem deixar um pouco as atividades do turismo, para fora, e se voltam mais para as coisas da sua comunidade. Então é o momento que eles ficam esperando durante o ano. Por mais que não venha peixe, tudo bem, está valendo a própria experiência do viver junto aquele momento ali.

É possível compreender, com isso, a pesca da tainha enquanto fato social total e aspecto central da constituição da identidade do grupo. Entretanto, o trabalho deixa lacunas na compreensão de como a pesca se constituiu enquanto como bem cultural.

Inserido na categoria dos saberes/ofício, o inventário tem como foco a pesca, mas não traz descrições claras das atividades que a compõem. A dificuldade de compreensão é agravada quando confrontamos o relatório com as fichas do INRC. O primeiro indica uma variedade de conhecimentos e técnicas que, juntos, formam a pesca e chega a referi-los como bens patrimoniais:

> *As técnicas e seus usos se atualizam com o tempo, porém a preponderância do aspecto "artesanal" se mantém. Esse conhecimento é coletivo, justamente por seu aspecto bricoleur. Porém, alguns indivíduos se destacam por dominar elementos específicos, tornam-se especialistas em determinadas frações desse processo. É o caso do espia, do popeiro, do tarrafeiro, do quinhoeiro, inúmeras funções que são desencadeadas a partir da "mecânica do lanço" e do próprio sistema da pesca. Saberes-fazeres que se constituem, por si, valores e bens patrimoniais desse universo. (INRC Pesca da Tainha/PR – Relatório final de atividades, 2011: 148)*

Apesar disso, somente uma ficha de bem identificado foi preenchida – Pesca da tainha (INRC Pesca da Tainha/PR – PR020011F6001). Essa, assim como os textos do relatório e da publicação, traz descrições da pesca narradas, em grande parte, a partir das atividades do espia (aquele que, no topo de um morro, observa a movimentação dos cardumes de tainha e avisa seus companheiros que estão na praia qual é o momento

certo de entrar no mar e os movimentos que devem fazer com a canoa para cercarem um cardume). E, aumentando a confusão, os três produtos apresentam o termo *ofício do espia* em mais de um momento. Restam, assim, dúvidas: a pesca é um ofício composto por diferentes atividades ou cada uma dessas atividades é um ofício?, há o ofício de espia dentro do ofício da pesca?, se as atividades do popeiro, do tarrafeiro e do quinhoeiro também são apontadas como merecedoras de destaque, por que não são indicadas como ofícios?

A conversa com Patrícia trouxe hipóteses de respostas.

O recorte da pesquisa em torno da pesca como bem partiu da superintendência, a partir de uma preocupação (que não foi exposta no Projeto Básico) de um técnico com a questão da disputa entre pescadores e Instituto Ambiental do Paraná – IAP (que impõe dificuldades de acesso à praia onde os detentores praticam a pesca da tainha)

veio meio a pedido já da própria superintendência. Porque o Iphan, a superintendência aqui do Paraná, eles têm algumas ações já ali na Ilha do Mel, por conta do Forte, uma fortaleza, um forte que tem lá... Nesse forte, pelo menos nesses últimos anos, eles têm tentado dinamizar as ações lá no forte e em toda ilha. E, aí, a partir dessa presença do Iphan, e dessa aproximação mais efetiva com a população lá da Ilha do Mel, que o técnico Juliano [Martins Doberstein] sugeriu que a gente fizesse aquela etapa sobre a pesca da tainha (...) ele já tinha conhecido esse grupo de pescadores, tinha participado inclusive de algumas reuniões, não sei se uma ou duas, reuniões com o Instituto Ambiental do Paraná, que é o IAP, e que falava sobre essa questão da pesca e ele sentia, ele havia percebido a importância disso. Então, na verdade, a gente mesmo, a equipe de pesquisa não conhecia esses pescadores; sabia da pesca da tainha e tudo mais, mas não conhecia esse grupo. Mas foi por essa indicação do próprio Iphan

A prática em campo levou a equipe a perceber diferentes saberes. No entanto, sua centralidade na construção da identidade sustenta a pesca como referência do grupo.

Já o destaque para o saber do espia foi, por assim dizer, uma imposição do campo. Alguns aspectos, abordados no relatório, que levaram a esse destaque foram lembrados por Patrícia durante nossa conversa:

dentro de todas as funções, parece que a do espia teria uma proeminência, porque, dentro daquele grupo, ele além de ser espia, era um dos donos, agora ele é o dono, mas ele já estava se preparando para ser o dono da canoa; ele tinha uma certa liderança e tal; e ele era uma pessoa que se expressava muito bem. Então, a gente conversava e ele conseguia dar as minúcias do seu ofício, enquanto que os homens que ficavam no barco... era difícil tirar alguma informação. Eles pouco falavam, sabe? Era um trabalho difícil de conseguir que eles explicassem, colocassem em palavras as ações deles no mar. Mas,... outra coisa, a gente

também teve um problema que foram poucas saídas ao mar quando a gente estava em campo. Foi um ano em que a tainha não chegou (...) acho que se a gente conseguiu presenciar umas três saídas da canoa, foi muito, sabe? Então acho que foram esses três aspectos: primeiro, que a gente não teve acesso dentro da canoa para ver como era o momento lá com eles; segundo, o espia conseguia explicar melhor sua atividade, enquanto essas pessoas que iam na canoa não conseguiam tanto nos passar seu ofício; e, por último, acho que o principal é que a gente não conseguiu presenciar muitas saídas da canoa também.

A falta de acesso às atividades desenvolvidas na canoa é explicada pela restrição a aqueles que não detêm os saberes necessários para as atividades que se dão no mar e às mulheres (salvo rara exceção).

Para entrar no barco você tem que ter uma habilidade específica, você tem que estar dentro de uma função ali. E, primeiro, entrar no barco não é uma atividade feminina, teoricamente. Segundo que só entra no barco, na canoa, pessoas que eles reconhecem que sabem fazer a atividade, que tem uma divisão de atividades dentro da canoa e você tem que dominar aquilo, porque, qualquer erro, você, não só põe em risco a pesca, como você põe em risco a vida das pessoas – que pode virar a canoa, enfim. Então a gente nem chegou a cogitar essa hipótese de entrar no barco. Apesar de que uma mulher que acampava lá, parece que quando não havia ninguém, aquele ano não tinha acontecido, mas em anos anteriores, como ela conhecia, todo mundo falava que ela era muito habilidosa e tal para uma determinava função, então ela já tinha entrado, acho que umas duas, três vezes em canoa. Mas era uma atividade mais masculina e exigia essa habilidade.

O relatório do trabalho reforça a importância da questão de gênero para o grupo investigado.

> *As mulheres ajudam os homens a colocar a canoa na água e ficam na praia esperando para puxar o lanço. O que não acontecia no "tempo dos antigos". Tanto homens quanto mulheres nos falaram que, se for de extrema necessidade, no caso da falta de homens, alguma mulher que tenha experiência na pesca pode subir na canoa, no entanto, tal situação é extremamente rara e vista com maus olhos, tanto por homens quanto por mulheres. As mulheres e homens consideram o trabalho da canoa perigoso, portanto, restrito aos homens. (idem: 110)*

Essa importância nos suscitou uma questão, não pensada pela equipe à época da pesquisa[24]: será que o fato de a equipe em campo ter sido composta, essencialmente, por mulheres não dificultou o acesso a relatos e histórias acerca de um conjunto de práticas

[24] Essa questão foi sugerida durante conversa com Patrícia. Ela contou que Simone Frigo, que, como já apontado, participou da pesquisa aqui discutida, no momento está desenvolvendo sua pesquisa de doutorado exatamente sobre a questão de gênero na pesca da tainha na Ilha do Mel, e afirmou que iria passar a Simone a sugestão de pensar a canoa – as atividades que se passam dentro dela – dentro do contexto da relação de gênero.

reservadas a homens? Mais do que propor um exercício de imaginação – *e se?* – essa questão indica como imposições do campo podem se desdobrar na identificação de bens.

Nesse caso, na Ilha do Mel, as poucas saídas para o lanço da tainha, a maior ou menos disponibilidade e/ou facilidade de diferentes executantes para fornecer informações e a restrição a certos espaços levaram a construção de um olhar sobre o bem que parece incompleto. Por outro lado, a inserção das pesquisadoras no universo de atividades femininas (o preparo de alimentos, a mariscada[25], o cuidado com as barracas onde as famílias ficam acampadas na praia), bem como a expectativa do grupo por benefícios de alguma natureza após pesquisa criaram vínculos de confiança, que tornaram possível para a equipe conhecer, além das práticas do grupo, suas preocupações.

eles achavam que poderia ter algum retorno mais prático para eles também, em relação, por exemplo, a negociações com o IAP, órgão ambiental, para poderem mostrar que é importante aquele ofício e tal – porque o IAP coloca muitas restrições. Então, de certo modo, no começo, a gente achou até que fosse ser um pouco mais fácil por ser do Iphan, mas eles tinham receio com relação a ser mais uma pesquisa e com relação a se ia sair livro ou não (...) acho que foi uma relação, por conta de ter um produto mais concreto no final, foi facilitada. Nas outras etapas a gente tinha essa dificuldade, porque como a gente não tinha nada para falar "olha, quando terminar vai um documentário, um...", nunca tinha nada, a gente tinha que negociar muito mais. Só que a nossa entrada em campo, nas outras etapas, era mais rápida: a gente ia, fazia e saía. Ali, a gente precisava mesmo da aceitação deles, porque a gente ia conviver com eles.

Para a comunidade de pescadores da tainha a pesquisa por parte do Iphan pode servir de argumento a favor do grupo ante o órgão ambiental do estado. O trabalho do Iphan é visto, portanto, como uma possível legitimação do grupo e sua prática. Desse ponto de vista a pesquisa pode ser valiosa, pois traz uma análise do contexto social, indica práticas relevantes para o grupo e aponta preocupações e dificuldades acerca de sua continuidade. Mas, pensando na política de preservação patrimonial, as lacunas na apresentação das práticas (clareza no recorte do ofício, nos sentidos e na descrição de técnicas, produção e uso de petrechos, para citar alguns exemplos) acabam por dificultar enxergar o porquê da pesca se configurar como um bem cultural na categoria dos *saberes*.

[25] Coleta de mariscos em pedras próximas ao acampamento

4.2 Saberes: técnicas tradicionais, profissões, modos antigos, fazeres artesanais, referências culturais

Diante do exposto até o momento, percebemos que a identificação de saberes desdobra-se da abordagem acerca dessa categoria, não só por parte dos pesquisadores, mas, também, por parte do próprio Iphan. Os editais, os inventários e as notas técnicas apresentam, portanto, as leituras e as expectativas existentes em diferentes momentos.

Seguindo a orientação do Projeto Básico de buscar os *modos antigos* de pesca, os pesquisadores do inventário feito no Rio Grande do Norte voltaram suas atenções para uma suposta autenticidade das técnicas. E, para isso, buscaram conhecer executantes que ainda privilegiam modos de fazer artesanais, em oposição àqueles modernos ou industriais – com ferramentas elétricas, por exemplo.

No entanto, esses praticantes dos fazeres artesanais, nos casos apresentados no inventário, são aqueles que não dispõem de condições financeiras e materiais para adotar técnicas mais modernas. Os sentidos apontados por eles para essas técnicas autênticas, artesanais da pesca são, portanto, aqueles da subsistência, da necessidade de se buscar uma forma de sustento numa região com pouquíssimas oportunidades. O trabalho, portanto, deixa a desejar na apresentação das técnicas enquanto referências culturais.

A Nota Técnica n.º 42-2011/DPI aponta essa lacuna nos resultados do trabalho e indica a necessidade de se perceber os saberes dentro do contexto mais amplo das significações identitárias.

> *O trabalho realizado constitui uma boa documentação, tanto do ponto de vista da produção audiovisual realizada, quanto da descrição das técnicas de pesca inventariadas. No entanto, do ponto de vista interpretativo e analítico não elabora como as técnicas identificadas se constituem como elementos representativos e articuladores de um modo de vida, com uma identidade e sentidos locais e regionais. Nessa perspectiva, para identificação do universo cultural relacionado à pesca artesanal, para além das técnicas de pesca desenvolvidas, cabe também considerar as especificidades de organização social das comunidades detentoras, as implicações e representações que a atividade pesqueira tem na vida comunitária, em que medida implicam em uma significação da natureza e da vida, bem como nas relações sociais, e como a circulação dos saberes e*

> *práticas sociais associados à pesca conformam um universo cultural característico das comunidades pesqueiras litorâneas do Rio Grande do Norte.*
>
> *Entendemos que, enquanto referência cultural passível de patrimonialização, que é a finalidade do inventário aplicado, os modos específicos de praticar atividades são importantes à medida que articulam significados, narrativas e histórias de vida que atribuem à prática uma pluralidade de significados que ultrapassa a dimensão puramente pragmática de sua execução. Essas atividades dizem sobre a história das pessoas e do coletivo onde se inserem, demarcando contextos socioculturais e econômicos de existência, que implicam em formas coletivas de conceber o tempo e o espaço e que, por fim, articulam saberes, conhecimentos, práticas, ritos e lugares pertencentes de um olhar da comunidade sobre si mesma. (Nota Técnica 42-2011/DPI)*

O edital do Projeto Mestres Artífices teve como foco os mestres que detêm saberes e executam atividades de técnicas construtivas. A ênfase recai no contexto do mercado no qual as técnicas estão inseridas, em especial, o restauro. O texto não menciona a busca por referências culturais, que parecem ser tomadas como dadas na relação das técnicas com o restauro e a conservação de bens edificados. Partindo dessa abordagem, as equipes fizeram um trabalho que personifica os saberes, traz sentidos individuais, marcados pelo contexto profissional e mercadológico das técnicas. Falta, com isso, entender os sentidos que as práticas têm para os grupos – essenciais para que essas se constituam enquanto referências culturais.

A Nota Técnica n.º 10/2012 CI/DPI aponta as dificuldades para perceber as técnicas para além de sua execução, inseridas num conjunto de sentidos atribuídos pelos atores presentes no contexto do bem.

> *[o trabalho apresenta] pouca clareza conceitual em relação à definição dos ofícios, descrição dos processos e produtos patrimoniais que os compõem.*
>
> *(...)*
>
> *Descrição insuficiente, que não consegue abranger as diferentes dimensões do bem cultural, ou porque possui poucas informações ou porque está apenas centrada em um dos aspectos do bem. Praticamente todas as descrições não trazem uma **definição do que é o bem**, ou dos seus produtos, do ponto de vista conceitual – o texto geralmente se inicia com a descrição do processo, como se o ofício se resumisse a ele e se a sua definição fosse óbvia ou conhecida de todos.*
>
> *(...)*
>
> *quais são as suas características? quais são suas atividades, processos e técnicas principais? matérias primas e ferramentas? a quais produtos eles estão relacionados? qual é a inserção dessa atividade no contexto local? e os significados que ele tem para as pessoas envolvidas? quais são os atores implicados na sua realização e na comercialização dos produtos? quais são as condições de sustentabilidade do bem e suas dinâmicas de transmissão? (Nota Técnica n.º 10/2012: 2 e 8- 9)*

Percebemos assim que, focando em cumprir os objetivos do Edital e do Projeto Básico, os inventários do Projeto Mestres Artífices e da pesca no Rio Grande do Norte não trazem muito das vozes dos detentores. Os lugares sociais que se fazem presente nos projetos são aqueles marcados pelo papel de gestão do Iphan e por conceitos acadêmicos da prática dos pesquisadores. O lugar social dos detentores perde espaço para noções acadêmicas, técnicas ou mercadológicas, como no caso dos saberes ligados a técnicas tradicionais empregadas ao restauro, no Projeto Mestres Artífices.

Entretanto, após leitura das fichas e produtos dos inventários, é possível afirmar que os detentores não se calam diante das pesquisas, mas suas vozes não são ouvidas, exploradas e consideradas como poderiam ser. Um exemplo é a falta de análise acerca do que os detentores entendem por "mestre" e quem eles acreditam serem os merecedores de certificação, no caso do Projeto, mesmo havendo indícios de que essa questão é relevante para os executantes, como podemos ver nesse depoimento:

> *Primeiro, o mestre tem que ter experiência de vida. Não adianta eu falar que eu sou um mestre. Eu não sou. Por quê? Porque eu não tenho experiência de vida. A vida tem essa carga que você leva. Ela te ensina muita coisa. Então pra ser mestre eu acho que a pessoa deve ter mais de cinqüenta anos de idade. Porque, aí, sim, ela já é uma pessoa madura. Não no trabalho, mas na vida. Porque, quando o Seu Juca está trabalhando, o trabalho faz parte da sua vida e vice-versa. O mestre tem que ter essa dedicação também no trabalho. Eu acho que são fatores fundamentais. Não adianta falar que eu sou um canteiro. Não sou. A gente está aprendendo e isso vai ser um aprendizado até o final da vida. (CASTRIOTA et al., 2012: 71)*

Esse trecho traz questões relevantes, como a autodefinição, o autorreconhecimento dos detentores, bem como a amplitude de seus entendimentos de termos – mestre para além de conhecimentos instrumentais –, mas, infelizmente, elas não foram aprofundadas na pesquisa. Mais grave, a impressão que se tem é que o relato não foi sequer considerado, uma vez que, mesmo após sua fala, o detentor foi listado ao fim do trabalho como mestre.

Essas questões, por outro lado, surgem como grande preocupação em falas da equipe técnica do DPI. Tivemos a oportunidade de acompanhar duas reuniões (em março e julho de 2011) cujas pautas focavam a continuidade do Projeto com a certificação dos mestres artífices encontrados durante os trabalhos de inventário. A reunião contava com a participação de técnicas do DPI, uma representante da UNESCO e consultores contratados para auxiliar no desenvolvimento de um sistema de certificação e formação. Mesmo diante das sugestões dos consultores, as técnicas do

DPI demonstravam especial preocupação com dois aspectos: o reconhecimento de mestres por seus pares, em contraste com a hipótese de que a certificação resultasse somente de cursos formais em instituições técnicas, e o reconhecimento e a valorização da pluralidade de técnicas e resultados, diferentemente da busca por uma padronização.

Ao nos lembrarmos do Edital do Projeto e das palavras de Márcia Sant'Anna, a visão da equipe do DPI sobre o projeto mostra uma intenção de maior proximidade da vivência e das demandas dos grupos. Ao analisarmos as notas técnicas percebemos, no entanto, que essas preocupações não são expostas. Uma possível explicação para sua ausência é o fato de que essas notas se restringem aos aspectos explicitados no edital ou projeto básico. Os editais, por seu caráter jurídico, traçam recortes e planos específicos, dificultando (ou mesmo não permitindo) uma flexibilidade que atenda a possíveis demandas encontradas. Além disso, os editais têm por base a jurisprudência do Decreto 3.551/2000 e do PNPI e, também, os instrumentos existentes, em especial o INRC, e, por isso, trazem consigo lacunas e limitações por eles apresentadas (analisadas, no caso do decreto e do programa, no capítulo anterior, e mais adiante neste capítulo, no caso do INRC). Assim, ao expressarem desejo de maior participação dos grupos (reconhecimento e formação de mestres por mestres, no caso do Mestres Artífices), as falas dos técnicos do Iphan demonstram um entendimento mais aprofundado do alcance e da função dos projetos, e uma alinhamento ao chamado para que o Estado se posicione, cada vez mais, como ator social.

Apesar de ainda não ter passado por uma avaliação técnica por parte do DPI, O INRC da Pesca da Tainha serve de interessante exemplo para nossa análise, pois expressa esse aprofundamento. Ainda que o Projeto Básico não tenha escapado da rigidez necessária aos instrumentos jurídicos, apresentou uma abordagem diferente, mais ampla. Como já apresentado, a pesquisa partiu de um entendimento da pesca como ponto articulador de um sistema de referências culturais.

O foco, portanto, manteve-se na pesca, mas não de maneira limitada ao instrumental da técnica. Houve por parte da equipe técnica do Iphan-PR, como apontado pela pesquisadora Patrícia Martins, uma preocupação com questões tangenciais ao campo do patrimônio relevantes para os grupos, como a questão ambiental que cerca a pesca da tainha na Ilha do Mel. Os pesquisadores levaram essas questões a campo, e lá desenvolveram essas e outras em conjunto com os detentores.

Participando da rotina do período de pesca, os pesquisadores buscaram conhecer as questões pela perspectiva dos detentores, e construíram um quadro detalhado do cotidiano e das dificuldades do grupo. A pesca é apresentada no trabalho através das relações familiares, relações entre pescadores e donos de redes e canoas, relações de gênero na divisão das tarefas diárias; da necessidade de conseguirem autorização junto ao órgão ambiental do estado a cada ano para a pesca; dos problemas e da perda de qualidade de vida decorrentes do aumento significativo do turismo e dos negócios a ele ligados, em especial a construção de pousadas. Em suma, a pesquisa contemplou práticas que não ficam restritas à execução de atividades, e que estão inseridas, de forma indissociável, na vivência do grupo. A pesca é apresentada como uma dimensão do sentimento de pertencimento ao grupo, desempenhando, assim, papel importante na constituição da identidade do grupo, ainda que não seja evidenciada a participação das técnicas em si (a atividade do espia, do popeiro, etc) nessa identidade. O projeto aponta, com isso, para possibilidades de encararmos os saberes com uma visão ampla, não limitada à execução de atividades de ofícios e modos de fazer.

Essa abordagem foi possível, pelo que pudemos perceber após análise dos inventários e conversas com os pesquisadores, graças não só às diretrizes indicadas nos projetos básicos e editais e aos entendimentos dos próprios pesquisadores (seu lugar-social) acerca do tema. A postura da equipe diante do trabalho em campo e da metodologia do INRC também está refletida nos resultados dos trabalhos. Por isso, faz-se importante analisarmos as relações saberes/fichas e fichas/pesquisadores.

4.3 Algumas questões sobre as Fichas de Identificação de Bens

A escrita do inventário, como já apontado anteriormente, é importante etapa da identificação. É o momento em que são sintetizadas quais práticas culturais configuram-se em referências culturais para os diferentes grupos e como isso acontece. No caso de bens de natureza imaterial, esse trabalho é feito a partir da metodologia do INRC. Sendo assim, a própria estrutura do INRC contribui para a identificação feita, principalmente pela existência da Ficha de Identificação do Bem Cultural, com os problemas que sua nomenclatura traz – já apontados no segundo capítulo deste trabalho. Torna-se, pois,

evidente a pertinência de uma análise dessa ficha para podermos pensar quais questões traz à identificação.

Ainda que não haja alteração na estrutura do INRC nos diferentes trabalhos, com suas Fichas de Identificação de Sítio, Fichas de Identificação de Localidade e seus anexos (bibliografia, registros audiovisuais, bens culturais inventariados e contatos), as fichas de identificação de bens diferem entre si para atender às especificidades das diferentes categorias e cada uma delas apresenta aspectos considerados indispensáveis para que se conheçam os bens. Os campos a serem preenchidos em cada ficha servem, portanto, como critérios e diretrizes para a identificação dos bens. Sendo assim, é natural que a *Ficha de Identificação: Edificação* apresente campos alheios às categorias Celebrações, Formas de Expressão e Modos de Fazer e Ofícios, como, por exemplo, *Descrição arquitetônica* e *Plantas, mapas e croquis*.

Já as fichas referentes às categorias Celebrações, Formas de Expressão e Ofícios e Modos de Fazer apresentam campos em comum e algumas diferenças. A começar pelo campo *Executantes*, presente nas fichas de identificação para Formas de Expressão e Ofícios, mas inexistente na *Ficha de Identificação: Celebração.* Além disso, há diferenças relevantes nas indicações do manual quanto à descrição dos bens, ainda que os campos referenciais sejam, em sua maioria, os mesmos.

O campo *Descrição do bem identificado*, no caso de bens da categoria Celebração, deve

> *descrever o tipo de celebração (festa religiosa, carnaval, rituais associados ao trabalho, calendário, etc.) e as* ***atividades complementares****, sintetizando as informações do campo 8 desta ficha. Sendo pertinente, focalizar os textos utilizados (escritos ou improvisados), músicas, letras e orações (IPHAN, 2000: 89, grifo nosso)*

O campo 8 é o campo das **Atividades**, composto por: Programação; Principais participantes; Capital e instalações; matérias-primas e ferramentas de trabalho; Comidas e bebidas; Objetos e instrumentos rituais; Trajes e adereços; Danças; Músicas e orações; Instrumentos musicais; e, Atividades após a execução.

No caso dos Ofícios e Modos de Fazer, a *Descrição do bem identificado* se faz ao se

> *Sintetizar informações do questionário no seu conjunto,* ***particularmente*** *as que se encontram detalhadas no campo 10 desta ficha. Descrever o gênero da atividade, diferenciando, no caso da produção de bens, segundo os tipos da principal matéria prima utilizada (exemplo: palha, cerâmica, madeira, couro, metal, cana, mandioca) e, no caso de* ***serviços****, por especialidades (exemplo: parteira, benzedeira, destilador de pinga,*

> *construtor de casa, carpinteiro, cozinheiro, pescador). Fornecer **descrição física dos produtos** dessas atividades, quando for o caso, considerando matéria prima, dimensões, detalhes, modelos e temas característicos. Referir-se às técnicas empregadas bem como à divisão do trabalho. (idem: 144, grifos nossos)*

O campo 10 – **Produtos Patrimoniais** - é composto por: Repertório ou **principais produtos**; Processo de **trabalho** e **comercialização**; Principais participantes; Capital e instalações; matérias-primas e ferramentas de trabalho; Comidas e bebidas; Objetos e instrumentos rituais; Trajes e adereços; Danças; Músicas e orações; Instrumentos musicais; e, Atividades após a execução.

Por fim, as Formas de Expressão são descritas ao se

> *Sintetizar informações do questionário no seu conjunto, particularmente as que se encontram detalhadas nos campos 7 e 8 desta ficha. Descrever o gênero da atividade (cênica, música, literatura oral, gravura, escultura, etc.), seus produtos (livros, impressos, telas, peças artesanais, apresentações públicas, etc.) e temas mais característicos; o grupo e seus participantes (número, sexo e idade), incluindo a função de cada um. No caso de atividade cênica (peça teatral, apresentação de dança, ópera, circo, autos ou folguedos populares), focalizar o texto, quando houver, tanto escrito quanto improvisado; a música; o tempo de duração da apresentação; o público (número, sexo e idade). No caso de dança, descrever também os movimentos mais característicos em relação a suas qualidades (tais como peso e fluência) e dinâmicas, além do uso do espaço (desenhos e trajetórias). Fornecer descrição física dos produtos dessas atividades, quando for o caso, considerando matéria prima, dimensões, detalhes, modelos e temas característicos (idem: 116)*

Os campos 7 e 8 dessa ficha são, respectivamente, Tempo – composto por Periodicidade e Ocorrência efetiva desde 1990 – e Biografia. Os critérios exigidos para a descrição do bem são, portanto, distintos daqueles para a descrição de Celebrações e Ofícios e Modos de Fazer, o que dificulta uma comparação mais criteriosa, tal como pode ser feita entre Celebrações e Ofícios e Modos de Fazer.

Ao compararmos essas fichas as diferenças entre elas chamam nossa atenção. A presença do campo *Executantes* indica um destaque dado aos indivíduos (ou grupos), às suas experiências individuais. Há, também, uma ênfase nos produtos gerados, perceptível não só nos trechos citados e grifados acima, mas na própria organização das práticas nas fichas. As etapas de execução dos bens, no caso das Formas de Expressão e dos Ofícios e Modos e Fazer, são apresentadas no campo definido como **Produtos patrimoniais**, e os dois primeiros itens desse campo são Repertório ou principais produtos e Processo de trabalho e comercialização. Essa ênfase torna-se ainda maior no caso dos Ofícios e Modos de Fazer com a indicação manifestada no campo *Descrição*

do bem identificado de que o bem seja descrito com a síntese de informações, **particularmente** aquelas presentes no campo dos produtos patrimoniais.

Também a importância das práticas para a comunidade é expressa a partir de uma abordagem que privilegia os resultados, os aspectos materiais das práticas. Enquanto há um campo na ficha de identificação de Celebrações para tratar do público (*quem é, de onde vem, como participa*, idem: 93), nas fichas de identificação de Formas de Expressão e Ofícios e Modos de Fazer as informações coletadas – em questionários aplicados com executantes[26] – acerca do público e da importância das práticas para a comunidade são sintetizadas no campo *11. Destinação do produto*, que trata dos usos e comercialização desses e de sua participação na renda familiar (idem: 148).

A maneira como as fichas lidam com as informações é importante, pois, como apontado por Mônia Silvestrin em nota técnica,

> *elas são responsáveis, no âmbito da referida metodologia, por acolher a sistematização dos dados levantados na pesquisa e o conhecimento produzido a partir deles – ou seja, nelas se encontra, de modo mais direto, o resultado do processo de identificação das práticas culturais... (Nota técnica n.º 10/2012 CI/DPI: 1).*

As ênfases encontradas nos campos das fichas podem, portanto, levar a conhecer os bens identificados a partir de um entendimento que os restringe a relações baseadas na produção e na comercialização de objetos. Os executantes, nesse contexto, são apresentados numa abordagem de experiências individuais, que os encara mais como profissionais que detentores de conhecimentos referenciais para a identidade do grupo. Sua vivência é aquela do trabalho, da fonte de renda. Os sentidos atribuídos aos fazeres são aqueles da subsistência e do mercado – como já destacado no capítulo anterior, com exemplos na pesca do voador e na fabricação de tijolos de adobe.

Nesse cenário, os saberes são fragmentados em especialidades, de acordo com as matérias-primas e ferramentas usadas e os produtos gerados. Essa forma de pensar os saberes remete às experiências do CNRC e da Pró-Memória, anteriores à política de preservação do patrimônio imaterial e que, conforme observações feitas por Antônio Arantes e Márcia Sant'Anna, podem ter tido ecos na formulação do INRC. A fragmentação não condiz, no entanto, com as visões dos detentores sobre seus conhecimentos, pois

[26] 8.12 Qual é o público? (...) 8.13 Esta atividade é importante para a renda/o sustento de sua família? É a principal fonte de renda? E para a comunidade, esse tipo de atividade é importante? Por quê? (IPHAN, 2000: 139)

> *de um ponto de vista interno à cultura e à experiência social, produto e processo são indissociáveis. As coisas feitas testemunham o modo de fazer, e o saber fazer. Elas abrigam também os sentimentos, lembranças e sentidos que se formam nas relações sociais envolvidas na produção e assim, o trabalho realimenta a vida e as relações humanas (ARANTES, 2004:17)*

André Macieira ressaltou que o descompasso entre a excessiva fragmentação trazida pelas fichas do INRC e a vivência das práticas no cotidiano dos grupos traz dificuldades ao preenchimento das fichas. Os executantes não enxergam suas práticas divididas a partir de definições técnicas – como no exemplo já citado dos conhecimentos dos pedreiros –, mas essas são analisadas e fracionadas pelos pesquisadores para que caibam nas fichas do inventário.

> *Ao irmos ao campo carregamos conosco tanto nossa existência anterior, quanto posturas teóricas, métodos e ferramentas analíticas que moldam de tal forma os dados que recolhemos, que tanto funcionam no sentido de ampliar quanto de estreitar nossa percepção. Segundo Ramos "domesticamos a realidade com categorias que nos são familiares, tanto em termos de nossa socialização cultural como de nosso treinamento profissional" (1992b, p. 56). Nossa vivência de campo é transformada em uma linguagem que não pertence àquela realidade e que vai sendo reproduzida em nossos escritos (TAMASO, 2006: 23)*

Isto é, no encontro entre o lugar social dos pesquisadores e as diretrizes indicadas pelo INRC as práticas culturais do grupo são construídas dentro das categorias do discurso de preservação. No caso dos Saberes, se essa construção restringir-se às categorias apresentadas pelo INRC os conhecimentos ficam limitados a alguns aspectos de sua totalidade. E, no caso de conhecimentos que não geram produtos nem contam com um suporte material que possa ser comercializado, como, por exemplo, os conhecimentos relacionados à cosmologia de um grupo, muitos saberes acabam excluídos do campo patrimonial.

É indispensável, no entanto, lembrar que

> *Os fatos da cultura são sempre processos sociais totais, isto é, abarcam e imbricam diferentes aspectos da realidade em sua realização (aspectos econômicos, sociais, políticos, jurídicos, morais, artísticos, religiosos, entre outros), e são capazes de articular em seu interior valores e interlocutores muito diferenciados, de forma muitas vezes surpreendente (CAVALCANTI, 2001: 77)*

Por isso, ainda que a *Ficha de Identificação do Bem Cultural* indique diretrizes para que se conheça um bem, ela não deve ser encarada como a prática de identificação em si, nem como sua finalidade. É preciso pensar o INRC de uma forma mais ampla e coesa. Além da organização do inventário, que relaciona suas fichas em diferentes

níveis de aprofundamento, os relatórios cumprem importante papel de expor não apenas os resultados da pesquisa, mas, também, as reflexões e questões que levaram os pesquisadores a esses resultados. Os relatórios devem, portanto, apresentar uma visão completa do bem identificado, adensando as escolhas, as análises, as conclusões do trabalho.

Não se trata somente de apresentar o bem em seus aspectos gerais, mas de traçar as relações que situam o bem diante de seu grupo de detentores, e esse grupo no contexto maior da sociedade: as identidades, os conflitos, as demandas. Trata-se, portanto, de situar o bem e o grupo na política de preservação patrimonial.

Isso exige comprometimento por parte dos pesquisadores. Izabela Tamaso discutiu esse tema, em artigo de 2006, sob a perspectiva da Antropologia.

> *Penso que os antropólogos que se disponham a realizar o INRC não devem perder de vista que o compromisso do antropólogo é para com o grupo estudado, e que este não deve ser suplantado para atender aos interesses das agências estatais, não-governamentais ou privadas que porventura os tenha contratado. (TAMASO, 2006: 26)*

No entanto, essa é uma questão inevitável para todos os pesquisadores, independente de sua área de atuação. Não podemos nos esquivar da reflexão e da responsabilidade despertadas pela introdução dos conceitos do campo patrimonial na vivência dos grupos[27]. Essas questões não se encerram nas fichas de identificação de bens e o trabalho, portanto, não deve ficar a elas restrito.

[27] Tamaso indica que Antônio Arantes já demonstrou preocupação acerca do tema já na década de 1980: *Arantes chamava atenção à época para o fato de que, ao se efetuar a política de preservação (inventário, seleção e tombamento do bem), os responsáveis estavam de fato introduzindo, "no processo de produção da cultura, um dado novo, um elemento novo que é a cultura produzida por nós, intelectuais, técnicos, pesquisadores, políticos" (ARANTES apud TAMASO, 2006: 17)*

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como norte três questões:

4. Como os diferentes entendimentos acerca do processo de identificação (gestão X ação) concebem os Saberes?;
5. Como os Saberes têm sido valorizados nas relações entre as naturezas imaterial e material dos bens? – os conflitos entre conhecimentos e produtos, conhecimentos e técnicas/instrumentos;
6. Qual o papel das Fichas de Identificação de Bens/INRC no processo de Identificação e que questões elas trazem à prática?

Para respondê-las analisamos três projetos. Ao olharmos para eles encontramos não respostas definitivas, mas um caminho, que é traçado enquanto é percorrido e que indica o percurso da consolidação da política de preservação do patrimônio imaterial. O caminho dessa consolidação é percorrido pelo Iphan, que ainda define os contornos de seus conceitos e instrumentos (como acontece no momento com a revalidação do Registro), pelos detentores que se apropriam desses conceitos e instrumentos, e pelos pesquisadores que assumem novo papel na mediação entre Estado e grupos sociais.

Nos casos analisados, esse caminhar da política pode ser visto nas diferenças entre seus objetivos, suas ênfases e os protagonismos dos atores envolvidos. Do Termo de Referência do Projeto Mestres Artífices à execução do INRC da Pesca da tainha na Ilha do Mel enxergamos o percurso da valorização dos Saberes na sua relação com o patrimônio material consagrado à possibilidade de salvaguardar conhecimentos inseridos em sistemas identitários.

O Projeto Mestres Artífices teve em seu edital, no trabalho feito em campo e em seus resultados uma visão focada em técnicas valorizadas por sua importância para o restauro de bens edificados. Os detentores aparecem, em muitas situações, como informantes de saberes instrumentais, sendo difícil perceber um sentimento de pertença que os una para além de categorias profissionais. Já a pesquisa na Ilha do Mel partiu de uma proposta mais abrangente e um trabalho de campo mais inclusivo. Nela, os relatos dos detentores construíram a continuidade histórica da prática costurando-a com a história da ilha e deles mesmos.

A pesca da tainha é apresentada a partir da vivência do grupo, definindo como se deu no passado e como acontece hoje a ocupação do território e a sociabilidade do grupo (as obrigações e os deveres dos donos de canoas e redes, dos pescadores, das esposas deles, enfim, de todos os envolvidos na atividade). A prática parece ser um ponto de afirmação dos caiçaras ante a expansão do turismo, que constitui o território enquanto espaço de lazer e férias, e a reação preservacionista, que limita o acesso e praticamente impossibilita o uso do espaço. Com suas práticas, os pescadores se consolidam entre os turistas e outros "de fora" que veem a ilha como espaço a ser desfrutado e os órgãos de preservação que reagem ao turismo buscando minimizar a presença no território e usos dele. O INRC em questão, ao dar voz aos detentores, indica como os grupos enxergam a permanência de suas práticas no equilíbrio entre a exploração e a restrição à ilha, trazendo ao debate o papel de comunidades tradicionais na preservação ambiental.

A análise desses projetos indica, portanto, uma tendência a uma maior abertura ao diálogo, que favorece a participação dos detentores na construção do discurso patrimonial. Dessa forma, as questões patrimoniais não são forjadas à parte da vivência dos grupos, mas inseridas em contextos mais amplos, e as experiências dos detentores não ficam fragmentadas em conceitos restritos ao campo, permitindo que sejam conhecidas as diferentes demandas, que não dizem respeito somente à prática dos bens. Do diálogo entre detentores, pesquisadores e Iphan surgem, portanto, novos contornos dos objetos, novas demandas e novas questões à prática da preservação.

O encontro entre as categorias teóricas e a vivência dos grupos leva à expansão conceitual – no caso dos Saberes, os limites dos modos de fazer e do artesanato são estendidos até incluírem conhecimentos que não geram produtos materiais, passando-se da valorização e preservação de um patrimônio edificado apontado pelo Iphan para a construção do patrimônio imaterial fundado em referências culturais ressignificadas pelos grupos. Os conhecimentos passam a ser valorizados mais pelos sentidos atribuídos na sua relação com a identidade do grupo detentor que pelas finalidades dos objetos por eles gerados, e os detentores tornam-se atores da preservação, e não mais receptores passivos de um discurso especializado, apropriam-se do discurso patrimonial e passam a fazer parte de sua escrita, inserindo-se de maneira ativa no campo de disputas do patrimônio cultural.

A prática de preservação do patrimônio ultrapassa os limites da conservação e do restauro de bens materiais, do incentivo ao artesanato, e encontra o vasto campo dos direitos culturais, passando a lidar não só com as disputas referentes à memória e à identidade nacional, mas com aquelas que dizem respeito, por exemplo, aos direitos intelectuais coletivos, ao acesso à terra e sua propriedade, aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, ao direito à autodenominação. Esses são alguns dos temas transversais que põem em questão o papel do próprio patrimônio cultural nos campos social e político ao levantarem questões bastante delicadas e complexas, cada vez mais prementes e próximas ao caminho que está sendo traçado para a política patrimonial, exigindo que Iphan (Estado) e pesquisadores (acadêmicos) assumam, ou ao menos repensem, novos lugares sociais.

No entanto, a metodologia mais aplicada para a identificação de bens imateriais, o INRC, não acompanhou os passos dados até o momento. Suas fichas, com seus campos e critérios, apesar de se mostrarem amplas o suficiente para continuarem úteis à sistematização das pesquisas, parecem estar fixadas no ponto de partida da política. Elas foram desenvolvidas para atender demandas encontradas num contexto em que a noção de patrimônio ainda estava ligada aos seus aspectos materiais, e entendimentos do campo do folclore e do mercado começavam a ser assimilados e apropriados. Faz-se necessário, portanto, trazer a metodologia do INRC para o caminho de consolidação que os diferentes atores vêm traçando.

Não se trata necessariamente de uma revisão das fichas, seus campos e organização, mas, principalmente, de sua aplicação: seu uso em campo, suas possibilidades de responder aos objetivos dos diferentes projetos e às demandas dos grupos. Uma fala de Antonio Arantes durante nossa conversa nos parece ser um interessante norte para a avaliação de como o INRC pode ser mais eficiente para a política: *o resultado ideal do inventário, no meu entender, é construir uma imagem pública daquela comunidade para o Ministério da Cultura. A questão da imagem é tática.* Trata-se de fazer do INRC um instrumento que incentive os detentores a participar e a se apropriar da política patrimonial, que abra canais para eles manifestem suas demandas e expectativas. Deve-se, portanto, buscar o empoderamento dos detentores, para que eles possam ter meios para manter e gerir suas práticas e para negociar com os outros atores sociais.

Nesse sentido, pesquisadores e o próprio Iphan também são chamados a se transformar. No cenário atual, crescem as demandas que envolvem diferentes campos das políticas públicas, assim como a pressão social para que o Estado responda a elas. Os pesquisadores assumem, cada vez mais, um importante papel na mediação entre Estado e grupos sociais, tornando indispensável, por isso, que observem suas responsabilidades ante os grupos pesquisados durante todo trabalho e até mesmo após seu término (como Arantes e Tamaso vêm destacando há alguns anos). Já do Iphan, espera-se que assuma mais vezes a postura de ator social, no entanto, a instituição não conta com uma estrutura que atenda a essas expectativas: ainda que esteja presente em todas as unidades da federação, no momento, o Iphan não dispõe de um número suficiente de técnicos qualificados para lidar com a preservação do patrimônio imaterial.

A partir da análise dos projetos selecionados para esse trabalho não nos foi possível chegar a respostas que atendessem, em sua totalidade, às suas duas primeiras questões norteadoras. O que percebemos é que a valorização dos Saberes, por fazer parte da política de identificação de bens imateriais, também está inserida no percurso de consolidação dessa política, apresentando avanços em relação à participação dos detentores na construção desse caminho. No entanto, observamos a necessidade de aperfeiçoar os instrumentos, em especial o INRC, de maneira a adequá-los à expansão conceitual já encontrada e para que melhor contribuam para a consolidação da política de preservação do patrimônio imaterial. É preciso, também, aumentar o diálogo com grupos e pesquisadores para que as demandas e responsabilidades sejam discutidas e conhecidas. É importante, ainda, que o Iphan se prepare, no campo conceitual e em seu corpo técnico, para ser mais vezes um ator social, um agente, e não só um definidor de diretrizes, no campo das políticas públicas. E é igualmente imprescindível definir a noção de identificação, seu papel nessa política, os objetivos e resultados esperados para que, com isso, os projetos de identificação, mais que reunir informações e dados, possam firmar-se enquanto prática de preservação do patrimônio imaterial.

Referências bibliográficas

ARANTES, Antônio Augusto. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. In **Revista Resgate 13**. Campinas: Unicamp, 11-18.

AZEVEDO, Cristina Maria do Amaral; MOREIRA, Teresa Cristina. A proteção dos conhecimentos tradicionais associados: desafios a enfrentar. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** Brasília, n. 32, p. 44-61, 2005.

BRASIL. Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm> Acesso em: 1 nov. 2013

_____. Decreto nº 99.602, de 13 de outubro de 1990. **Aprova a estrutura regimental do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, e dá outras providências**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ decreto/1990-1994/D99602.htm>. Acesso em: 1 nov. 2013

_____. Decreto nº 335, de 11 de novembro de 1991. **Dá nova redação ao Anexo I ao Decreto n° 99.602, de 13 de outubro de 1990, que aprova a Estrutura Regimental do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural IBPC.** Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D335.htm>. Acesso em: 1 nov. 2013

_____. Decreto nº 2.807, de 21 de outubro de 1998. **Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e dá outras providências**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ decreto/D2807.htm>. Acesso em: 1 nov. 2013

_____. Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000. **Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 1 nov. 2013, 15:25:00

_____. Decreto nº 4.811, de 19 de agosto de 2003. **Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e dá outras providências**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/ d4811.htm>. Acesso em: 1 nov. 2013

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. Brasília: Iphan, 2007.

CABRAL, Clara Bertrand. **Património Cultural Imaterial:** Convenção da Unesco e Seus Contextos. Lisboa: Edições 70, 2011.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. "Cultura" e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 311-373

_____. (org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Patrimônio imaterial e biodiversidade**. Brasília: Iphan, n. 32, 2005.

CARVALHO, Ana. **Os Museus e o Património Cultural Imaterial:** Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

CARVALHO, Luciana. PACHECO, Gustavo. Reflexões sobre a experiência de aplicação dos instrumentos do Inventário Nacional de Referências Culturais. In: CNFCP; Funarte; Iphan (Org.). **Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas**. Rio de Janeiro: Funarte, Iphan, CNFCP, 2004. p. 25-34.

CASTRIOTA, Leonardo et al.. **Mestres Artífices – Subproejto Minas Gerais**

_____. **Mestres Artífices – Subprojeto Santa Catarina**

_____. **Mestres artífices de Minas Gerais**. Brasília: Iphan, 2012. 160 p. (Caderno de Memória; 1)

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 147, p.69-78, out. 2001.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio.** São Paulo: UNESP, 2006.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GARCIA, Marcus Vinícius Carvalho. **De "o belo e o velho" ao mosaico do intangível. Aspectos de uma poética e de algumas políticas de patrimônio**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB – Professor Orientador – Professor Dr. Henyo Trindade Barretto Filho.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HEINICH, Nathalie. **La fabrique du patrimoine:** De la cathédrale à la petite cuillère. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2009.

IPHAN. Acervo DPI. **Memória da reunião do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial realizada nos dias 16 e 17 de março de 1998**

_____. Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Brasília: Iphan, 2000.

_____. **O Registro do Patrimônio Imaterial**. Dossiê Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN, 2006.

_____. Acervo DPI. **Termo de Referência. Projeto Mestres Artífices**. 2006.

_____. Acervo DPI. **Memorando nº 002/07. Projeto Mestres Artífices**. Enviado em: 19 de janeiro de 2007

_____. **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois.** Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil, 2003-2010. Brasília: Iphan, 2010.

_____. Acervo DPI. **Projeto Básico: Estudos sobre o Patrimônio Naval e INRC do Ofício da pesca artesanal do litoral do Rio Grande do Norte - 2ª Etapa.** 2010

_____. Acervo DPI. **Projeto Básico: Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Município de Paranaguá/PR, Etapa de 2010: o Universo Caiçara e sua Relação com o Mar através do Sistema de Pesca.** 2010.

MARTINS, Patrícia. **Inventário Nacional de Referências Culturais do Município de Paranaguá/PR, Etapa 2010:** o Universo Caiçara e sua Relação com o Mar através do Sistema da Pesca

OLIVEIRA, Ana Gita. O INRC como Instrumento de Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial: a Experiência Brasileira. In: **Informe del seminario internacional sobre identificación del patrimonio cultural inmaterial en Latinoamérica: construcción de inventarios en el contexto de La convención Unesco del 2003**. Crespial, 2009. Disponível em: <http://www.crespial.org/public_files/1283171138.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2013, 16:06:00

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche et al.. **Mestres artífices de Santa Catarina**. Brasília: Iphan, 2012. 196 p. (Caderno de Memória; 2)

SOUZA, José Otávio Catafesto et al.. **INRC executado junto aos Mbyá-Guarani em São Miguel das Missões – RS**

TOJI, Simone. **Dossiê da Celebração Tooro Nagashi**. São Paulo: Iphan, 2008.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972.
_____. **Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular**. Paris, 1989.
_____. **Convenção para a salvaguarda do patrimonio cultural imaterial**. Paris, 2003.

ZERBETTO, Andrea et al.. **Inventário do Ofício da pesca artesanal no litoral do Rio Grande do Norte**
_____. **Projeto Mestres Artífices - Identificação de Mestres Artífices e Atividades de Documentação de Saberes Construtivos Tradicionais em Pernambuco**
_____. **Mestres artífices de Pernambuco**. Brasília: Iphan, 2012. 192 p. (Caderno de Memória; 3)

Anexo 1

IPHAN

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

CADASTRO DE ARTÍFICES
Ofícios tradicionais da construção e da arquitetura no Brasil

1. Identificação			
Cidade/Município		**UF**	**nº** (não preencher)
Nome			
Ofício/profissão	**mestre** ☐ **oficial** ☐		**aprendiz** ☐
Naturalidade	**Nascimento**		**Estado civil**
Escolaridade			
Vínculo empregatício		**Autônomo**	
Endereço/telefone			
Identidade nº	Org.Emissor	Data	**CPF**
Carteira de trabalho (nº e série)			

2. Formação e prática profissional
2.1- Com que idade começou a trabalhar no seu ofício?
2.2- Com quem e onde aprendeu seu ofício? Foi com alguém da família? Foi em empresa ou em escola?

2.3 - A partir de quando foi considerado ou contratado como profissional? Quais foram as primeiras atividades / tarefas realizadas como profissional? Onde foi?
2.4 - Quais as atividades do seu oficio que você executa melhor? E que atividades executa com mais freqüência?
2.5 - Quais foram os seus principais trabalhos como profissional? Em que lugar e quando os realizou?
2.6 - Passou o que sabe do seu oficio a outros profissionais? Quantos podem ter aprendido o oficio a partir do seu ensinamento?
2.7 Fez algum curso em escola para aprender mais sobre seu oficio?

2.8. Exerce outras atividades fora do seu ofício? Quais?	
2.9. Informações complementares.	
Responsável pelas informações	**Local e data**

Anexo 2

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO** **OFÍCIOS E MODOS DE FAZER**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	Q60	---
	UF	SITIO.	LOC	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA		INÍCIO	Horário da entrevista	TÉRMINO	Horário da entrevista
ENTREVISTADOR		SUPERVISOR			

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Denominação mais freqüente.
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Denominações que também ocorrem.

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Utilizar uma ficha para cada instituição ou pessoa.					Nº	Cf. Anexo 4
COMO É CONHECIDO(A)	Em se tratando de instituição, fornecer a sigla se for o caso.		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		SEXO	☐ MASCULINO ☐ FEMININO	
ENDEREÇO	Não sendo disponível, informar sobre onde pode ser encontrado.						
TELEFONE		FAX		E-MAIL			
OCUPAÇÃO	Atividade principal						
ONDE NASCEU	Cidade, estado		DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE		Precisar ano		

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	Q60	---

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?
Descrever o que é desempenhado especificamente pelo entrevistado. Ele é proprietário dos meios de produção? Participa diretamente do trabalho? Executa uma etapa específica (Qual?) ou realiza todo o processo sozinho?

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?
Relacionar com a história de vida do(a) entrevistado(a), localizando as datas de acordo com sua idade, se for necessário. Procurar seguir o relato cronologicamente.

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?
Nomes de pessoas e graus de relacionamento com o(a) entrevistado(a). Se for parente, grau de parentesco. Quando ocorreu o treinamento?

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Este campo deve ser usado como complemento dos anteriores; descrever outros fatos relevantes do ponto de vista da relação entre a trajetória pessoal e a profissional.

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?
Informar o mais precisamente possível quanto ao nome e à localização da entidade.

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

O item refere-se especificamente à atividade que for considerada a referência mais importante para a cultura local.

6.1. PERIODICIDADE	Indicar data e época em que ocorre.

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990											
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	Q60	---

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE? Assinalar e descrever todos os motivos que a justificam.

☐ MEIO DE VIDA _____

_____

☐ PRÁTICA RELIGIOSA _____

_____

☐ OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.) _____

_____

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

Quando e como essa atividade começou a ser desenvolvida na localidade? Outros a desempenhavam antes do entrevistado?

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Se houver, gravar e preencher Ficha de Campo: Registro Audiovisual.

7. PREPARAÇÃO

O que é feito, quem faz e quando?

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

Descrever o desenvolvimento da atividade conforme descrito pelo(a) entrevistado(a), mencionando etapas intermediárias se for o caso.

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
		Pessoas, grupos ou instituições

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	Q60	---

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras executadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	Q60	---

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇAO/DESCRIÇAO	FUNÇAO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

Providências como limpeza do local, guarda dos objetos, ferramentas, etc.

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

O público ou clientela: origem e número aproximado. Quem adquire / compra / recebe tais produtos/serviços?

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?

PRINCIPAL ☐	COMPLEMENTO ☐	NÃO É FONTE DE RENDA ☐
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE		

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.

ÉPOCA	OCORRÊNCIA

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	Q60	---

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?
Há alguma contribuição para a conservação das instalações? É necessária autorização? Há retribuição ou pagamento de taxas?

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE
Indicar no modelo fornecido a localização dos equipamentos, atividades e objetos mencionados, elaborar segundo informado sobre a denominação de cada item indicado.

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?		
OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	Q60	---

Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?
Justificar de acordo com os objetivos do Inventário.

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).
Observar indiretamente, conversando com outras pessoas e procurando indícios tais como prestígio, notoriedade, etc.

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	Q60	---

Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?
Justificar de acordo com os objetivos do Inventário.

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).
Observar indiretamente, conversando com outras pessoas e procurando indícios tais como prestígio, notoriedade, etc.

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	F60	--

Inserir fotos emblemáticas da atividade, incluindo: uma vista geral do lugar onde ela é realizada; os executantes principais e outros participantes, se possível em atividade; os produtos patrimoniais considerados (campo 5 desta ficha); a situação em que eles são vendidos ou expostos, se for o caso. Numerar cada foto e acrescentar legendas descritivas e códigos de localização no acervo.

5. DESCRIÇÃO DO BEM IDENTIFICADO

Sintetizar informações do questionário no seu conjunto, particularmente as que se encontram detalhadas no campo 10 desta ficha. Descrever o gênero da atividade, diferenciando, no caso da produção de bens, segundo os tipos da principal matéria prima utilizada (exemplo: palha, cerâmica, madeira, couro, metal, cana, mandioca) e, no caso de serviços, por especialidades (exemplo: parteira, benzedeira, destilador de pinga, construtor de casa, carpinteiro, cozinheiro, pescador). Fornecer descrição física dos produtos dessas atividades, quando for o caso, considerando matéria prima, dimensões, detalhes, modelos e temas característicos. Referir-se às técnicas empregadas bem como à divisão do trabalho. Remeter aos registros fotográficos e audiovisuais disponíveis.

6. DESCRIÇÃO DO LUGAR DA ATIVIDADE

6.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

Sintetizar as informações do campo 9 do questionário. Descrever o espaço ou a(s) edificação(ões) em que ocorrem as atividades consideradas e dar indicação de dimensões (cf. plantas, mapas e croquis referidos no campo 14 desta ficha). Fornecer a denominação e a função de cada um deles, se houver mais de um. Considerar separadamente, se for o caso, cada um dos locais de trabalho, apresentação e/ou venda associados às atividades ou produtos patrimoniais considerados (campo 10.1 desta ficha). Remeter à *Ficha de Identificação de Edificações* ou indicar no campo 16.1 a necessidade de aprofundamento da pesquisa, se for o caso.

6.2. MARCOS NATURAIS E/OU EDIFICADOS

Descrever os elementos que se destacam na paisagem ou na edificação para o reconhecimento deste lugar como estando associado à atividade considerada. Identificar sua denominação e significado. Considerar separadamente, se for o caso, cada um dos locais de trabalho, de apresentação e/ou venda associados às atividades ou produtos patrimoniais considerados (campo 10.1 desta ficha). Remeter às *Fichas de Identificação de Edificações* ou indicar no campo 16.1 a necessidade de aprofundamento da pesquisa, se for o caso.

6.3. AGENCIAMENTO DO ESPAÇO PARA A ATIVIDADE

Enumerar os elementos que integram o espaço previamente existente a esta atividade, especialmente marcos simbólicos, ornamentos especiais, palco, objetos e mobiliário, identificando sua denominação e significado. Em se tratando de atividade que implique deslocamento espacial (cortejo, uso simultâneo de mais de um espaço cênico), descrever trajeto e evolução, associando-os sempre aos marcos identificados.

7. TEMPO

Sintetizar informações do campo 6.1 e 6.2 do questionário.

7.1. PERIODICIDADE	Indicar quando a atividade ocorre, se sazonal, o ano todo, etc.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	F60	--

7.2. OCORRÊNCIA EFETIVA DESDE 1990												
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

8. BIOGRAFIA

Refere-se à história do executante individual ainda que este trabalhe com uma equipe de apoio. Informar sobre a função do executante principal na atividade; como, quando, onde e com quem aprendeu esse ofício; formação de novos executantes; sintetizar informações dos campos 5.1 a 5.4 do questionário.

9. ATIVIDADE

9.1. ORIGENS, MOTIVOS, SENTIDOS E TRANSFORMAÇÕES

Sintetizar informações de fontes secundárias e dos campos 6.3, 6.4 e 8.14 do questionário.

9.2. NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES

Sintetizar informações dos campos 6.5 e 13.2 do questionário e das gravações feitas, se houver; nesse caso, citar os números das *Fichas de Campo: Registros Audiovisuais* correspondentes.

9.3. CRONOLOGIA

Sintetizar informações de fontes secundárias e do campo 8.14 do questionário.

DATA	DESCRIÇÃO

10. PRODUTOS PATRIMONIAIS

10.1. REPERTÓRIO OU PRINCIPAIS PRODUTOS

Principais atividades desenvolvidas pelo executante ou grupo, inclusive a(s) considerada(s) relevante(s) como referência cultural do grupo. Sintetizar informações do campo 8.11 do questionário.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	F60	--

10.2. PROCESSO DE TRABALHO E COMERCIALIZAÇÃO

Considerar a produção e a apresentação e/ou venda do produto da atividade; sintetizar informações dos campos 8.1 e 8.12 do questionário.

ETAPA	ATIVIDADE

10.3. PRINCIPAIS PARTICIPANTES

Enumerar os participantes e o papel de cada um. Sintetizar informações do campo 8.1 do questionário.

STATUS	FUNÇÃO

10.4. CAPITAL E INSTALAÇÕES

Sintetizar informações do campo 8.2 do questionário; preencher um bloco para cada item.

DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável.
FUNÇÃO	Finalidade dos recursos.

10.5. MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO

Sintetizar informações do campo 8.3 do questionário; preencher um bloco para cada item.

DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.
DISPONIBILIDADE	Facilidade ou dificuldade de obtenção.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	F60	--

10.6. COMIDAS E BEBIDAS Sintetizar informações do campo 8.4 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

10.7. OBJETOS E INSTRUMENTOS RITUAIS Sintetizar informações do campo 8.5 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

10.8. TRAJES E ADEREÇOS Sintetizar informações do campo 8.6 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

10.9. DANÇAS Sintetizar informações do campo 8.7 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM EXECUTA	Informar quem é responsável pela execução
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	F60	--

10.10. MÚSICAS E ORAÇÕES Sintetizar informações do campo 8.8 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar quem é responsável pela execução
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

10.11. INSTRUMENTOS MUSICAIS Sintetizar informações do campo 8.9 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

10.12. ATIVIDADES APÓS A EXECUÇÃO Estocagem, guarda de equipamentos, instrumentos, figurinos e objetos cênicos; incluir as informações do campo 8.10 do questionário; preencher uma linha para cada item	
EXECUTANTE	ATIVIDADE

11. DESTINAÇÃO DO PRODUTO

Sintetizar informações dos campos 8.12 e 8.13 do questionário.

PARA USO PRÓPRIO ☐	VENDE ☐ TROCA ☐ OUTRO ☐	ESPECIFICAR
PARTICIPAÇÃO NA RENDA FAMILIAR	SIM ☐ NÃO ☐	PRINCIPAL FONTE DE RENDA ☐ COMPLEMENTO ☐
MODO DE COMERCIALIZAÇÃO	DIRETO ☐	INTERMEDIÁRIO ☐ COOPERATIVA / ASSOCIAÇÃO ☐

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	F60	--

12. PARTICIPAÇÃO EM COOPERATIVAS OU ASSOCIAÇÕES

Sintetizar informações do campo 5.5 do questionário.

13. BENS ASSOCIADOS

Listar todos os bens inventariados que tenham relação com este, indicando denominação e código.

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	Código do Anexo 3 onde o bem ocorre seguido do seu número de ordem no anexo. Se identificado, informar o código da ficha de identificação.

14. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

Localizar os itens mencionados nos campos 6 e 11 desta ficha. Se a atividade implicar deslocamento (exemplo: extração de matéria prima), indicar trajeto usual, ponto de partida e de chegada, bem como lugares em que se fazem paradas programadas. Utilizar planta baixa, indicando os principais elementos estruturantes do espaço. Ocorrendo mais de um lugar de trabalho, apresentação ou venda de produtos, elaborar os desenhos correspondentes. Utilizar tantos desenhos quantos forem necessários para uma representação clara do lugar. Incluir legenda descritiva de cada elemento indicado.

15. DOCUMENTOS INVENTARIADOS

Atentar sobretudo para a referência ao bem identificado em inventários, levantamentos sistemáticos ou em estudos especializados.

15.1. DOCUMENTOS ESCRITOS, DESENHOS E IMPRESSOS EM GERAL
Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 1: Bibliografia* da Ficha de Identificação do Sítio. Colocar as referências em ordem alfabética e separadas por parágrafo.

15.2. REGISTROS SONOROS E AUDIOVISUAIS
Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 2: Registros audiovisuais* da Ficha de Identificação do Sítio.

15.3. REGISTROS FOTOGRÁFICOS
Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 2: Registros audiovisuais* da Ficha de Identificação do Sítio.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	F60	--

16. OBSERVAÇÕES

16.1. APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO OU PARA FINS DE REGISTRO OU TOMBAMENTO
Havendo recomendação de aprofundamento, justificar de acordo com os critérios do Inventário.

16.2. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS MENCIONADOS NESTA FICHA
Havendo recomendação de identificar outros bens, fornecer denominação, categoria e justificar de acordo com os critérios do Inventário.

16.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

17. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

QUESTIONÁRIOS ANALISADOS	Listar todos os documentos utilizados para a elaboração desta ficha, indicando título e código.	
PESQUISADOR(ES)	Relacionar os pesquisadores que localizaram e reuniram as informações necessárias ao preenchimento desta ficha.	
SUPERVISOR	Técnico encarregado do preenchimento desta ficha.	
REDATOR	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	DATA Data de conclusão do inventário
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	